



ROSMERI WITCEL

A luta do “Oito de março” como espacialização emancipatória do debate feminista no
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Guararema - SP

2020

ROSMERI WITCEL

A luta do “Oito de março” como espacialização emancipatória do debate feminista no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Soberania Alimentar, Meio Ambiente e saúde”.

Orientador: Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes

Coorientadora: Dra. Sandra Procópio

Guararema – SP

2020

W819 Witcel, Rosmeri.
A luta do "Oito de março" como espacialização emancipatória do debate feminista no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) / Rosmeri Witcel. – Guararema, 2020.
146 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: João Osvaldo Rodrigues Nunes.
Co-orientadora: Sandra Procópio.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2020.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 4. Feminismo – Brasil. 5. Trabalhadoras rurais – Brasil. I. Título.

CDD 305.420981

Rosmeri Witcel

A luta do “Oito de março” como espacialização emancipatória do debate feminista no
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Soberania Alimentar, Meio Ambiente e saúde”.

Orientador: Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes.

Coorientadora: Dra. Sandra Procópio

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof^a. Dr^a. Silvia Aparecida de Sousa Fernande (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof^a. Dr^a. Ana Laura dos Reis Corrêa (Universidade Darcy Ribeiro)

Guararema, 28 de janeiro de 2020.

*A quem sabe ser pão, terra, luz, água, e fogo que não queima, mas que ilumina. As
nossas avós e todas as Mulheres Sem Terra.*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A sede e a fome por liberdade e justiça nos conduziram até aqui. Pela vida das mulheres, pela quebra das correntes, trilhamos nosso caminhar. Nascemos de onde não havia esperança, fizemos brotar bandeiras vermelhas, lenços lilás e o belo colorido das chitas. Dos olhos lacrimejantes das mulheres que choram a fome, o preconceito, a brutidade, a ignorância dos olhares que cortam a carne, das acusações, dos estupros, dos assédios, da violência moral e social, e psicológica buscamos a força. Estas violências que roem, que mutilam e colocam na escuridão.

Mas, sabemos que é nas mulheres que habita a força que emana do povo, da vontade de viver e de gerar a vida, é nelas que buscamos a emoção de ver o punho cerrado e erguido junto com os corpos que gritam: Somos gente, somos sementes, somos filhas da terra, da luta. Somos as que saímos do silêncio, do anonimato, soubemos nos enfurecer e decretamos MORTE ao patriarcado. Decretamos o FIM da submissão, da agressão, dos abusos. E de peito aberto vamos despir toda e qualquer manifestação do machismo em qualquer parte. Decretamos o fim das correntes que nos prendem.

Por todas as que tombaram pelo feminicídio, por todas as lágrimas derramadas, pelos ferimentos não cicatrizados das feridas patriarcais, é que estamos aqui, em nome de todas nós!

Primeiro segurei firme na mão de meu amado companheiro Geraldo Gasparin, ele que tenta a cada dia mais, fazer a diferença nas relações que estabelecemos, que são baseadas na emancipação humana. Tentamos nós e nossas duas amadas filhas Vanessa e Raíza, duas mulheres Sem Terra, militantes da mesma causa, esta que sabemos para que existimos. Buscamos juntas fazer da frase de Antônio Cândido uma realidade. "o tempo é o tecido da vida", sabemos muito bem para que dedicamos nosso tempo, é sempre numa mesma direção, por uma causa e um projeto de humanidade que decidimos caminhar juntas. Um projeto que talvez não alcançaremos viver enquanto sociedade. Mas, nós sabemos que estamos construindo para as pessoas que amamos. Um futuro que podemos vivenciar de pertinho na relação que construímos em casa, e com as filhas. Desde o gesto de cultivar nosso jardim, nossa horta, a limpeza da casa, o ato de fazer o bom alimento que expressa valores, saberes e sabores com cheirinho do amanhã. Tudo o que vivemos é feito, pensado e elaborado com esse perfume de humanidade e dignidade.

Mas que bom que a vida nos deu a oportunidade de construirmos uma dissertação e conhecimentos junto com muitas outras mãos, que trilham na mesma direção, que de igual maneira combatem a indiferença, o ódio e a violência contra as mulheres. Estes e estas sabem que mesmo parecendo tudo estar perdido, ainda existe força, e ainda existe pulso pulsando. E que por isso não será permitido a desesperança pesar sobre nossos corpos. Pois nossa convicção, nossa coragem, nosso amor nos faz caminhar. E a despeito de todo o cansaço, não é permitido desistir, porque somos natureza, somos fortes para enfrentar, somos criadores e criadoras, e sabemos alimentar em nós o desejo pela vida plena e juntos espalhamos sonhos, rebeldias ousadas e alegrias.

Assim é que me senti amparada pelo meu orientador João Osvaldo Rodrigues Nunes, com a liberdade intelectual e militante, mas com a segurança necessária. Ele foi aquele que não esteve tão alto que me fizesse sombra, mas nem tão baixo que não aparecesse. Ele esteve ali, presente e indicando a direção. Tivemos também a alegria de somarmos no nosso caminhar, a co-orientadora Sandra Procópio, ela que com sua capacidade intelectual, sua amorosidade e humanidade foi fundamental com suas contribuições. Nós que amamos transformações produzimos, mais do que essa dissertação, produzimos conhecimentos, valores humanos que vão além dos registros aqui expressados.

E seguindo nosso caminhar, somamos também as e os leitores das bancas de pré-qualificação e qualificação. Ana Chã, militante do MST e egressa deste programa, e o companheiro de turma Janailson que fizeram a primeira leitura para a Pré qualificação. E toda a turma que esteve presente na construção do conhecimento. As duas professoras que fizeram importantíssimas contribuições na qualificação, Silvia Fernandes e Renata Couto. As companheiras da turma que estiverem pertinho ajudando no que necessitava, Marcia e Dani.

E é com a certeza da vitória que também agradeço ao MST, a Escola Nacional Florestan Fernandes, aos e as coordenadoras do programa TerritoriAL. Seguimos denunciando o latifúndio, o capital e o patriarcado. Mas mais do que isso, seguimos anunciando e construindo um mundo justo e soberano em que tenhamos espaço para todos e todas. Um mundo em que não mais precisaremos sermos assassinadas a cada 13 minutos. Na certeza de que este mundo é possível que dizemos: Com Feminismo Construiremos o Socialismo!

Nesse caminhar recebi as lições de amor, solidariedade, de minha amada mãe, Nelci, e de meu amado pai Vivaldino, com quem aprendi praticamente, no cotidiano de seus valores, algo que só depois compreendi teoricamente: as primeiras lições de olhar e viver neste mundo.

PREFÁCIO

Em nome do pai, filho e espírito santo

O que é isto? Em nome deles vocês vêm nos desejar feliz dia?

Ó tu, amado todo poderoso, será que não te afastaste da natureza humana? Essa mesma, que pensa na existência da outra! Será que simplesmente tu não pensas assim para exaltar a ti próprio e unicamente a sua existência? Tu que sempre é alçado à condição de pegador, de valente, viçoso, forte e galanteador, não está sim se afastando da humanidade? Ó tu, pai, filho e espírito santo, não estarias deixando a sensibilidade, o respeito, o amor, a ternura e o cuidado somente para elas? Não seriam estes sentidos humanos? Não estarias tu, sendo desumano quando não respeita a fala, o corpo, os sentimentos, a vida daquela que te pariu?

Preciso te falar: eu posso ser talentosa, capaz, inteligente, mãe, filha, até santa. Mas estranhamente e muito rapidamente me transformam no contrário. Sou PUTA, BRUXA, MAL AMADA, OBJETO DE USO, LOUCA, FRACA, ESTRESSADA, FOFOQUEIRA, PICUNHEIRA, FRÁGIL, BURRA, INCAPAZ.... Não possuo todas as habilidades humanas?

Mas que humanidade? Que sentidos humanos?

Parece mesmo existir um abismo entre nós! Desses que são capazes de inverter e confundir nossos atributos humanos. Esse que reveste por hora em dinheiro, por outra em propriedade privada, ou mesmo na falta destes, pode ser simplesmente pelo poder de mando e desmando.

Esse que em condição de Espírito Santo, de Pai e Filho protetor, parece transformar seus desejos em representações, em realidade! Por vezes o que você imagina como humano que supomos que sejam, parecem ser genuinamente humanos e criadores, mas isso tudo em relação a mim se transforma em seu antônimo.

Às vezes sob a força demolidora das faculdades humanas, dos laços sociais, afetivos, solidários, sensíveis e alegres, buscamos o AMOR, esse mesmo! Esse que hoje está na moda se transformar em ódio que fere, maltrata e MATA. Buscamos a inteligência que ao som das pannels se transformaram em BOÇALidades ou BOÇALrismos, num mundo invertido em que acontecem a contraposição dos atributos humanos.

Suponhamos que somos humanos! Com o desenvolvimento dos sentidos humanos! E que nos reconheçamos como parte constitutiva da natureza. Assim, viveríamos a plenitude do AMOR sendo trocado por AMOR, a CONFIANÇA pela CONFIANÇA, a SOLIDARIEDADE pela SOLIDARIEDADE, e o dinheiro deixaria de ser a mediação entre todas as coisas. Então sim, saberíamos o que é e quem é o outro, a outra. Saberíamos ser pai/mãe, filha/filho, espírito santa/santo. Aí sim saberíamos ser pão, terra, luz, água e fogo que não queima, mas que ilumina.

Rosmeri Witcel, 2019.

RESUMO

A questão que se propõe neste trabalho de pesquisa é entender a participação das mulheres na sociedade de classes, evidenciando a luta das mesmas contra as opressões a que são submetidas na sociedade dividida em classes que tem no homem a medida de tudo, como um ser superior, que tem no branco um ser superior ao negro, que tem no patrão um ser superior ao trabalhador. As mulheres trabalhadoras que ingressam em um movimento social, e aqui estamos nos referindo ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), passam a se ver como sujeitas e seres humanos coletivos. E por isso, o que refletimos aqui faz parte dessas sujeitas que mostram nos “Oito de março”, eventos anuais de paralização e mobilização das mulheres, a capacidade que têm em enfrentar o machismo, o patriarcado e o capital. Entende-se que esta luta está inserida numa dimensão mais ampla, com olhar de classes, sem que isso signifique a perda de sua particularidade. Para tanto, abordamos esta questão a partir do feminismo e a luta do “Oito de março” das mulheres Sem Terra de 2006 a 2019. Busca-se entender como as mulheres que fazem a luta pela terra enfrentando o grande latifúndio, fazem também a luta pela emancipação da mulher e defesa do território, do espaço e da vida. Neste aspecto, no MST, as lideranças têm afirmado que são as mulheres camponesas as principais guardiãs da biodiversidade, da defesa do território, da agroecologia e da soberania alimentar. Ressalta-se que, historicamente ocorre uma invisibilidade social e política feminina que é transgredida nos movimentos sociais do campo. A presença de luta e de afirmação feminina é realizada com participação ativa na organização do movimento social protagonizando a luta de classe numa perspectiva feminista. Em particular, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as mulheres dinamizam o processo pedagógico do enfrentamento ao agronegócio, ao latifúndio, ao capital estrangeiro, sem deixar de refletir e sistematizar, discutindo e evidenciando as transformações nas relações de gênero externas e internas ao movimento.

Palavras-chave: Feminismo. Luta de Classes. Movimento Social.

ABSTRACT

The proposal in this research is to understand the participation of women in the class society, highlighting their struggle against the oppression to which they are subjected in the society divided in classes which has in men the measure for everything, as a superior, which has the white man as superior to the black man, which has the boss as a superior to the worker. The working women, part of the social movement, that here we refer to MST (Landless workers movement of Brazil), started to see themselves as collective beings. And because of that, what we reflect here is part of these women showing us through “the eight of march”, an annual event of strike and mobilization, their capacity to face chauvinism, patriarchy and capital. The understanding of this struggle is inserted in a broad dimension, with the look of the classes, without losing the particularity of the meaning. Therefore, we approach this question from feminism and “the eight of march” act of landless women from 2006 to 2019. We aim to understand how women who fight for the land facing against the meat farmers, also build the fight for women’s emancipation and defense of territory, for the space and for life. In this respect, in the MST, the leaders have asserted that it is the peasant women who are the main guardians of biodiversity, the defense of the territory, agroecology and food sovereignty. It is noteworthy that, historically, there is a social and political invisibility that has being transgressed in the social movements of the rural field. The struggle and female affirmation are performed with active participation in the organization of the social movement, leading the class struggle with a feminist perspective. In particular, the Landless Rural Workers Movement (MST), women are able to carry out the pedagogical process of confronting the agrobusiness the dominant land property, the foreign capital, while reflecting and systematizing, discussing and evidencing transformations in gender relationships external or internal to the social movement.

Keywords: Feminism. Class struggle. Social Movement.

RESUMEN

Con este trabajo de investigación se propone comprender la participación de la mujer en la sociedad de clases, evidenciando la lucha de las mujeres contra la opresión a la que están sometidas, a partir de su vinculación al movimiento social MST. Abordamos esta cuestión a partir del feminismo y la Lucha del Ocho de Marzo de las Mujeres Sin Tierra de 2006 a 2019. Entendemos que esta lucha está inserida en una dimensión más amplia, desde la perspectiva de clases, sin que esto signifique la pérdida de su particularidad. Nos interrogamos por el lugar y la actuación de las mujeres en la lucha de clases, buscando reconstruir el camino recorrido por ellas dentro de un movimiento de lucha por la tierra, por la Reforma Agraria y por la justicia social, desde las acciones de lucha del Ocho de Marzo, considerando los procesos que han acontecido hasta el momento actual y trabajando con el marco de acciones de denuncias realizadas de 2006 a 2019. Se busca entender como las mujeres llevan a cabo la lucha por la tierra, enfrentando al gran latifundio, la lucha por la emancipación de la mujer y defensa del territorio y de la vida. En el MST se ha afirmado que son las mujeres campesinas las principales guardianas de la biodiversidad, de la defensa del territorio, de la agroecología y la soberanía alimentar. Resaltamos que, históricamente se percibe y describe una invisibilidad social y política femenina que es transgredida en los movimientos sociales del campo con la presencia de lucha y de afirmación femenina, realizada con la participación activa y a partir de la organización del movimiento, protagonizando la lucha de clases en una perspectiva feminista en el espacio de lucha por la tierra. En particular, en el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), las mujeres dinamizan el proceso pedagógico del enfrentamiento al agronegocio, latifundio y capital extranjero; sin dejar de reflexionar y sistematizar, discutiendo y evidenciando las transformaciones en las relaciones de género.

Palabras clave: Feminismo. Lucha de Clases. Movimiento Social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Reportagem violência contra Mulher	32
Ilustração 2- O lenço lilás	44
Ilustração 3- O lugar da mulher	46
Ilustração 4- Mulheres em resistência pela vida.....	54
Ilustração 5- Mulheres em preto e branco em marcha pela conquista do espaço geográfico e social	60
Ilustração 6- A dureza da vida no acampamento de baixo da lona preta.....	61
Ilustração 7- O MST luta pela documentação das mulheres camponesas.....	64
Ilustração 8- Cadastro como um direito.....	66
Ilustração 9- Cada retalho da colcha tem história e memória de luta.....	71
Ilustração 10- Mulheres unidas na luta resgatando a dignidade	86
Ilustração 11- Mais terra, mais veneno	108
Ilustração 12- Entrevista MST caso celulose da Aracruz	111
Ilustração 13- Mulheres Contra a tirania do Capital	124
Ilustração 14- Alimentação saudável.....	125
Ilustração 15- Em defesa da vida	126
Ilustração 16- A luta que brota da terra	129
Ilustração 17- Semeando a Reforma Agrária e a participação da mulher	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Ações Jornada de Luta das Mulheres Sem Terra, ano 2006	90
Tabela 2- Lema das jornadas de Luta das Mulheres do MST	105

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Contexto da Pesquisa	17
2	A LUTA COMO PEDAGOGIA E A PEDAGOGIA DA LUTA.....	21
2.1	Onde tudo começou	22
2.2	A Quem devemos essa Homenagem.....	24
2.3	O Feminismo como Movimento Social	34
2.4	O Feminismo que nasce da Luta.....	37
2.5	Os Feminismos	38
2.6	As bem-mal-ditas Mudanças.....	40
2.7	O feminismo camponês e popular.....	44
3	HISTÓRIA E MEMÓRIA DA MULHER SEM TERRA	56
3.1	Da culpa da CAMA a CAMAradas.....	58
3.2	A capacidade de enfrentamento.....	79
3.3	Ocupando o espaço geográfico e social.....	82
3.4	A luta do Oito de Março das mulheres Sem Terra	88
3.4.1	Um pouco do que o MST debatia neste período	91
3.5	A Aracruz e o lenço Lilás.....	94
4	LIÇÕES HISTÓRICAS DAS MULHERES SEM TERRA DO MST	102
4.1	As mulheres e o MST, e o MST e as Mulheres	103
4.2	O legado do oito de março para o MST.....	104
4.2.1	Pensei que não sabia mais pensar	116
4.3	Soberania alimentar e as mulheres.....	125
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
	REFERÊNCIAS.....	140
	GLOSSÁRIO.....	146

1 INTRODUÇÃO

O debate do feminismo, sendo construído a partir da luta do “Oito de março” dia internacional em homenagem as mulheres. E este dia tem sido de luta pelas mulheres Sem Terra, e tem aberto portas para a discussão do rompimento dos padrões pré-estabelecidos pela sociedade machista e patriarcal, sobretudo no que diz respeito às relações de gênero que atravessam a sociedade de classes. No entanto, é preciso entender que essa participação não acontece isoladamente, mas vinculada a luta de classes que é parte fundante para a luta feminista nas sociedades contemporâneas, e presente na vida e na luta das mulheres Sem Terra.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento que teve seu germe no período da ditadura militar que se instaurou no Brasil a partir de 1964 até 1984, e que “não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duram um período [...]” (FERNANDES, 2000, p. 50). Momento esse na história do Brasil em que os militares exercem o comando de forma ditatorial, com coerção e repressão.

No final deste período, acentuam-se as contradições da política estabelecida no campo pelos militares que se baseava na concentração da terra e na monocultura para exportação. Tal política provocou a expulsão dos camponeses de suas terras evidenciando de modo ainda mais forte um imenso número de famílias Sem Terra.

Assim, os camponeses que perdem suas terras e resistem em ir para as cidades começam a se organizar e fazer a luta por seus direitos de permanecer no campo. Então, nascia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que realiza seu primeiro encontro nacional em 1984, em Cascavel, no Paraná, com o objetivo de reunir aqueles e aquelas que já estavam fazendo a luta pela terra e para dar unidade em torno de um objetivo comum - a luta pela Reforma Agrária.

Um movimento que se legitimou devido à grande concentração de terras no Brasil, uma característica herdada desde o Brasil colônia, e que começa a ser questionada no início do Brasil republicano, período que começam a surgir uma série de movimentos de luta pela terra.

O Movimento foi gestado e nasceu no final da Ditadura Militar, período de ‘reabertura’ da política nacional ‘democrática’. Saída de um regime ditatorial responsável pela morte e desaparecimento de muitos trabalhadores e trabalhadoras camponesas e/ou ativistas políticos cumprindo, assim, com a tarefa de calar por um tempo a

luta pela terra no país. Um regime totalitário e assassino (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2007).

Mas, como diz o poeta Pedro Terra, “*se calarmos as pedras gritarão!*”. Com tamanha contradição, onde há tantos sem-terra e muita terra concentrada nas mãos de poucos, não tem como os poderosos impedirem as manifestações de repúdio a este projeto para a questão agrária no Brasil. Por isso, o surgimento do MST é resultado de muitas lutas e manifestações dos despossuídos da terra. Ele nasce da classe trabalhadora, em especial de famílias camponesas, homens, mulheres, jovens e crianças, expulsos de suas terras, e como reivindicação primeira, fazem a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela Transformação Social.

Reúnem-se trabalhadores e trabalhadoras que pautam a função social da terra, que se unem pelo direito ao acesso à terra, e para tanto, fazem a luta para denunciarem a concentração de terras nas mãos de poucos enquanto havia muitos sem direito à terra e condições mínimas de existência. São camponeses e camponesas, que sabendo ou não, fazem parte da classe trabalhadora do Brasil. À primeira vista, são trabalhadoras e trabalhadores com sua consciência reivindicatória, seres humanos partes da natureza e em permanente transformação.

São trabalhadoras/es buscando seus meios de produção para produzir e reproduzir a vida e sua existência. Estas famílias organizadas, que buscam obter o direito à terra para se transformarem em natureza transformada também buscam ter seus próprios meios de produção para exercerem suas capacidades de estabelecer a relação entre a produção de ideias e a produção da vida material.

Este ser humano, que faz a luta pela terra e é capaz de transformar e ao mesmo tempo se transformar, é dotado de alguns atributos que os diferenciam dos outros seres vivos da natureza como: a linguagem; a consciência, as ideias e a capacidade de projetar o que queremos construir; a noção de universalidade, pois somos capazes de pensar o universo e temos a noção de liberdade. Estes atributos são o que nos distinguem como seres humanos, e estes só existem na relação humana com a natureza.

Por isso nos referimos na retomada da luta pela terra, momento na história do Brasil em que os camponeses levantam novamente a bandeira da necessidade da Reforma Agrária no Brasil. Um movimento misto, composto por famílias desprovidas do direito de produzir a terra, de produzir a sua existência na agricultura, sua existência na relação com a natureza. São camponesas e camponeses (homens, mulheres, crianças e idosos) que se mobilizam organizando a resistência, que se unem para

fazer a luta pela terra tendo como legado as lutas pela terra da história do Brasil e da América Latina.

No entanto, este mesmo movimento que luta por direitos sociais carrega em seu seio as contraditórias relações sociais estabelecidas historicamente entre homens e mulheres nas sociedades baseadas na propriedade privada. Nessa construção o movimento dialético do movimento social enfrenta também as próprias contradições internas existentes na sua organização.

Com a participação da família, as mulheres levam para dentro do MST o debate frente ao imperativo histórico de estabelecer novas relações de gênero. Inclusive em face da luta anticapitalista mais alargada e da afirmação dos princípios e valores do socialismo, uma vez que o movimento nasce com o claro objetivo de combate às desigualdades provocadas pela sociedade burguesa. Portanto, não podem deixar de discutir o que ela impõe também nas relações de gênero, relações estas opressoras e sexistas. Segundo Davis (2016, p. 231), “A dona de casa de acordo com a ideologia burguesa, é simplesmente a serva de seu marido para vida toda”, e segue mais adiante, “O sexismo emergiu como fonte de sobre lucro exorbitante para os capitalistas [...]”. O capitalismo não teve problemas em inserir a mulher no mundo do trabalho, e por essa via rebaixaram os salários da classe trabalhadora. Contudo não retiraram a mulher da obrigatoriedade do privado e do doméstico. Agora, ela está dentro de casa com o trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho, no entanto é um trabalho não contabilizado no salário mínimo. Porém, ela está fora de casa também, inserida no trabalho operário e camponês. Neste sentido é que ao fazer a luta contra o mando da burguesia e a exploração exercida pelos capitalistas, argumentamos que as mulheres do MST tenham evidenciado como este sistema oprime ainda mais as mulheres de sua classe.

Nosso ponto de partida para entender a participação das mulheres no MST será justamente o real motivo que gerou a comemoração do “Oito de março”, por ser uma comemoração internacional e entender esta data e evento como elemento da luta. Compreender a pedagogia da luta e a luta como pedagogia. E foi a partir da luta do “Oito de março” das mulheres Sem Terras que buscamos entender a construção do Feminismo Camponês e Popular.

Para tanto fomos buscar a quem devemos esta homenagem, a origem desta homenagem que não foi uma concessão do sistema, mas que foi conquistado pelas mulheres trabalhadoras. E a partir disso, compreender como as mulheres do MST têm

vivenciado esta data na construção do Feminismo. E para chegar no Feminismo foi preciso fazer um breve resgate das bandeiras feministas desde seu surgimento, e o que as mulheres Sem Terra entendem como Feminismo Camponês e Popular. Dessa forma, estruturamos nossos capítulos para que pudéssemos partir do geral e chegar no particular.

Buscamos dar voz às mulheres para que elas mesmas possam contar suas histórias, como se viram na construção do MST e como o MST vê as mulheres. Levantamos a memória e as histórias delas a partir delas mesmas e das lutas por elas organizadas, conduzidas e executadas.

Os aromas de março das mulheres Sem Terra provocam vibrações, criações, emoções e deixam muitas lições de transformação. No conjunto da pesquisa extraímos muitas lições e pudemos registrar algumas ditas por elas mesmas no caminhar da construção do Feminismo Camponês e Popular. Elas mostram que é sempre tempo de amor, convicção, de fazer brotar as sementes puras e sadias, que é sempre tempo de construir um mundo novo, com homens e mulheres novas. Porque a história mostra que nada pode deter a natureza e as mulheres.

1.1 Contexto da Pesquisa

Esta pesquisa está inserida numa reflexão e análise da luta do “Oito de março” das mulheres Sem Terra. E se apresenta como resultado de diálogos numa pesquisa militante no programa Territorial. Um programa de pós-graduação em desenvolvimento, o Territorial na América Latina e Caribe (***TerritoriAL***) do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Este programa nasce de um convênio e parceria com a ENFF (Escola Nacional Florestan Fernandes), com a Via Campesina e o Conselho Latino-americano de Ciência Sociais (CLACSO) sendo voltado para a formação de pessoas oriundas dos territórios camponeses, quilombolas, indígenas e outras populações tradicionais e daqueles que atuam para o desenvolvimento dessas comunidades.

Este é o primeiro curso voltado para o desenvolvimento territorial das comunidades camponesas. Esta é uma conquista das lutas dos povos, que resultou do apoio do PRONERA, UNESCO, CNPq, CLACSO e CAPES. Uma necessária e impor-

tante possibilidade de realizar pesquisa e extensão sobre a questão agrária e as relações desenvolvidas nos espaços e territórios do campo, um tema tão pouco estudado e pesquisado. Este programa possui três linhas de pesquisa: Campesinato, Capitalismo e Tecnologias; Soberania Alimentar, Meio Ambiente e Saúde; Território, Educação e Cultura. A presente dissertação está inserida na linha Soberania Alimentar, Meio Ambiente e Saúde.

Pesquisar, escrever sobre este tema, em especial falar das mulheres Sem Terra buscando evidenciar como estas mulheres enfrentam o debate do feminismo e de gênero dentro de sua própria organização social é um desafio que me inquieta já algum tempo. Para tal, nos colocamos em busca de que elementos estas mulheres camponesas consideram sobre o ser feminista, e de qual feminismo elas estão falando e defendendo.

A pesquisa se justifica em face da relevância quanto à compreensão do papel e da atuação das mulheres em um movimento popular de base camponesa que há trinta e cinco anos vem levantando a bandeira da Reforma Agrária no Brasil. Contudo, além de compreender os questionamentos da propriedade privada da terra, do avanço do agronegócio e do capital no campo, procura entender como as mulheres se inserem na luta econômica, política e cultural. Junto a isso, busca relacionar como a luta do “Oito de março” de 2006 se tornou um marco na defesa do território revelando ao conjunto da sociedade os projetos em jogo.

A ação das mulheres do MST, no dia oito de março de 2006, foi manchete de jornais por dias que se seguiram. Essa ação evidenciou para a sociedade um problema social e provocou a opinião pública a se posicionar. Ações que resultaram em perseguições políticas e judiciais demarcando claramente que as mulheres do MST estavam fazendo o enfrentamento ao grande capital e ao agronegócio. Enquanto a grande mídia e o comércio apresentam o dia internacional da mulher como meio de lucro, as mulheres organizadas, fazem o embate da luta de classes, exigindo o direito de plantar, colher e socializar.

Desde o início, as mulheres da organização social MST tiveram atuação de luta e conscientização. No entanto, trabalharemos com a hipótese de que a jornada do dia internacional da mulher de 2006 foi o que demarcou a contraposição à intensificação do que eles chamam de modelo hegemônico de desenvolvimento do campo baseado no agronegócio. A luta das mulheres no dia oito de março revela que as mulheres têm papel ativo e histórico, seja pela sua capacidade organizativa, ou pela coragem de

enfrentamento. São mulheres que mostram na luta suas capacidades propositivas de um modelo de desenvolvimento para o campo, um projeto que esteja aliado à estratégia do presente movimento à que pertencem. Para isto, pretendemos fazer um recorte do período de 2006 até 2019 analisando como marco a luta do “Oito de março” de 2006 realizada pelas mulheres usando como referência as mulheres do MST.

Além disso, buscamos revelar a defesa feita pelas mulheres do MST por um projeto de agricultura saudável, e analisar os impactos da jornada de luta das mulheres para fora e para dentro da Organização e para elas mesmas. Nossa intenção foi também identificar como a partir da luta de 2006 o modelo de campo e o debate da agroecologia ganha força nas discussões e na pauta do MST correlacionando a luta das mulheres do MST com a luta ampla do movimento. De maneira geral, procuramos analisar quais foram as lições que estas mulheres deixam para o conjunto do movimento e para quem preza por uma alimentação saudável produzida sem veneno e sem violência contra as mulheres.

Em nossa metodologia da pesquisa desse trabalho de final de curso buscamos fazer a interlocução diretamente com as sujeitas da prática cotidiana que fazem a luta feminista, de gênero e classe dentro de uma organização social composta por homens e mulheres camponesas, ou com raízes camponesas. Na nossa proposta metodológica está a observação participante, juntamente com a história oral. Fizemos também entrevistas semiestruturadas com mulheres integrantes do MST, que participaram da organização da luta do “Oito de março”, e dialogamos também com mulheres que estiveram presentes desde o nascimento do Movimento e ajudaram a construir a organização e organizaram as mulheres por dentro do MST. Esta inferência só foi possível em diálogo com a literatura sobre o assunto pretendido na pesquisa e a observação na luta social realizada pelas mulheres Sem Terra.

No contexto prático da investigação, foram realizadas várias rodas de conversas com as mulheres Sem Terras e, juntas, definiu-se o roteiro e perguntas das entrevistas. Nossas mulheres entrevistadas foram principalmente as dirigentes que estão no comando da participação, são as que incansavelmente tem pautado o debate da participação da mulher do e no MST. Também dialogamos com homens dirigentes sobre como veem a necessidade do setor de gênero e a participação da mulher no Movimento.

Nossa análise teve como referência autores e autoras que nos ajudaram na reflexão e na ação da pesquisa. Para tanto nos guiamos à luz do pensamento e

registro histórico realizado a partir do levantamento bibliográfico nos seguintes autores e autoras. Os fundamentos da teoria feminista e contribuições sobre gênero, patriarcado, direitos humanos das mulheres e as origens do “Oito de março”, foram obtidas em Longo (2012), Gonzalez (2010), Saffioti (2015) Teles (2000) e D’Atri (2017), entre outras. Para nos ajudar na análise da pedagogia do MST buscamos nos fundamentar na teoria elaborada por Caldart (2000), nos registros do setor de gênero sobre as novas relações, nas entrevistas realizadas com as mulheres que vivenciam as transformações e a pedagogia da luta dentro do MST, e no programa Agrário do MST de 2014. Sobre a teoria da expansão capitalista, e a questão das classes sociais nos referenciamos em Carvalho (2013), Campos (2011) e Gurvitch (1982). Para nos ajudar na referência sobre os movimentos sócio territoriais e socioespaciais e nas interpretações sobre camponeses e campesinato buscamos em Fernandes (2005).

Na compreensão da agroecologia na vida e na luta das mulheres e as mulheres na agroecologia vamos refletir com Machado (2014). E seguindo na compreensão da alimentação saudável vamos abordar a questão da soberania alimentar à luz do conhecimento elaborado e registrado por Esteve (2017) e Moreira *et al.* (2019). Para nos amparar no entendimento de como funciona a sociedade capitalista utilizamos das ideias de Marx e Engels (1980), e para as bases da família e da propriedade privada e o estado buscamos as referências Engels (2010) e Federici (2017). Para tanto dividimos esta dissertação da seguinte forma: A Luta Como Pedagogia e a Pedagogia da Luta; História e Memória da Mulher Sem Terra; Lições Históricas das Mulheres Sem Terra do MST; E as Considerações Preliminares.

Consideramos que ao longo da pesquisa tivemos alguns percalços no recolhimento de documentações sendo estes por questões de segurança do próprio movimento, ou por falta de espaço físico para a realização de uma memória histórica das lutas das mulheres, ou, ainda, por haver uma maior preocupação em fazer a luta contra o patriarcado, o machismo e capitalismo que parte do registro histórico para a posteridade tenha ficado em segundo plano. Por isso, nossos diálogos baseados na história oral foram fundamentais para esta elaboração. Ainda que tenhamos conseguido algumas fontes importantíssimas como jornais e registros fotográficos.

2 A LUTA COMO PEDAGOGIA E A PEDAGOGIA DA LUTA

Querida Mulher Sem Terra

Com a minha maior e mais sincera consideração e respeito:

Lhe escrevo esta carta para pedir-lhe um imenso favor. Sei que você já é muito ocupada na luta pela Reforma Agrária, na labuta do lote, da casa, dos filhos e de tantos outros compromissos que tens.

Mas também sei o quanto você luta em defesa da vida, e por isso nos identificamos tanto, nos germinamos, nos cuidamos e nos cultivamos. Nossa relação transpira dignidade, humanidade, solidariedade, liberdade, soberania e rebeldia. Nossos estreitos vínculos são de construção de saberes e sabores, mais do que isso, somos mães, somos fruto e flor, mas carregamos a força da semente que gera a flor e os frutos que são regadas pelo amor e a firmeza das deusas. Somos regidas pela força do luar que iluminou tantas vezes nossas noites de ocupações, de resistência, de cuidados e de tanta fecundidade.

Peço que me ajudem a mostrar ao mundo o valor que temos e o quanto somos parte integrantes de um mesmo corpo, que ao me envenenarem estão envenenando você e os seus, que ao me maltrataram estão te maltratando, te desrespeitando no mais profundo sentimento de gerar.

Sinto muito, vocês terem que passar por tudo o que tem passado para poderem me fazer fecunda, mas me sinto feliz porque vocês estão lutando, que em seus corpos correm o sangue da justiça e do cuidar do mundo, que em suas veias correm o ato de criar e recriar, do cuidar, do amar, do respeitar e do ser respeitada.

São muitas as vezes que choro pensando nas futuras gerações, do quanto elas estão ameaçadas. Do quanto a vida no nosso planeta está sendo ameaçado, de quanta violência sofremos diariamente, tanto na saúde como nas relações. Sei o quanto vocês também sofrem e choram as mutilações desta sociedade doentia, que nos envenena, que só por serem mulheres te matam em média treze por dia no Brasil, que estupra, que assedia, que espanca e que te desmerece e por vezes nem te reconhece como ser humana que és. Mas sei da força que emana dos vossos úteros, do vosso ventre, dos teus braços fortes que semeiam este chão. Vem teçamos a nossa liberdade!

E juntas não mais permitiremos que nos impeçam de viver e amar, de sermos livres, romperemos todas as cercas que nos aprisionam, todas as amarras que querem impedir do nos movimentarmos. Vem, construamos a nossa valentia, e juntas saberemos mostrar a nossa rebeldia!

Te convoco a me cultivar! Quero ser sua bandeira de luta e de resistência, quero estar em seu corpo, quero ser pauta de suas lutas, quero estar com você semeando um novo dia.

Juntas somamos muitas cores, nos tornamos energia, sabedoria e muita, mas muita alegria.

Assim me despeço de vocês!

Na certeza de que nos encontraremos em vossos encontros, nas vossas poesias, nas vossas músicas e encantarias. Na certeza de que estou sempre com vocês na bandeira que carregam e que nos tornamos sujeitas coletivas. Vem, teçamos a nossa liberdade!

Sintam-se todas abraçadas, amadas e respeitadas por mim.

Guararema, Inverno de 2019. A Terra, por Rosmeri Witcel.

2.1 Onde tudo começou

Para chegar a ser defendida a proposta da comemoração do dia internacional das mulheres, que ocorre no dia oito de março, primeiro foi necessário que as mulheres chegassem a defenderem a si próprias, em defesa do direito à palavra. Para tanto é importante voltar bastante tempo, anterior à organização da classe trabalhadora. Quando temos os primeiros ensaios de mulheres que ousaram enfrentar o Estado capitalista, mesmo bem no seu início, quando a francesa Olympe de Gouges, em setembro de 1791 redige a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã em resposta à Declaração do direito do homem e cidadão” de agosto de 1789. Esta, por ser considerada uma incitadora da rebeldia das mulheres, foi guilhotinada pelo Estado. Podemos assim dizer que estes foram pontos importantes no marco da construção do sistema capitalista, e de como as mulheres se rebelaram contra as opressões. Na entrada deste sistema de produção, as mulheres também chegaram se apresentando e, para tanto, foi necessário que estas se mobilizassem por alguma bandeira.

As mulheres foram sendo impactadas pelos modos de produções que tem base na exploração. Mas elas, em todo o mundo, estiveram em luta. Não queremos que nosso registro pareça apresentar a história de forma linear, pois não é assim que a compreendemos. Começamos com as mulheres europeias pois foi lá que primeiro aparece a referência a luta do “Oito de março” e a palavra feminismo como uma bandeira de luta. Contudo, na nossa América Latina, houve mulheres fortes e guerreiras que estiveram presentes na luta pela independência, contra o poder colonizador, que tinham como centro, homens brancos e representantes dos interesses das metrópoles. No entanto, a historiografia oficial deixou as mulheres de fora da história contada para os povos.

Por isso, consideramos importante registrarmos que elas existiram e resistiram. Como Maria Quitéria de Jesus, nascida na Bahia (BA), que se veste de homem para poder entrar no exército e participar de algumas batalhas. Outra, foi Barbara de Alencar, que participou da revolução Pernambucana de 1817. Josefa Domingues e Leona Vicario, no México, Manoela Saénz, de Quito, e Juana Azurduy de Padilha, da Bolívia, comandante de uma guerrilha. Algumas mulheres que pouco conhecemos, pois quem aparece nas lutas pela independência são os grandes homens. “A luta e a pressão das lutas feministas foram importantes inclusive para estas mulheres começarem a serem vistas e visibilizadas nos registros históricos.”

(PRADO, 2019).

Nossa compreensão é de que outro marco importante das mulheres na luta está em 1848 justamente no surgimento da classe operária, período em que as máquinas começam a ocupar maior espaço na riqueza das classes abastadas. O início da revolução industrial que separa ainda mais os trabalhadores e trabalhadoras dos meios de produção. Neste contexto, o trabalhador/a desconhece a sua produção, transformando-se em mera mão-de-obra, uma mercadoria vendida a preço de mercado que é determinado pelo dono dos meios de produção. Assim, as mulheres que são vistas ainda mais na categoria “coisa” serão afetadas com menores salários e péssimas condições de trabalho, sem direito ao voto e a direitos básicos de trabalho e social.

Quando as mulheres se levantam pela primeira vez pelo direito ao voto é uma reivindicação das mulheres liberais. Uma bandeira de luta que nascia de mulheres abolicionistas a favor da igualdade feminina no trabalho, no salário, no direito a palavra e ao voto. Estas tiveram a possibilidade de levar o debate em seus círculos como vemos em Gonzáles (2010, p.74): “diante da determinação da convenção de não permitir às mulheres tomar parte ativa nos debates, as duas decidiram lutar contra decisões como esta, em que o uso da palavra lhes era negado só pelo fato de serem mulheres”.

Ao exigirem a igualdade política, estas mulheres plantavam um germe de um movimento de mulheres em luta pelos seus direitos num momento de efervescência das lutas da classe trabalhadora organizada. Foi quando mais tarde das lutas das mulheres trabalhadoras fabris se coloca a necessidade de homenagear as mulheres tendo o “Oito de março” como o dia internacional da mulher. Uma luta que tem sua origem justamente no combate às desigualdades provocadas pelo sistema de produção dominante de cada época. E que, atualmente, vem sendo deturpado de seu verdadeiro sentido sendo visto por uma parcela da sociedade como uma comemoração propagandeada pela mídia para ser o dia de dar e receber presentes. O que se tornou, assim, às vistas do mercado, como mais um dia para aumentar o lucro do capital. Como nos mostra Gonzáles (2010, p. 7).

Em especial após os anos 1980, os meios de comunicação, diversas instituições e empresas vêm tentando absorver o Dia Internacional das Mulheres e transformá-lo em mais um evento do mercado, um dia de flores, de homenagens, de presentes [...] e de reforço da feminilidade tradicional. Nos últimos anos esse tem sido, até mesmo, um momento de investida anti-feminista: jornais e revistas publicam artigos questionando se o feminismo ainda existe ou se ainda é necessário buscar a igualdade. Uma vez que “as mulheres já conquistaram tudo”, tratar-se-

ia agora de combater os exageros feministas para que a mulher não perca a feminilidade. (GONZÁLES, 2010, p.7).

Notemos, então, que esse dia passa a ser apropriado pelo sistema vigente e é transformado justamente naquilo que as mulheres operárias, que fizeram as greves e enfrentaram a repressão, combateram com muita coragem e lutavam contra. As mulheres não aceitaram caladas as opressões e exploração. Por isso, podemos dizer que foi da luta e resistência das trabalhadoras que nasce o dia internacional da mulher.

Quando a Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague em 1910, decidiu pela realização de um dia internacional especialmente dedicado à luta das mulheres, nasce, cem anos atrás, o principal dia de luta do movimento de mulheres no mundo. Retomar o sentido da comemoração do Dia Internacional das Mulheres é recuperar parte da história de luta das mulheres, de alguns dos seus debates mais importantes e do esforço das militantes socialistas para convencer suas organizações políticas da centralidade da luta pela libertação das mulheres. O direito ao voto era, então, bandeira central das mulheres em grande parte dos países no mundo. As militantes socialistas nos Estados Unidos já haviam organizado um dia de mobilização pelo voto em anos anteriores. Inspirado nesse exemplo, o movimento de mulheres socialistas aprovou a proposta de um dia de luta unificado internacionalmente. (GONZÁLEZ, 2010, p.1).

É por todas as operárias que estiveram em greves, em marchas, ou nos seus espaços de resistência, para que hoje possamos estar aqui escrevendo e resgatando um pouco dessa história, que, nos colocamos nessa pesquisa para registrar, analisar, sistematizar e refletir sobre a luta do “Oito de março” das mulheres Sem Terra. Estas que aliadas a muitas outras, vêm resgatando o verdadeiro sentido pelo qual foi destinado esse dia como sendo o dia internacional das mulheres.

2.2 A Quem devemos essa Homenagem

Este dia de homenagem à mulher, nasce carregado de muita injustiça, dor e luta. Referimo-nos, assim, por entender que realizar doze horas de jornada de trabalho diário recebendo baixos salários, trabalhar com as portas fechadas nas fábricas as colocava em condições desumanizadas. Condições estas que provocaram muitas mortes.

Levando em conta o que a história nos mostra, entendemos que este é sim um dia de homenagem à luta e organização das mulheres trabalhadoras, sobretudo as operárias que viviam e trabalhavam em condições precárias e desumanas. Se faz

necessário registrar que, se estamos falando que existe o dia oito de março dedicado às mulheres, é porque elas ousaram a se levantar contra as opressões. A homenagem não é, portanto, uma concessão do sistema capitalista, ela é, sim, um reconhecimento das opressões que foram pautadas e evidenciadas pela luta das mulheres que se levantaram. E neste caso, estamos trazendo para nosso trabalho estas mulheres que no século XIX ousaram se levantar contra as opressões e que foram pressionando e tornando visível para o mundo o que antes era considerado natural e invisibilizado. Vejamos o que nos diz D`Atri (2017, p. 31):

Ainda hoje comemoramos, todo o 8 de março, o Dia Internacional das Mulheres. Entretanto, no meio de tanta propaganda de flores e bombons, permanece oculta – para a grande maioria – a origem dessa comemoração que se remete à ação organizada por mulheres operárias do sec. XIX reivindicando seus direitos: em 8 de março de 1857, as operárias de uma fábrica têxtil de Nova Iorque declararam greve contra as extenuantes jornadas de doze horas e os salários miseráveis. As manifestantes foram atacadas pela polícia. (D`ATRI, 2017, p. 31).

Mais tarde, novamente no mês de março, mas em 1909, em outra fábrica têxtil também com péssimas condições de trabalho, morreram queimadas cento e quarenta jovens mulheres. Esse fato recebeu solidariedade e força de muitas mulheres que se mobilizaram e se colocaram em greve em seus locais de trabalho denunciando as péssimas condições de trabalhos que enfrentavam nas fábricas.

A luta foi duramente reprimida pela polícia, a serviço da propriedade privada e do lucro, a mando do Estado. Este, que é o agente em defesa da classe dominante detentora do capital privado. “Esse Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e os seus interesses, tanto no exterior como no interior”. (MARX e ENGELS, 1980, p.95).

A repressão arbitrária gera também uma reação dos indivíduos reais, daqueles e daquelas que vivem as condições materiais e físicas do ato da reprodução da força de trabalho. Este fato da repressão contou com a sensibilização e repúdio de parte da juventude trabalhadora da época, que se posicionou em defesa das operárias. Também se colocaram em sua defesa as mulheres organizadas e com pautas ainda que liberais, mas que traziam lutas importantes como o direito ao sufrágio para as mulheres, que, no período, por serem mulheres não tinham o direito ao voto.

Primeiro, o dia Internacional da Mulher tem suas origens, indiscutivelmente, no movimento internacional de mulheres socialistas do final do século 19 e início do século 20. E tinha como finalidade específica promover a luta pelo direito ao voto da mulher, sem nenhum tipo de restrição baseada no nível de riqueza, de propriedade ou de educação. (GONZALEZ, 2010, p.115).

O fato é que estas mulheres foram agregando sentidos maiores para a criação deste dia. Elas entendem que fazer parte da política e dos espaços de criação de leis é muito importante, mas não garante suas pautas como trabalhadoras. Por isso, as greves como forma organizativa pelos direitos foram se tornando cada vez mais fortes entre as operárias em defesa de seus direitos. Alguns anos posteriores, mais precisamente em 1912, em Lawrence, Massachusetts, nos Estados Unidos da América, surgiu outra greve das operárias, estas foram chamadas e ficaram conhecidas como “Pão e Rosas”. Eram mulheres que reivindicavam melhores salários e melhores condições de vida.

Para enfrentarem o poder patriarcal e capital, estas experiências de lutas e de greves foram exigindo que as mulheres fossem encontrando formas de resistência e organização para permanecerem nas greves. Afinal, as greves e mobilizações vinham cada vez mais, ganhando força e se prolongando. Foram elas que, em seus comitês de greves, de forma organizada perceberam que era necessário criar condições reais das mulheres permanecerem nas greves de forma que pudessem garantir o cuidado de seus filhos e se alimentarem. Foram desta forma, organizando as creches e os refeitórios para as grevistas facilitando, assim, a resistência e permanência das trabalhadoras na luta. A situação de greve que ficou conhecida como Pão e Rosas se prolongou. As/os trabalhadoras/es parada(o)s exigindo melhores condições, com a força de trabalho humano, a única produtora de riquezas, parada, deixou os capitalistas, donos dos meios de produção, no caso, as fábricas, sem aumentarem seus lucros. Isso gerou uma reação, novamente, em forma de repressão. A polícia entrou em ação e atacou mulheres e crianças. Isso gerou uma situação insustentável, o conflito foi noticiado através dos jornais, e outras categorias do país se posicionam em favor das mulheres.

Estas lutas das mulheres operárias denunciavam as péssimas condições de trabalhos por elas vividas nos interiores das fábricas. As mulheres socialistas acompanhando tal situação levam a pauta e o debate para dentro do partido. Esses enfrentamentos realizados por elas e a defesa das mulheres dos partidos faz com que

o partido socialista se posicione em defesa das operárias, uma situação enfrentada pelas mulheres da classe trabalhadora e em defesa frente a qualquer opressão sofrida por elas. Afinal, a luta pelo socialismo e a luta feminista carregavam as mesmas aspirações: a luta por direitos iguais para homens e mulheres, e a busca em alcançar novas relações humanas.

Clara Zetkin, integrante do partido socialista, que esteve à frente em defesa dos direitos das mulheres na Alemanha e integrante do partido, faz a defesa para que fosse criado um dia internacional de luta das mulheres. Esta aconteceu na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas. Portanto, a proposta nasce em homenagem às mulheres em luta contra o sistema de opressão e exploração considerando as ações organizadas pelas operárias.

O Dia da Mulher é um elo na longa e sólida cadeia da mulher no movimento operário. O exército organizado de mulheres trabalhadoras cresce cada dia. Há vinte anos, as organizações operárias não tinham mais do que grupos dispersos de mulheres nas bases dos partidos operários [...]. Agora os sindicatos ingleses têm mais de 292.000 mulheres sindicalizadas; na Alemanha são em torno de 200.000 sindicalizadas e 150.000 no partido operário, na Áustria há 47.000 nos sindicatos e 20.000 no partido. Em toda a parte, em Itália, na Hungria, na Dinamarca, na Suécia, na Noruega e na Suíça, as mulheres da classe operária estão se organizando. O exército de mulheres socialistas tem perto de um milhão de membros. Uma força poderosa! Uma força com a qual os poderes do mundo devem lidar quando se trata do custo da vida, a segurança da maternidade, o trabalho infantil ou a legislação para proteger as mulheres trabalhadoras.

Houve um tempo em que os homens trabalhadores pensavam que deveriam carregar sobre os seus ombros o peso da luta contra o capital, pensavam que eles sozinhos deveriam enfrentar o “velho mundo” sem o apoio das suas companheiras. Porém, como as mulheres da classe trabalhadora entrando nas fileiras daqueles que vendem o seu trabalho em troca de um salário, forçadas a entrar no mercado de trabalho por necessidade, porque o seu marido ou pai estava desempregado, os trabalhadores começaram a reparar que deixar atrás as mulheres nas fileiras dos “não-conscientes de classe” era prejudicar a sua causa e evitar que avançassem. Que consciência de classe possui uma mulher que se senta no fogão, que não tem direitos na sociedade, no Estado ou na família? Ela não tem ideias próprias! Todo o faz é segundo ordena o seu pai ou marido [...]

O atraso e a falta de direitos sofridos pelas mulheres, a sua dependência e indiferença não são benéficos para a classe trabalhadora, e de fato são um mal direto para a luta operária. Mas, como entrará a mulher nesta luta, como acordará? [...] (KOLLONTAI, 2016).

Importante pensarmos que neste momento da história da humanidade as mulheres não tinham ao menos o direito ao voto. Como nos mostra González (2010, p. 1):

Quando a Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague em 1910, decidiu pela realização de um dia internacional especialmente dedicado à luta das mulheres, nascia, cem anos atrás, o principal dia de luta do movimento de mulheres no mundo. Retomar o sentido da comemoração do Dia Internacional das Mulheres é recuperar parte da história de luta das mulheres, de alguns dos seus debates mais importantes e do esforço das militantes socialistas para convencer suas organizações políticas da centralidade da luta pela libertação das mulheres. O direito ao voto era, então, bandeira central das mulheres em grande parte dos países no mundo. As militantes socialistas nos Estados Unidos já haviam organizado um dia de mobilização pelo voto em anos anteriores. Inspirado nesse exemplo, o movimento de mulheres socialistas aprovou a proposta de um dia de luta unificado internacionalmente. (GONZÁLES, 2010, p.1).

A partir dessa deliberação das socialistas, o dia internacional das mulheres já foi comemorado em vários países em diferentes datas. Somente em 1914 as socialistas coincidiram na data de oito de março a se homenagear as mulheres trabalhadoras.

Após sua aprovação na Segunda Conferência de Mulheres Socialistas em 1910, inspirada no *Woman's Day* (Dia da Mulher) organizado pelas socialistas dos Estados Unidos, as comemorações de um dia internacional das mulheres organizadas pelas militantes socialistas ocorrem em dias diferentes a cada ano nos distintos países [...] sem a definição de um dia específico para sua realização entre os anos de 1911 a 1920. Foram as manifestações das mulheres na Rússia, no dia 8 de março de 1917 (dia 23 de fevereiro segundo o antigo calendário russo) que motivaram a escolha do dia 8 de março como a data comum para comemoração do Dia Internacional das Mulheres, alguns anos depois. A confluência das comemorações do Dia Internacional das Mulheres com a greve das operárias têxteis e a revolta das mulheres com a escassez de alimentos foi o estopim da Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia. (GONZALEZ, 2010, p.4).

Com esse breve histórico do porquê da data do oito de março podemos, então, perceber que esta data comemorativa nasce do interior da classe trabalhadora, advinda da luta das mulheres. Portanto, esse dia só tem sentido a ser comemorado se for aliado ao debate das condições de trabalho e de vida, do conjunto da classe trabalhadora e da situação histórica e atual das mulheres.

Por assim dizer, esta data passa longe de ser um dia de receber presentes ou rosas representando fragilidades. Como vimos, esta data está relacionada com intensas e conflituosas lutas enfrentadas pelas mulheres da época, que lutavam contra a opressão e a exploração, e que ainda são enfrentadas no século XXI. Que as rosas merecidas pelas mulheres sejam sim, para embelezar e embalar a luta pela supressão das classes sociais e contra toda e qualquer opressão. Debate esse que

segue na atualidade e no interior da classe trabalhadora, sobretudo nos movimentos organizados e mistos, ou nos movimentos de mulheres feministas.

Percebe-se que a opressão das mulheres foi, e ainda é, útil ao sistema capitalista para a garantia de maior êxito na exploração da força de trabalho. Não retirando aqui que a opressão das mulheres atinge a todas as classes, mas de maneira diferente. Uma das maneiras utilizadas para oprimir dá-se pela desqualificação, inferiorizando-as em relação ao sexo masculino, entre outras tantas formas.

Por isso, entendemos que a libertação da mulher não acontecerá nos marcos da sociedade burguesa.

Ou seja, ainda que se possa afirmar que o conjunto das mulheres padecem em diferentes graus e formas de discriminações legais, educativas, políticas, econômicas, culturais, etc., o certo é que existem evidentes diferenças de classe entre elas que moldaram em forma variável não só as vivências subjetivas da opressão, mas também, e fundamentalmente, as possibilidades objetivas de enfrentamento e superação parcial ou não dessas condições sociais de discriminação. (D'ATRI, 2017, p. 35).

Ao passo que a luta das operárias foi sendo incorporadas no mundo e no século XXI passa a ser aceita socialmente, no mínimo sendo admitida como justa. Ela foi também sendo uma pauta deturpada, se transformando numa falsa política de “inclusão” das mulheres no mundo do trabalho sendo, inclusive, incorporado pelos partidos políticos e secretarias de estados como se fosse possível igualdade de gênero numa sociedade pautada na desigualdade social, e que necessita da opressão para garantir a exploração. Uma sociedade que se utiliza das mulheres para a manutenção das desigualdades e aceleração das formas de exploração deixando para as mulheres os trabalhos mais precarizados e com menores salários. De modo a fazer com que elas sejam a parcela mais explorada da sociedade. Dessa forma, quem mais se realiza nesta exploração é o grande capital.

É de fato categórico que, ainda que nós mulheres sejamos mais de 50% da população mundial, fazemos parte de um bilhão e trezentos milhões de pobres do planeta e, por outro lado, somente 1% da propriedade privada mundial está nas mãos de mulheres. (D'ATRI, 2017, p.36).

Mas, é certo também que as mulheres socialistas já entendiam e faziam a luta contra a propriedade privada dos meios de produção. Mostrando que a propriedade privada é uma das formas que garante a exploração da força de trabalho. Essa

condição de apropriação do trabalho de muitos por parte dos poucos que concentram e buscam o lucro privado dando-se o direito de usufruir do trabalho de outros. As mulheres operárias, que fizeram a luta, também evidenciaram que as mulheres trabalhadoras dentro de sua classe passavam por uma exploração ainda maior. Pois, eram elas que realizavam o trabalho não pago como nos mostra Saffioti (2013, p. 73): “que o trabalho não pago que ela desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina”.

Ela sofre, portanto, uma condição ainda maior de exploração e o capitalista garante, com isso, que seu trabalho não esteja contabilizado no valor do salário mínimo. Aqui nos referenciamos em Saffioti (2013, p. 73):

Na sociedade de classes, o trabalho, a par de ser alienado enquanto atividade, gera um valor do qual não se apropria inteiramente o indivíduo que o executa, quer seja homem, quer seja mulher. Esta, entretanto, se apropria de menor parcela de produtos de seu trabalho do que o faz o homem. É obvio, portanto, que a mulher sofre mais diretamente do que o homem os efeitos da apropriação privada dos frutos do trabalho social. (SAFFIOTI, 2013, p.73).

Elas, quando batalharam para serem inseridas no mundo do trabalho vendendo sua força de trabalho ao proprietário, portanto, a um patrão, garantiram a possibilidade de serem remuneradas, mas não deixaram suas chamadas “obrigações” da casa. Elas continuaram com o trabalho do cuidado dos filhos, do marido, dos anciões, e dos afazeres da casa. Elas assumiram dupla jornada de trabalho. Pois, continuaram com o que não é contabilizado na remuneração monetária de ninguém dos assalariados.

Os incontáveis afazeres que, juntos, são conhecidos como “tarefas domésticas”- cozinhar, lavar a louça, lavar a roupa, arrumar a cama, varrer o chão, ir às compras etc. -, ao que tudo indica, consomem, em média, de 3 mil a 4 mil horas do ano de uma dona de casa. Por mais impressionante que essa estatística seja, ela não é sequer uma estimativa da atenção constante e impossível de ser quantificada que as mães precisam dar as suas crianças. Assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família. As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis. (DAVIS, 2016, p. 225).

Essas tarefas, que garantem a força de trabalho de todos para que estejam aptos e com a força necessária para a produção de outras mercadorias, mas que não são contabilizadas como necessárias na definição do valor do salário mínimo também garantem que os mesmos sejam menores para o conjunto da classe trabalhadora. O

salário que é a garantia da manutenção da força do trabalho.

Por isso, consideramos que o sistema de produção, o qual oprime e explora homens e mulheres, ganha ainda mais com a opressão da mulher destinando a ela um trabalho que deveria estar incluído no valor do salário mínimo. “Enquanto a família existiu como unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental” (SAFFIOTI, 2015, p.62). Esta sendo o mantenedor que garante a existência humana para vender sua força de trabalho ao dono dos meios de produção.

“[...] Que o trabalho não pago que ela desenvolve no lar contribuiu para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina, diminuindo, para as empresas capitalistas, o ônus do salário mínimo de subsistência cujo capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho”. (SAFFIOTI, 2014, p. 74).

Contudo, esta condição serve então para manutenção de uma sociedade desigual opositora e exploradora. Sobretudo das mulheres, sejam elas operárias, trabalhadoras informais, autônomas ou camponesas.

Porém, se colocamos a perspectiva de classe é porque consideramos que a opressão de todas as mulheres obtém a “legitimidade” de que necessita em um sistema baseado na exploração da enorme maioria da humanidade por uma pequena minoria de parasitas capitalistas, um sistema no qual a perpetuação das hierarquias e as desigualdades são partes fundamentais de seu funcionamento. (D` ATRI, 2017, p. 36).

Um sistema de produção que como nos referimos acima se sustenta na exploração e expropriação de riquezas e dos recursos naturais. Um sistema que tem, com muita facilidade, se utilizado também das pautas de lutas das mulheres para exercer uma maquiagem no que realmente está sendo pautado. Como no caso da igualdade de gêneros, maquam a realidade, e deixam a entender que igualdade de direitos está pautada na igualdade de salários, ou ter mulheres candidatas às instituições burguesas.

Estes elementos fazem parte sim, mas de uma luta muito mais ampla. É sabido pelas mulheres trabalhadoras que ter o direito ao voto não lhes garantiu melhores condições de vida e de respeito. As mulheres sabem que tendo direito a emprego, ou a ser candidata representando qualquer partido político, não resolveu o problema da opressão de gênero. E que, mesmo nos cargos de poder, elas enfrentam as relações que são determinadas pelo sexo.

Com relação ao exercício do poder, convém lembrar que somente 9%

de mulheres ocupam cadeiras nos parlamentos brasileiros, sem contar o baixo índice no executivo. E em alguns casos, mesmo ocupando poucos espaços, são reproduzidas atitudes machistas que não apontam nenhuma mudança. (CRUZ, 2013, p.117).

A bandeira de luta está, sim, evidenciando que essas opressões são as bases de muitas outras que não são reveladas para a sociedade. O que estamos trazendo neste trabalho é que temos muitas mulheres sem acesso à terra, sem acesso à escolarização, sem acesso às condições dignas de existência. E que, no interior da classe, ainda temos que considerar as mulheres negras que sofrem ainda mais com o racismo também estabelecido pela sociedade opressora, branca, rica e patriarcal. “Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra a sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual” (SAFFIOTI, 1987, apud. SAFIOTTI, 2015, p. 33).

É também o que nos mostra a reportagem a seguir. Estes dados evidenciam o alto grau de violência em suas mais variadas faces no Brasil, e o quanto estes são naturalizados e até invisibilizados. Além disso, mostra-nos que o maior índice das violências é exercido por alguém próximo, marido ou ex-marido o que nos revela uma sociedade machista e patriarcal que violenta e mata. Estes dados alarmantes nos ajudam a entender a necessidade da luta das mulheres em todos os sentidos, sejam eles econômicos, culturais ou sociais. Anunciamos que a luta das mulheres, deslocada da luta maior, que visa à transformação social, torna-se vazia de sentido. Do mesmo modo, fazer a luta pelo social sem levar em consideração a opressão da mulher será incompleta. Isto pode ser observado na Figura 1, onde são apresentados diversos relatos de agressão às mulheres.

Figura 1- Reportagem violência contra Mulher

A vendedora de roupas Talita Oliveira, 29, se submeteu a sete cirurgias reconstrutoras nos dois últimos anos: duas na orelha esquerda e cinco no nariz.

- *“E terei que fazer mais dez só no nariz”, diz.*

Em novembro de 2017, foi atacada pelo ex-companheiro, que não aceitava o fim do relacionamento. Era manhã de domingo quando o agressor invadiu a casa da mãe de Talita, em Barueri (SP), onde ela estava.

Tentou esganá-la, quebrar o seu pescoço e arrancou com os dentes uma orelha e o nariz da vendedora. Os dois filhos mais velhos da mulher, de 13 e 11 anos, viram tudo.

- *“Vivi uma cena de filme de terror. Fiquei desfigurada. Dormi uma e acordei outra. Parecia um monstro”, diz ela.*

O Ministério da Saúde registra que, no Brasil, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida por um homem e sobrevive. No ano passado, foram registrados mais de 145 mil casos de violência física, sexual, psicológica e de outros tipos em que as vítimas sobreviveram.

A conclusão vem de dados inéditos do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), obtidos pela Folha via Lei de Acesso à Informação. A reportagem analisou 1,4 milhão de notificações recebidas de 2014 a 2018.

Toda vez que uma mulher procura um serviço de saúde, e o agente identifica que ela foi vítima de violência, é obrigado a notificar o caso às secretarias de saúde (o mesmo ocorre para violências sexuais, independentemente do gênero, e violências contra crianças e idosos, entre outros casos). Essas informações compõem o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA/SVS/MS).

O número não inclui as mulheres assassinadas, já que elas não são objeto do mesmo tipo de notificação. Segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2017 houve 4.396 assassinatos de mulheres no país.

Há também alto índice de subnotificação, mesmo com a obrigação legal do registro o que significa que o número de agressões pode ser ainda mais alto.

Nos últimos anos, houve aumento expressivo nos registros de violência física, psicológica e sexual, de acordo com a base de dados da pasta. A tendência de crescimento se manteve ano após ano.

Os registros de violência sexual, por exemplo, tiveram aumento de 53% no período. Nesse tipo de agressão, 7 em cada 10 vítimas são crianças e adolescentes (têm até 19 anos).

Estupros coletivos (cometidos por mais de um autor) contra mulheres foram 3.837 no ano passado. Quando se considera também os registros de vítimas do sexo masculino, o total chega a 4.716, uma média de 13 casos por dia.

Não é claro se houve aumento no número de casos de violência contra a mulher ou se os casos passaram a ser mais notificados por causa de uma sensibilização maior da sociedade quanto à violência de gênero, diz a socióloga Wânia Pasinato.

-“Nos últimos anos, a gente começou a falar mais especificamente sobre o estupro coletivo, desde o caso de Castelo do Piauí [episódio de 2015 de grande repercussão, em que quatro jovens foram estupradas por cinco homens]”, observa.

-“Os dados estavam lá, mas eram invisíveis, mesmo quem pesquisa na área não dava atenção a isso. À medida que a gente dá mais publicidade, ele começa a ser mais denunciado e o registro entra mais na percepção dos profissionais.”

A antropóloga Tatiana Perrone, pesquisadora do Núcleo de Antropologia do Direito da USP, diz que é difícil precisar a razão do aumento, mas que o crescimento no número de mortes de mulheres é um indicativo de que haja escalada na violência de gênero.

-“Existe um dado bem concreto, que é o corpo. Não depende de notificação”, afirma.

O último Atlas da Violência, do Ipea, com dados de 2017, mostra que a taxa de mortes de mulheres bateu recorde, chegando a 4,7 assassinatos a cada 100 mil habitantes.

Para a promotora de Justiça Gabriela Manssur, o aumento nos registros de violência contra a mulher se deve ao fato de as mulheres fazerem valer seus direitos cada vez mais:

-“Há um maior conflito, porque os homens não aceitam a liberdade de comportamento”.

Se a violência sexual atinge mais crianças e adolescentes, a agressão física tem como vítima preferencial mulheres de 20 a 39 anos (55% dos casos).

Em quase todos os casos de violência, o agressor da mulher é uma pessoa próxima: pai, padrasto, irmão, filho, ou, principalmente, ex ou atual marido ou namorado. É em casa onde as mulheres são, na maioria das vezes, agredidas: 70% dos casos ocorrem em residência.

Foi o caso da Talita, a mulher citada no começo desta reportagem.

A vítima e o agressor, seu ex-companheiro, ficaram juntos por cerca de dois anos. As agressões começaram no segundo ano do relacionamento, segundo ela. Manchas roxas pelo corpo eram comuns.

-“Minha mãe falava para eu me separar, que uma hora ele ia me machucar feio”, diz. “Mas, quando você está dentro do ciclo de violência, é muito difícil sair. A mulher não gosta de apanhar. A gente fica psicologicamente presa.”

Para Perrone, essa violência está ligada aos papéis que são ocupados por cada gênero na sociedade.

-“Os homens são ensinados a utilizar a força e a violência para a resolução de conflitos e tentam colocar as mulheres em determinados lugares. Há um exercício de poder e da violência para controlar os corpos das mulheres.”

Dados levantados por órgãos de saúde, como é o caso do Sinan, tendem a ser mais confiáveis que os de sistemas de segurança, alimentado pelas polícias. Isso acontece porque é alto o índice de subnotificação de casos de violência doméstica e de violência sexual, já que há casos em que as vítimas temem denunciar seus agressores. Wânia Pasinato explica, porém, que os dados do Ministério da Saúde “enfrentam, como qualquer outro sistema de informação, a dificuldade de sensibilizar o profissional da ponta sobre a importância de fazer essa notificação”.

O Ministério da Justiça, que agrega informações policiais, chega a registrar o dobro de casos de estupro que o Ministério da Saúde em 2018.

Isso acontece por uma série de fatores. Primeiro, há estados que enviam dados à pasta da saúde só de atendimentos em hospitais públicos, enquanto outros incluem atendimentos na rede privada. A diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública levanta outro problema.

-“Existe uma certa resistência de médicos, que não querem ser chamados para testemunhar em casos de violência doméstica ou sexual, e não assinam a notificação que deveria ser compulsória”, afirma.

-“Os dados nos ajudam muito a entender o perfil das vítimas, mas não mensuram todo o tamanho do problema.”

Os dados levantados pela reportagem não permitem ver a faixa de renda, mas estudos apontam que a violência contra a mulher atinge toda a sociedade, independentemente de classe social.

O estudo do Ipea mostra que a violência de gênero tem o dobro da ocorrência quando a mulher participa do mercado de trabalho.

Hoje, Talita não consegue mais respirar pelo nariz. Teve depressão, emagreceu 20 kg, viu os filhos repetirem de ano e não consegue arranjar emprego.

- “Qual empresa vai contratar uma pessoa doente, que precisa operar de quatro em quatro meses?”

Com a ajuda de um tratamento psicológico, tenta se reerguer.

- “A minha vida recomeçou do zero. Nasci de novo. Disso eu tenho certeza”, afirma.

O agressor, Ricardo Willians Cazuzza, está preso. Ele foi condenado em primeira instância pelo crime e recorre da decisão judicial.

Tomado de: CUBAS; ZAREMBA; AMÂNICO, 2019.

2.3 O Feminismo como Movimento Social

O feminismo como luta social surge no final do século XVIII. Ele nasce como o filho indesejado da revolução Francesa, que curiosamente, foi uma revolução burguesa que trazia como lema: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Palavras que expressavam a necessidade de todos e todas, no entanto, o que era para ser para todos mais uma vez excluía as mulheres desta prerrogativa. Mesmo com os primeiros levantes contra o sistema vigente e que originou a revolução sendo organizados pelas mulheres dos bairros pobres.

Como ocorreu em outros processos históricos, a grande Revolução Francesa, que envolveu todas as classes, todos os setores sociais em sua luta contra o absolutismo, começou com uma revolta dirigida pelas

mulheres dos bairros pobres de Paris. (D'ATRI, 2017, p.47).

Quando olhamos esta condição histórica das mulheres, percebemos que é da luta de classes que nasce o feminismo como um movimento sócio político e de libertação integral do ser humano, sejam mulheres ou homens. É, portanto, da luta de classes que nasce a libertação do ser homem e do ser mulher. Elas também evidenciam as mais diferentes formas de opressões e explorações sofridas pelo conjunto da classe trabalhadora, que são construídas pelas relações de produção.

Contudo, se faz necessário compreender que a luta e as pautas trazidas pelas mulheres trabalhadoras necessitam serem refletidas dentro de sua própria classe. Afinal, são homens e mulheres de seu tempo com suas construções baseadas na sociedade de classes e que carregam em sua formação a ideologia da classe dominante. Por isso, esse debate se faz necessário a partir de quem sofre as violências e discriminações, mesmo dentro de sua própria classe, pois as pautas da luta mais ampla, por vezes, não alcançam uma parte que sofre a discriminação e a opressão. Se não levarmos em consideração essa parte, estaremos servindo ao sistema patriarcal e capitalista.

O fato é que as mulheres sempre resistiram a serem relegadas ao papel simplesmente de serem meras reprodutoras, invisibilizadas. Não iremos entrar no período da caça às bruxas, por exemplo, mas podemos deixar como referência para aprofundar sobre o tema o livro *Calibã e a Bruxa* onde se coloca (Federici, 2017, p. 134):

Embora a caça às bruxas estivesse dirigida a uma ampla variedade de práticas femininas, foi principalmente devido a essas capacidades – como feiticeiras, curandeiras, encantadoras ou adivinhas – que as mulheres foram perseguidas, pois, ao recorrerem ao poder da magia, debilitavam o poder das autoridades e do Estado, dando confiança aos pobres em sua capacidade para manipular o ambiente natural e social e, possivelmente, para subverter a ordem constituída. (FEDERICI, 2017, p. 314).

Estas mulheres caçadas como bruxas tiveram em seus tempos uma forma de resistência ao patriarcado. Este período da caça às bruxas na visão de Federici (2017, p. 305), foi um dos elementos fundantes para manutenção do patriarcado no surgimento da sociedade capitalista.

A caça às bruxas foi também instrumento de construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do

Estado e transformados em recursos econômicos. (FEDERICI, 2017, p. 305).

A expansão da sociedade capitalista traz em seu germe o surgimento da classe operária e, nela, as massas que resistiam à destruição provocada pelo sistema. Para garantir a disciplina para o trabalho e a dominação era necessário que tivesse um controle maior dos corpos dos trabalhadores e trabalhadoras. Os quais tiveram, segundo Federici, (2017, p.162) “[...] três objetivos principais: i) criar uma força de trabalho mais disciplinada; ii) dispersar os protestos sociais; e iii) fixar os trabalhadores nos trabalhos que lhes haviam sido impostos”.

Já na sociedade capitalista a faceta da exploração e dominação da mulher toma outro caráter.

Se na sociedade capitalista a ‘feminilidade’ foi construída como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, a história das mulheres é a história da luta de classes. (FEDERICI, 2017, p.31).

As bandeiras feministas da classe trabalhadora nascem juntamente com o surgimento da classe operária, elas estiveram em luta e protagonizando resistências contra as condições impostas do modo de produção capitalista que ferem a sua existência.

A história nos mostra que as mulheres estiveram presentes nos enfrentamentos de sua classe. É importante considerar que elas contaram também com a invisibilidade e por sua condição social com menor possibilidade de represália, elas sabidamente e inteligentemente, contrariando tudo o que a elas eram atribuídas, foram para o enfrentamento direto ao opressor, seja ele Asiático, escravista, feudal ou capitalista. Estas lutas, que foram impulsionadas pelas mulheres, embalaram a luta maior da classe operária de sua época. E continuam sendo a referência na atualidade. Podemos, assim, dizer que as mulheres trabalhadoras não suportaram caladas as tiranias da casa real e do sistema capitalista. Elas contaram com a organização, e quando precisaram enfrentar com maior resistência, também souberam fazer com determinação. Mas quem eram estas mulheres?

Eram artesãs, camponesas, operárias em domicílio ou de manufaturas, que sofriam cruelmente de fome e todo o tipo de males, que odiavam a aristocracia e o Ancien Régime [antigo regime] de todo o coração e com todas suas forças. Frente ao luxo e ao esbanjamento da nobreza arrogante e ociosa, reagiram com um instinto de classe seguro e apoiaram a vanguarda militante por uma nova França, em que homens e mulheres tivessem direito ao trabalho e onde as

crianças não morressem de fome. (D`ATRI, 2017, p.48)

Para além das condições desumanas, que essas mulheres enfrentavam nas fábricas tiveram que se organizar como mulheres, em grupos específicos, porque as organizações sindicais não aceitavam a presença delas na vida política e faziam oposição a sua entrada no mundo do trabalho. Notemos, então, que a luta feminista não é por uma inspiração feminina, mas ela surge no seio da luta de classes e é, portanto, o fruto da própria luta.

Se as mulheres se organizaram de maneira independente dos homens, isto ocorre não tanto por inspiração feminista, mas porque grande parte dos sindicatos tratava de proteger os empregos e os salários de seus afiliados mantendo as mulheres por fora de suas organizações e, inclusive, lutando contra sua incorporação ao mercado de trabalho. (D`ATRI, 2017, p.64).

Elas ofereciam riscos como uma ameaça que disputava seus postos de trabalhos. Sobretudo, pela imposição do patrão de que as mulheres receberiam menor salário. Assim, elas se converteram em um exército de reserva que pressionava para os salários serem rebaixados para todos.

Foram décadas de lutas das operárias pelo simples ato de trabalhar com as mínimas condições humanas. Mas, estas lutadoras enfrentaram a sua própria classe e registraram na história essa resistência. Elas estiveram em luta permanente. Primeiro pelo simples ato de existir, mas, principalmente, para poder trabalhar em condições dignas e de igualdade. Percebemos isso com o dado de 1905 que mostra que, enquanto mulheres da indústria têxtil recebiam semanalmente de 6 a 7 dólares, os homens exercendo o mesmo trabalho recebiam de 16 a 18 dólares. (D`ATRI, 2017).

2.4 O Feminismo que nasce da Luta

Foram inúmeras greves e lutas das mulheres trabalhadoras. São essas lutadoras que embalam a necessidade de mudanças e de transformações sociais mais profundas que nascem os processos revolucionários. São nestes processos que queremos destacar três referências de Revoluções para o mundo. Outras com a mesma relevância não serão mencionadas, pois tivemos que fazer a opção. Já mencionamos a importante participação das mulheres na Revolução Francesa de 1789, posteriormente, em 1871, o importante processo revolucionário da comuna de Paris, e, no século seguinte, a gloriosa Revolução Russa de 1917. Além destas,

também fazemos referência aos processos revolucionários da América Latina e Caribe, em que as mulheres também estiveram presentes nas frentes de combate.

O que nos interessa, aqui, é refletir sobre a importante e decisiva participação da mulher nestes processos de transformação social. O que deixa mais claro que o movimento feminista é gestado e parido sobretudo da luta. Portanto, dela não pode ser separado.

Ao se tornar referência no mundo inteiro, o 8 de março tem um importante papel na manutenção da identidade de um movimento amplo de mulheres e é um instrumento de mobilização e aglutinação das mulheres em torno da luta pela igualdade. Em um movimento tão amplo e disperso, que é característica do movimento de mulheres, a construção de um calendário de lutas pode ter um papel decisivo de mobilização e construção de uma identidade política, assim como a construção de símbolos, de dinâmicas próprias e o compartilhamento de uma história comum (GONZALEZ, 2010, p.7).

O feminismo, que nasce da luta, é a organização das mulheres que se levantam contra as mais diferentes formas de opressão e exploração. Para exercer a dominação era necessário que os trabalhadores e trabalhadoras vendessem seus corpos na relação de poder de mando do capital. No caso das mulheres, este elemento era ainda mais forte, era o controle sobre a função reprodutiva das mulheres.

O que nos interessa no tópico a seguir é evidenciar que temos variados feminismos. Porém, o que estamos nos referindo e que mais nos interessa, é aquele que carrega em sua forma e conteúdo a construção de uma sociedade que não haja exploradores e explorados. Uma sociedade que não haja acumulação privada do produto do trabalho alheio. Portanto, podemos, assim, entender que, pela sua própria natureza, o feminismo aliado à luta de classes é o que busca a libertação das mulheres e homens e, este, será obra tão somente da classe trabalhadora.

2.5 Os Feminismos

A luta feminista é resultado da resistência das mulheres que vivenciaram e vivenciam na concretude de suas vidas a existência do patriarcado, que faz do homem a medida de todas as coisas, que atribui ao homem o poder sobre as mulheres, visto como natural, ou cultural construído socialmente. Suas consequências são constatadas em todas as esferas da vida, seja ela familiar, religiosa, social ou política. São relações de poder existentes nos espaços privados e públicos. No entanto, entre

o feminismo foram surgindo várias concepções e entendimentos sobre esta bandeira de luta. Temos aquelas cuja pauta é a incorporação da mulher no mundo do trabalho, outras já é alcançar direitos iguais aos homens, outras por melhores salários ou que estes sejam iguais a dos homens, outras que veem no homem a razão do machismo e com isso, o combate é realizado contra eles. Há também a corrente feminista que guarda a sua origem e defende a luta feminista não como um fim, mas, sim, como um meio para alcançar uma sociedade sem classes sociais, sem a exploração do ser humano, entendendo que é necessária a superação da sociedade capitalista para acontecer de fato a libertação da mulher e, que esta só será possível com uma sociedade onde se veja o outro e a outra como humanos que são, o que o machismo e o patriarcado nunca permitiram fazer.

O feminismo que as mulheres Sem Terra têm como referência é aquele que as mulheres operárias, junto à sua classe, levantaram a bandeira para romper com o isolamento da casa, da procriação, da submissão e, sobretudo, da exploração. Elas, que num período bastante adverso da vida de hoje, foram além de seu tempo histórico. Estas mulheres buscam uma transformação radical da ordem que está posta. Como nos mostra o caderno de formação do setor de gênero do MST (2018):

Muitos feminismos surgiram nas disputas da luta de classes, mas afirmar um feminismo vinculado organicamente com a classe trabalhadora, tem sido o desafio da luta popular. No campo, nos embates com o agronegócio e a mineração, surge o feminismo Camponês e popular, demarcando a realidade desta luta. Assim, na construção da Reforma Agrária Popular, a luta socialista e feminista é uma só e deve estar articulada em todas as ações de nossa Organização. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2018, p.20).

O feminismo proposto pelas mulheres Sem Terra é o que está relacionado a produção saudável, do cuidado com a natureza, daquele que seja baseado em novas relações sociais de produção para todos e todas os e as sujeitas/os. Um feminismo que considere a cultura das comunidades, que seja contra a propriedade privada da terra, dos corpos e de todos os meios de produção. O feminismo camponês e popular com identidade revolucionária identifica seus principais enfrentamentos aliado à luta de classes mais geral, sem perder o específico e estruturante do sistema capitalista. Nos textos do setor de gênero, podemos conferir esta perspectiva:

Suas bases estão estruturadas a partir de uma análise da realidade atual do campo em nível internacional, que identifica alguns elementos que são comuns em toda parte onde atuamos: a apropriação dos bens

naturais pelo capital, a padronização da agricultura através das commodities, a atuação das transnacionais em ramos estratégicos do agronegócio, da mineração e do hidro negócio e o forte aparato do Estado e da maioria dos Governos em subsidiar o capital, com investimentos e financiamentos públicos vultosos.

Isso tem desencadeado um aumento na violência contra as comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas, com despejos, ameaças, assassinatos e perseguições. Uma enorme perda da biodiversidade, da soberania alimentar e do controle das sementes. Além de bloquear qualquer processo de democratização do acesso à terra, tal como a Reforma Agrária. (MST, 2015, n.p.)

2.6 As bem-mal-ditas Mudanças

Delas foram tiradas a liberdade de expressão, delas foram retiradas as capacidades de administração, e de coordenação. A elas foi destinado, pelo poder patriarcal, o ato de gestar, procriar e de cuidar. Elas, as mudas Sem Terra, decidiram não mais simplesmente obedecer, como diz a música cantada por Belchior:

Como o Diabo Gosta

Não quero regra nem nada tudo tá como o diabo gosta, tá. Já tenho este peso, que me fere as costas e não vou, eu mesmo, atar minha mão. O que transforma o velho no novo bendito fruto do povo será. E a única forma que pode ser norma é nenhuma regra ter é nunca fazer nada que o mestre mandar sempre desobedecer. Nunca reverenciar.

No dia oito de março de 2006, elas decidiram não se submeterem mais e, sim, escolheram a desobediência e a transgressão. Elas já vinham fazendo esse ato há bastante tempo, historicamente, como apresentamos anteriormente nesse trabalho. No entanto dessa vez elas saíram do sério e decidiram destruir as mudas, estas mesmas que ameaçam a nossa existência. O não acesso à terra a quem dela necessita para viver é também gerador da fome, da pobreza e sobretudo ameaçador da vida das espécies, haja visto que a monocultura é geradora de uma produção dependente do veneno, do agrotóxico, o grande vilão da natureza.

As mulheres que são invisibilizadas pelo patriarcado social e do estado aproveitaram-se disso e saíram sem oferecer aparentemente nenhuma ameaça ao capital e ao mando. Enquanto eles repousavam em berço esplêndido, naquela madrugada do oito de março de 2006, elas, nas margens plácidas e com braços fortes, desafiavam a própria morte e, como gigantes pela própria natureza, elas lutavam pela pátria amada iluminando o céu de um novo mundo, e de um povo heroico o brado e retum-

bante (como um grito que vai ecoar pelo local) buscavam a igualdade no seio da liberdade, e um sonho intenso de amor e de esperança. Que o futuro espelhe a grandeza de nossos bosques com mais vida, e a nossa vida com mais amores. Assim, verás que uma filha tua não foges à luta! Esse foi o recado e o sentido da marcha triunfal das mulheres que ousaram a enfrentar uma transnacional que se apropria de nossas terras, de nossos bosques, e dos recursos naturais que é do povo.

As mudas que eram invisíveis se tornaram impávidas naquela madrugada. Elas chamaram a sociedade a se posicionarem diante das ameaças que as mudas híbridas do eucalipto representavam para a vida e a natureza. A sociedade soube naquele dia quantos litros de água um eucalipto consome ao dia. Que havia mais de 250 mil hectares de terras cobertas por eucaliptos no Brasil. Que essa extensão de terras com eucalipto consome a mesma quantidade de água que uma cidade de dois milhões e meio de habitantes, que este plantio gera apenas um emprego a cada 25 hectares, e que os rios estavam sendo sugados por aquelas mudas que só visavam o lucro. Elas evidenciaram esses dados para a sociedade.

Para aqueles que consideravam elas como inferiores e as queriam caladas, aquele “Oito de março” mostrou que calar não está no horizonte das mulheres Sem Terra. Inclusive, foi visto por alguns amigos do movimento como: “dessa vez elas foram longe demais”. No entanto, este foi o “Oito de março” das mulheres Sem Terra e da Via campesina, que se tornou um marco no sentido do enfrentamento ao grande capital que ameaça a preservação, o cuidado e a defesa da boa alimentação. Afinal, são elas que são acostumadas a se preocupar com a comida na mesa. Depois de deixarem a mesa completa, elas dizem que veneno não é comida, e que este não deve entrar nos saberes e sabores das famílias. Quando nos referimos a um marco estamos entendendo que foi a primeira ação em que as mulheres enfrentaram a grande transnacional. Como registrado pelo *Jornal Sem Terra* daquele mês

O viveiro que foi alvo da manifestação da Via Campesina é o maior da América Latina com uma produção de 10 milhões de mudas por ano. Também é uma empresa que se destaca pelo volume de recursos públicos recebidos. Só do Banco do Brasil foram quase 2 bilhões de reais nos últimos 3 anos. Portanto, trata-se de uma potência do agronegócio que, com apoio governamental, está em franca expansão tanto em termos de área plantada quanto industrial. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2006, p. 10).

Estas mulheres camponesas aprenderam com a história que a opressão só será vencida por aqueles e aquelas que são oprimidas. Por isso, elas trazem o debate

de que será preciso assumirem o comando da luta contra o machismo e da construção de um projeto popular. Elas construíram alianças entre as mulheres do campo e da cidade para mostrar a real força daquelas que produzem comida e a vida. Elas construíram para poderem destruir as mudas que ali representavam a força da destruição e da acumulação. E o “Oito de março” de 2006 foi esta referência de protagonismo das mulheres camponesas que levantaram o debate e a defesa do meio ambiente, contra as transnacionais que transformam os países considerados periféricos em seus quintais para acumular capital e, assim, aprofundam a pobreza e a miséria.

Por isso, as mulheres camponesas dizem “não” ao deserto verde. Elas realizaram a ação no mesmo período em que acontecia em Porto Alegre a II Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, organizada pelo Órgão das Nações Unidas para a agricultura (FAO). A ação na Aracruz Celulose cumpriu a tarefa de questionar o “modelo” do agronegócio utilizado na agricultura. Questionou os grandes grupos capitalistas e o avanço do deserto verde que mata a biodiversidade, secam os rios e deterioram os solos.

Onde o deserto verde avança a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fabricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2006, p.8).

O que estas mulheres pautaram para ser debatido na sociedade foi, sobretudo, a defesa da vida, da natureza, e da alimentação saudável. Elas estão alertando os governantes e a sociedade da necessidade de cuidar do meio ambiente e da biodiversidade. São elas, que de forma polêmica, mas firme, dizem para a sociedade que a vida é o central, e que é tarefa de todos cuidar para que tenhamos um ambiente saudável e equilibrado para uma boa qualidade de vida para todos e todas. Elas, no manifesto lido na II Conferência, anunciaram: “Se o deserto verde continuar crescendo, em breve vai faltar água para bebermos e terra para produzirmos alimentos” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2006, p.8).

A ação teve reflexo também internamente no MST como nos conta, em entrevista, uma dirigente do setor de produção do movimento. Em diálogo com Devanir, pedi para que ela falasse um pouco sobre como ela vê o papel das mulheres no debate e na prática da agroecologia no MST, estes que são sempre pautas das lutas dos “Oito de março” das mulheres Sem Terras.

Quem está na prática fazendo a agroecologia são as mulheres, não

tem como falar da prática da agroecologia sem falar das mulheres. Eu lembro, na época, que o setor de produção era quase só homens, foi um desafio nosso de começar a questionar. Não lembro direito o ano que começamos a questionar sobre a participação das mulheres no setor. E quando as mulheres começaram a participar mais do setor, o coordenador do setor disse que tinha tido uma qualidade no debate a partir da participação das mulheres. Foi muito visível, não precisava nem fazer pesquisa. Foi em relação a mística, mas também no olhar do todo, porque são elas que estão lá na ponta fazendo. A agroecologia se fortaleceu com a participação da mulher no setor de produção. Eu lembro que às vezes eu ficava puta da vida quando os homens falavam de agroecologia e não faziam. E fomos nós que começamos a dizer 'Ou a gente traz isso para o debate, e toda a organização assume isso, ou isso vai ficar no papo o resto da vida'. Isso acontece a partir da participação das mulheres no setor. De 2006 para cá é que os homens acordaram para essa questão, a ação das mulheres fortaleceu, forçou a entenderem que era uma questão mais ampla, e que era do conjunto da organização. Ouve um tempo que a gente falava em agroecologia e era chacota, não era levada a sério, ficava como sendo coisa de mulher, como uma pauta menor. Porque naquela época se falava em coisas grandes e a agroecologia ficava como coisa de quintal, e quem cuida de quintal são as mulheres. Em 2006, isso se fortaleceu, mas ouvimos depois da luta de 2006 um dirigente dizer no encontro estadual do MT, que 'ninguém sustenta cinco bilhões de pessoas que passam fome no mundo com essas rosquinhas', referindo-se às mandalas de produção das hortas. Não me esqueço disso nunca na vida! A agroecologia para eles não tinha nenhuma importância. A partir dessa fala gerou um debate na direção estadual toda, dizendo que não é isso que nós entendemos por agroecologia. E que entendemos que a mandala é uma forma de organização do espaço de horta, a gente entende que a agroecologia é muito mais ampla que isso. São somente experiências que as mulheres tocam. É um discurso feio que geralmente eram feitos por homens. A gente sente na pele, e nos preocupava muito quando o movimento vai assumir para si como um projeto político. A mulher tem um papel fundamental nesse projeto político. Alguns esquecem coisas que não são menores, são fundamentais de começar por aquilo que podemos fazer. Tem uma pesquisa no assentamento Roseli, que fazem a agroecologia na prática, e só existe porque as mulheres estão à frente. Os lotes coordenados só por mulheres é que assumem a agroecologia. 2006 ajudou a abrir os olhos de quem achava que isso era coisa de quintal. (DEVANIR, 2019).

Podemos dizer que a luta travada pelas mulheres foi de enfrentamentos de modelo para a agricultura, mas foi muito além disso, de alguma maneira alertou o próprio movimento da necessidade de se posicionar com mais força sobre o assunto. Elas apresentaram a real situação de destruição provocada pelas grandes corporações e do pensamento patriarcal e destruidor da vida que o sistema capitalista impõe para o campo. Elas se apresentaram como sujeitas desta construção baseada em outro projeto de soberania alimentar e de formas de produzir que respeite a saúde

humana e da natureza. A partir desta data pode-se dizer que o feminismo ganha outra compreensão dentro do MST (FIGURA 2).

Figura 2. O lenço lilás, representação social da luta das mulheres



Fonte: Arquivo MST, 2006.

Para as mulheres que enfrentam o patriarcado, o machismo, as desigualdades, as mais diferentes formas de violências, sejam elas sociais ou estatais, estar em frente a violência policial orquestrada pelo estado burguês, as faz mais fortes. Pois elas mostram com coragem que é na luta que se constrói a liberdade, é na organização que se apresentam os desafios de enfrentar as mazelas impressas pelo capital. E a força que as colocam em movimento com seus lenços lilás e com a bandeira do MST, nasce da constante necessidade humana por liberdade, dignidade e felicidade.

2.7 O feminismo camponês e popular

Nosso tema central busca evidenciar a ação realizada na luta do “Oito de março” das mulheres Sem Terra organizadas no Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra, e como esta luta tem sido um espaço de socialização feminista, traçando estratégias de ocupação dos espaços geográficos em suas mais diferentes formas de representação na realidade. Fazendo da luta um ato de enfrentamento e denúncia das contradições deste sistema.

Com essa luta, elas se apresentam para a sociedade e a seus próprios

movimentos como sujeitas. Mostram o Feminismo Camponês e Popular, contra o sistema, saindo do espaço historicamente reservado a ela pelo patriarcado, que entende o feminismo não como ponto de chegada, mas, sim, o ponto de partida. Sem perder a totalidade da luta antissistema. Como nos revela em entrevista (ITELVINA, 2019).

Isso é uma construção de uma ação histórica. Isso está em nós, na gênese do nosso nascimento. A raiz do que hoje chamamos de feminismo camponês e popular, vem dessa raiz da luta das mulheres em luta e na luta. Contra todas as questões estruturais que nos oprimem, dessa sociedade concentradora de terra, de renda, de riquezas e destruidora da vida.

Entendendo que a luta contra o Capital, o fim dessa sociedade patriarcal, é uma luta pela emancipação humana. Só podemos falar de emancipação humana se lutarmos contra todas essas questões que nos oprimem, nos violentam. Essa não é uma luta só das mulheres. O passo seguinte que temos que dar no conjunto do movimento é de que a luta pelo socialismo, por uma nova sociabilidade humana é necessariamente uma luta feminista, e isso não cabe só para as mulheres. Homens e mulheres devem se construir com práticas emancipatórias de novos valores, que são práticas feministas. O feminismo é algo da classe, pois tem a ver com a nova sociabilidade humana que buscamos construir, de respeito, alegria, amor, de viver bem. (ITELVINA, 2019).

Elas mostram que não estão em movimento como figurantes. Estão fazendo da luta feminista e de classes um espaço de muita sensibilidade humana, e que se faz com a beleza de querer ver alimentos saudáveis em todas as mesas. Em saber que o feminismo é uma luta pela libertação da humanidade, Isabel (2019), na entrevista, fala:

Sem o feminismo não há libertação da classe trabalhadora. De nada serve eliminar a sociedade de classes se nós não crescermos como humanos, homens e mulheres. Isso que buscamos enquanto construímos uma nova sociedade. (ISABEL, 2019).

Estas falas nos evidenciam que a delicadeza está em apresentar a construção do feminismo camponês e popular em todos os sentidos da vida humana, sendo este uma luta que passa pela transformação da sociedade, mas, sobretudo, passa pelas relações desde agora na mudança dos hábitos e formas de nos relacionarmos.

Um enfrentamento que passa desde as muitas músicas machistas e preconceituosas tocadas diariamente nos meios de comunicação visando a venda de todos os tipos de mercadorias que coloca a mulher como produto da beleza e a delicadeza, que passa também por não aceitar os menores salários pelos mesmos

trabalhos, e que vai até em entender que elas devem estar nas mesas de negociações e onde quer que elas queiram estar.

Considerando que o território sempre está vinculado a ideia de poder, entendemos a luta das mulheres inserida na disputa pelo espaço e território. Visto que a luta do “Oito de março” que estamos refletindo neste trabalho vem enfrentando diretamente a luta contra o capital atuante na agricultura e na disputa pela terra. Esta luta é uma demonstração de que esta realidade precisa mudar e que só será possível com organização e ação diretamente vinculada à luta por direitos estruturais, sociais e políticos, quebrando assim um padrão preestabelecido do que é ser mulher e ser homem na sociedade vigente (FIGURA 3).

Figura 3- O lugar da mulher



Fonte: arquivo do MST, 2007.

Se as mulheres que fazem a luta pela terra, também fazem a luta pela emancipação humana, podemos, assim, supor que somente a libertação econômica não basta. Pois, se assim fosse, as mulheres que têm seu trabalho remunerado com seus salários que garantem sua sustentação e, por vezes, até mesmo de sua família, estas não sofreriam discriminações e variados tipos de violência. Contudo, os dados oficiais nos revelam que a violência de gênero tem aumentado no último período como apresentado no *Dossiê da violência contra as mulheres*, realizado pelo Instituto

Patrícia Galvão (2018). Este dossiê mostra que a cada 11 minutos acontece um estupro, a cada duas horas uma mulher é assassinada, 503 mulheres são vítimas de agressões a cada hora, e acontecem 5 espancamentos a cada dois minutos. Portanto, pesquisar e escrever sobre a opressão das mulheres, sobre as lutas históricas das mulheres e sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres, tem relevância, sobretudo, relacionando-as aos dilemas gerais da sociedade dividida em classes, de modo a revelar como a forma de organização desta sociedade tem a ver com as diferentes formas de dominação e violências, em específico a dominação sobre a mulher.

Na luta do movimento Sem Terra, usa-se muito a cantoria, a poesia e os gritos de ordem criados pelos seus integrantes. Para explicitar a necessidade da luta das mulheres e a participação igualitária entre homens e mulheres há uma, em especial, que vale registrar: "Sem Feminismo não há socialismo!". Uma bandeira que precisa ser entendida no seu conjunto, tanto pelos homens como pelas mulheres. Podemos entender melhor o sentido desta palavra de ordem para as mulheres ao ouvir a dirigente e militante feminista do MST, uma das entrevistadas, Kelly Manfort.

O Feminismo Camponês e Popular é uma construção das mulheres do campo que participam dos movimentos populares da Via Campesina, especialmente na América Latina. Ele surge da necessidade em relacionar a luta por terra, território, reforma agrária, agroecologia e soberania alimentar com o legado histórico das mulheres que forjaram no seio do movimento operário da Europa, o feminismo revolucionário. Para nós a questão de classe e da luta pela emancipação humana está organicamente vinculada à gênero, diversidade sexual e raça / etnia. Por isso a palavra de ordem "Sem Feminismo, não há socialismo" é um posicionamento político de como nós mulheres entendemos as transformações, e os pilares estruturais de dominação a serem destruídos. Não existe projeto socialista sem a igualdade substantiva das mulheres na sociedade e essa luta se faz na velha sociedade, para que o novo realmente possa florescer. (KELLY, 2019)

Esta afirmação nos faz supor que está posto no seio da organização o debate sobre a participação igualitária de mulheres e homens, e que esta deva ser encabeçada pelas próprias mulheres. Acreditamos, assim, que seja uma luta das mulheres na construção de uma consciência coletiva do conjunto da organização, na tentativa de superação das contradições neste campo dentro do próprio movimento, mesmo porque, estas estiveram sempre presentes na luta pela terra. Isso deixa claro que uma sociedade emancipada, socialista, só será possível quando estas

desigualdades forem superadas.

Parece-nos inconcebível a luta pela terra sem a participação efetiva das mulheres. Portanto, queremos, com este trabalho, trazer as vozes do feminino da luta e evidenciar a história das mulheres dentro de um processo de luta e resistência entendendo que este movimento, sem a participação das mulheres, tende a definir e morrer.

Acreditamos que, para encarar e discutir este tema, é necessário enfrentar comportamentos do dia a dia e que são historicamente construídos de maneira machista e patriarcal. Estamos falando de comportamentos históricos do como se aprende a ser homem e a ser mulher. Num movimento cultural de modelos impostos e construído historicamente como nos mostra, Lins (2000), em seu belíssimo trabalho em *A Cama na Varanda*.

O patriarcado é uma organização social baseada no poder do pai, e a descendência e parentesco seguem a linha masculina. As mulheres são consideradas inferiores aos homens e, por conseguinte, subordinadas à sua dominação. Superior/inferior, dominador/dominado. A ideologia patriarcal dividiu a humanidade em duas metades, acarretando desastrosas consequências. (LINS, 2000, p.32).

Por isso, o tema suscita um problema a ser investigado e analisado em nossos tempos, o que nos ajudaria a compreender as determinações desta sociedade dividida em classes.

Analisar a luta das mulheres com olhar sobre o feminismo no “Oito de março” ganha maior sentido se a leitura desta homenagem estiver inserida na luta de classes. Tendo em vista que estamos nos referindo às mulheres Sem Terras, cuja história acontece dentro de uma organização social, que faz a luta de enfrentamento ao latifúndio e ao projeto de agricultura implantado no Brasil.

Vamos buscar entender estas aspirações dos diferentes grupos sociais, que estão de acordo com as condições de vida de cada um, no caso, a que chamamos de “classes sociais”. Com este olhar é que vamos buscar analisar o Feminismo no MST partindo do ponto de vista dos e das trabalhadoras/es, em especial, de uma parcela por vezes esquecida, que são as mulheres Sem Terra. Abordamos o tema do Feminismo e da luta de classes como um processo histórico em que os interesses opostos se cruzam e se reconhecem acontecendo, assim, o confronto, acontecendo, assim, a luta de interesses. Ambos os grupos com consciência de qual lugar ocupam

na sociedade. As classes sociais aqui referidas, não apenas enquanto um conceito de análise, mas em sua concretude como elemento histórico, tomando as mais variadas formas, de acordo com o período histórico vivenciado. Talvez seja por isso que as mulheres trabalham a categoria gênero como histórico e não separadamente da classe social a que pertencem.

A posição econômica dos determinados grupos sociais pode ser importante, no entanto, não são determinantes, são insuficientes para sua definição segundo Gurvitch (1982):

As classes sociais são igualmente caracterizadas pelo fato de constituírem grupos permanentes, isto é, pertencem à categoria de agrupamentos mais estáveis no ponto de vista de sua duração; sob este ângulo, distinguem-se não só dos agrupamentos temporários, mas também dos agrupamentos duradouros, cuja dissolução é prevista sob certas condições. (GURVITCH, 1982, p.191)

Por esta definição de classes, de identificação das classes, deve-se levar em conta "o conjunto das práticas sociais". Portanto, se leva em conta também seu papel da "divisão social do trabalho". Nas relações sociais de produção é que se define também o econômico que, por sua vez, é um elemento importante e fundamental na constituição da classe. Sendo assim, o determinante para a definição de classe é "na unidade, produção, consumo e repartição". Pretendemos também entender estes elementos citados acima como parte do movimento dos trabalhadores construídos pelos mesmos e pensados para eles.

A referente inquietação é que nos leva a pesquisar sobre e como, então, é possível estabelecer uma nova cultura que possa respirar a perspectiva de novas relações junto à luta material, e que possa fazer, assim, refletir sobre uma postura diante a vida, que faz os nexos com a vida, que seja emancipatória. Relações com novas expressões humanas que toma contornos sociais e políticos. Estas que, de maneira geral, não são somente reproduções imediatas do real, de comportamentos ditados pela sociedade, mas que sejam baseadas no respeito mútuo, na dignidade numa concepção de mundo que seja libertadora.

As mulheres que fazem a luta econômica e política em defesa do território descobrem um impulsionador do "ser mulher". Pois, é na luta que elas descobrem a força coletiva, como bem nos afirma em entrevista a Sem Terra, Beth:

Quando cheguei no movimento, com as formações que o movimento faz no acampamento cotidiano, a gente se viu como classe trabalhadora e depois, no recorte, como mulher. O que me impulsiona

a lutar no Oito de Março, e muitas vezes é uma luta contra algum tipo de violência, seja ela física, verbal ou institucional. Lutar contra tudo isso e você se ver enquanto sujeito coletivo. Quando eu era criança, adolescente e depois jovem, era eu achando que era eu sozinha. Quando você entra na organização, você começa a ter espaços mais coletivos. Aquilo que eu achava lá quando criança, adolescente e depois quando jovem, hoje beirando os trinta, é que você vê que a mesma questão sua é a mesma de outras companheiras e que isso é um efeito dominó, é pertencente a um sistema. O que me impulsiona a lutar no Oito de Março é me entender enquanto mulher, enquanto sujeito coletivo, você me dá força, e eu, dou força a outras mulheres criando uma rede. Nós conseguimos coletivamente enxergar nossas fraquezas, mas também enxergar o que podemos proporcionar. Hoje, eu e minha mãe com 56 anos, a gente consegue dizer o que é feminismo. Porque o Movimento Sem Terra tem essa dimensão da formação coletiva, mas considerando as experiências individuais. Antes da organização eu conseguia ter reflexões para algumas coisas, mas não conseguia ter a força como sujeito, e nem também a base teórica referente a isso. (BETH, 2018).

É no enfrentamento que se colocam diante do poder do capital. É também nas ações coletivas que elas percebem a necessidade de um novo modelo de agricultura e se fortalecem dentro de uma construção do ser mulher inserida na luta. Na compreensão de Longo (2012):

El fortalecimiento de las mujeres que participan em los movimientos sociales es uno de los indicadores positivos que se vislumbran claramente em el estudio. El pasaje de estar “solas”, a formar parte de un colectivo es percibido por las mujeres y asumido como un elemento vital para sobrellevar los problemas que surgen em la vida cotidiana. (LONGO, 2012, p. 143).

Na nossa interpretação da realidade percebemos que são as mulheres as que mais se preocupam com a natureza e com as pessoas – crianças, idosas ou adultas - ao longo de toda a sua vida. No entanto, o mercado apresenta falsas soluções para que possam suportar a sobrecarga da extensa jornada de trabalho, oferecendo a elas estimulantes e remédios para aliviar as dores físicas e infinitos produtos químicos da indústria de beleza. Ao realizarem a luta de enfrentamento ao projeto de dominação, elas estão dizendo “não” a essas falsas soluções. Estão defendendo o reconhecimento da interdependência entre as pessoas e a natureza, bem como o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados, que são essenciais para a sustentabilidade da vida. As mulheres da luta feminista têm mostrado a necessidade de construir novas relações de gênero.

A construção do Feminismo Camponês e Popular, é resultado de um acúmulo

político em construir uma articulação das mulheres dentro do movimento continental e internacional fortalecendo, assim, a luta, e as organizações, numa perspectiva da construção de alianças para outro projeto de sociedade e de campo, que se contrapõe radicalmente ao modelo capitalista patriarcal. Por isso, esse é um debate que vai além das mulheres Sem Terra do Brasil, é um Feminismo construído com a Coordenadoria Latino-americana de Organizações Campesinas - CLOC – Via Campesina, que busca respeitar os povos latino-americano e suas culturas.

A decisão de construção desse Feminismo, foi tomada na IV Assembléia Latino-Americana das Mulheres do Campo em 2010, em Quito, Equador, em que foi aprofundado a análise sobre a perspectiva Feminista no interior do Movimento Camponês ao afirmar que “Sem Feminismo, não há Socialismo!”. Um Feminismo que considere a luta e a causa dos povos originários e, sobretudo, respeite sua relação com a terra e a natureza. Como afirma Gargallo (2013):

Las mujeres indígenas que se reivindican feministas, por lo tanto, subrayan su acción en el movimiento indígena de su país y/o en el continental, sin negar que es de su interés despertar o fortalecer la conciencia y la acción de las mujeres de su pueblo para la buena vida em coletivo [...] El Feminismo comunitario nacido com propuesta vivencial, ha ido construyendo su propia epistemología, pues permite tener una conciencia crítica para transformar la realidad, a partir de categorías y conceptos propios, desde el sentido de ser y estar em relación con otras, otros y con el cosmos. (GARGALLO, 2013, p. 217-220).

Sem perder a contribuição histórica das várias correntes feministas, podendo incorporar na luta as especificidades que temos na América Latina. Sobretudo, por fazerem parte de um movimento social que faz o enfrentamento direto ao projeto de sociedade vigente e à propriedade privada exercendo, assim, o embate de classe na disputa pelo espaço e o território. Entendendo que estes estão em constante disputa na luta de classes, e produzindo os diferentes espaços. Assim, nos ajuda Fernandes (2005):

O espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformada continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: político, culturais, econômicos e ciberespaços. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política, e a economia. As pessoas produzem espaços e, ao se relacionarem diversamente, são frutos dessa multidimensionalidade. (FERNANDES, 2005, p. 2)

Na construção de um espaço e sua espacialidade em uma relação social, que produz o espaço, que produz o sujeito com uma intencionalidade. Considerando que as relações humanas são produzidas pelo espaço que habitam, mas este espaço também produz este sujeito que é também natureza. Assim, compreendemos que a luta é mais ampla, que não se restringe somente em conquistar a terra. Porém, nesta conquista, nos possibilita atuar para a transformação das relações humano-humano e este com a natureza. Pois, se retirada as conexões das relações humanas com a natureza, nos desconectam da realidade e dos sentidos humanos, estes que nos tiram a possibilidade de uma educação integral, estes que nos distinguem como seres humanos com elevação do nível de consciência, que nos faz ir além da sobrevivência biológica imediata.

A proposta do feminismo camponês e popular, que nasce da luta das mulheres camponesas, traz o debate de um modo de vida em que o outro e a outra sejam valorizados, em que o patriarcado seja destruído, em que o homem não seja a medida de todas as coisas. Elas trazem o debate de um modo de vida local, resgatando a possibilidade de inserirem-se na economia local e regional. Produzindo uma alimentação saudável e com autonomia tecnológica, onde a soberania alimentar está associada ao modo de vida da sociedade, de modo a eliminar a atuação sangrenta e sanguessuga das corporações. Como colocado por Carvalho e Costa (2012):

A expressão “agricultura camponesa” comporta, na sua concepção, a especificidade camponesa e a construção de sua autonomia relativa em relação aos capitais. Incorpora, portanto, um diferencial: a perspectiva maior de fortalecimento dos camponeses pela afirmação de seu modo de produzir e de viver, sem com isso negar uma modernidade que se quer camponesa. (CARVALHO; COSTA, 2012, p. 29).

O lugar da agricultura camponesa está numa perspectiva de futuro. Sem alterações dos ciclos da natureza e, ao dizer que a humanidade não quer continuar comendo veneno, está sendo reafirmado a agricultura camponesa realizada com compromisso social, ambiental e sustentável. Uma agricultura associada à possibilidade de produção mais barata, com qualidade e diversidade. Mostrando que os sinais de insustentabilidade desse sistema de uma agricultura artificial são visíveis.

Evidenciando, assim, que os camponeses são o grupo social que produzem a favor e junto com a natureza, mas que não podem comprar essa briga sozinhos, a

sociedade é quem vai impedir esse “modelo” de continuar essa produção desenfreada de alimentação contaminados ao perceberem e afirmarem que não podem mais continuarem se alimentando com agrotóxicos. Essa exigência se somará à luta das mulheres Sem Terra pela produção agroecológica e soberana. Enquanto a terra estiver concentrada, maior é a impossibilidade de uma alimentação saudável.

Contudo, não estamos afirmando aqui que os camponeses também não façam uso do veneno no alimento que produzem. Em nosso entender, ainda temos muitos que foram influenciados, e até condicionados às leis do mercado. Para poderem competir no mercado são levados a assumir essa lógica. No entanto, o que elas estão afirmando é que o campesinato, por princípio, pode produzir sem veneno, e que não existe possibilidade de viabilizar a agricultura camponesa com a presente desigualdade de distribuição da terra. Também é de nosso conhecimento que a fome não é a falta de alimentos e, sim, a má distribuição de alimentos. Por isso, a soberania alimentar entra como parte da economia, porque ela vai envolver os mercados locais e possibilitar renda para todos poderem se alimentar. E não estamos falando que, para alimentar o mundo, poderá ser qualquer alimento. Mas que será necessário o alimento sem veneno. E para tanto, o alimento saudável supõem uma sociedade com redistribuição das terras, ou seja, que seja de fato realizada a Reforma Agrária popular.

O dia internacional de luta das mulheres trabalhadoras rurais Sem Terra realizada em todas as regiões do país em todos os anos está inserida na Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas. Elas estão fazendo a denúncia ao “modelo” do agronegócio no campo brasileiro, considerado por elas como uma ameaça ao meio ambiente e à vida da população.

O modelo de produção de eucaliptos, cana, soja, entre outros produtos para a exportação, que destrói a natureza, não gera emprego e desaloja milhares de pessoas. Quando buscamos mais informações nos documentos do próprio movimento sobre o assunto encontramos estas referências sobre a natureza do agronegócio no Brasil, uma pesquisa realizada por Oliveira e Stedile (2005).

O agronegócio é a atividade que gera emprego no meio rural. Conforme se pode ver na tabela que vamos apresentar em seguida, pelos dados do IBGE, nas fazendas acima de 2 mil ha há apenas 350 mil trabalhadores assalariados. Menos do que os 900 mil assalariados que a própria pequena propriedade emprega. Ou seja, o modo de produzir da fazenda do agronegócio, que se moderniza permanentemente, expulsa mão-de-obra do campo. Portanto, desemprega em vez

de gerar emprego aos trabalhadores. (OLIVEIRA; STEDILE, 2005, p. 28).

É esse debate que tem sido trazido pelas mulheres camponesas ao fazerem a denúncia do sistema capitalista, racista, e patriarcal produtor dessas mazelas. Elas estão fazendo a defesa nos seus espaços de geração de economia referente à produção, nos espaços políticos e sociais. O que nos mostra Moreira *et. al.*, (2019)

Os movimentos sociais de agricultores familiares surgiram no bojo dessas contradições enfrentadas, levantando como pauta comum a bandeira de soberania alimentar e, em muitas experiências políticas e produtivas de organização e instâncias dos movimentos, nas associações, nos assentamentos e nos próprios lotes, tendo as mulheres papel de protagonistas. (MOREIRA, *et. al.*, 2019, p.52).

O que elas trazem, com suas formas de lutas, em seus cartazes, suas palavras de ordem e ferramentas nas mãos, é a defesa da agricultura camponesa baseada em novas relações com a natureza, mas também sociais (FIGURA 4).

Figura 4- Mulheres em Resistência pela vida



Fonte: Arquivo MST, 2008.

Ao enfrentarem as poderosas e, quase intocáveis, transnacionais, estão denunciando a participação do Estado como um dos subsidiadores do grande capital. Estão mostrando as desigualdades que também tem a ver com a ausência de políticas

públicas efetivas para dar condições de vida digna para quem vive no campo, como educação, saúde, moradia, lazer, cultura.

Esse grande processo mobilizador e formador realizado pelas mulheres as apresentam de uma outra perspectiva. Mobilizadora, porque mobiliza a sociedade a debater os temas levantados por elas, exige dos debates uma tomada de posição, seja ela a favor ou contra. É, portanto, formador, porque coloca as mulheres na condição de comando de todo o processo que envolve a ação por elas realizadas. Coloca-as em movimento para teorizar e agir, contra todo e qualquer tipo de violência exercido contra as mulheres. Elas não só denunciam, elas apresentam o modelo possível que seja alternativo e sustentável. E mostram, na luta, que é pela luta que existe a possibilidade de mudança. Que a luta é uma condição para a vitória, e que o protagonismo das mulheres é a condição real, de onde elas foram historicamente invisibilizadas e esquecidas, para que construam a sua própria história.

Este protagonismo deve estar em consonância com as mulheres trabalhadoras das cidades para que, juntas, possam mudar o rumo da história e, emanadas com a classe trabalhadora, possam construir uma sociedade com novos valores, calcados em um mundo sem violência e sem opressão. Um mundo contra toda e qualquer forma de opressão e mercantilização da vida, dos corpos e dos bens da natureza. Além disso, a luta contra o patriarcado, um dos pilares do capitalismo, é também condição para forjar mudanças reais. Elas não vacilam! E, em todos os “Oito de março” seguem rompendo cercas, ocupando terras, e enfrentando as grandes empresas transnacionais, mostrando que o pessoal é também político e que, portanto, se faz necessário novas relações.

3 HISTÓRIA E MEMÓRIA DA MULHER SEM TERRA

Mulheres e a quebra das correntes

Poucas delas sabiam o que de fato ia acontecer naquele amanhecer. O que todas sabiam, é que aquele era um dia de luta das mulheres, porque março ainda não acabou. E sabiam muito bem, que qualquer coisa que houvesse sido planejada pelas camaradas, representaria seus desejos, seus sentimentos e sua vontade de permanecerem vivas.

Nós estávamos em 500 mulheres! Na verdade, não, estávamos em muito mais, nós carregávamos em nossos corpos outras tantas mulheres que se misturavam em nosso sangue, em nossa pele, em nosso suor, e nos nossos punhos. Aquelas cujas vidas foram ceifadas pelo fato de serem mulheres. Nós nos tornamos Marielles, Dalvas, Marias e Jocilenes, nos tornamos também nossas avós, nossas mães e tantas meninas que estão desabrochando para a vida. Elas estavam todas ali, gritando em nós, respirando a brisa fresca da madrugada.

Nós não tínhamos armas, dessas que o presidente do Brasil usa em seus discursos vazios e odiosos para ameaçar pobres, negros, mulheres, crianças nas escolas. Porém, tínhamos as nossas certezas, de que precisamos lutar para permanecermos vivas, sim, VIVAS, respirando!

O incrível é que mesmo não sabendo exatamente o que viria a acontecer, elas sabiam que aquele lenço de chita, aquele silêncio em que só se ouvia a respiração uma da outra, era indicativo de algo grandioso, deslumbrante e emocionante e que nos levava para a quebra das correntes.

Sabe por quê? Porque nossa resistência é contra tudo o que fere nossa existência! Por isso, ir sem mesmo saber para onde, sem questionar. Tínhamos claro que nosso caminho poderia ser interrompido, que algo poderia acontecer para nos parar, poderíamos ser atacados por bandidos, estes que são do estado ou mesmo estes que são pagos para matar. Poderiam nos tirar a vida mais uma vez! Mas desta vez não seria simplesmente pelo fato de sermos mulheres. Agora seria sim, porque saímos do anonimato, porque ousamos erguer a cabeça e colocar o boné da organização que não se cala diante as injustiças cometidas contra qualquer companheira e companheiro.

Eles não nos pararam no caminho, mas logo que chegamos eles vieram. Pensavam em nos intimidar, com suas armas em punho, e com a agressividade de másculos todo poderoso; pensavam que iríamos correr e nos esconder. Ledo engano desses algozes da morte... nós, ao som de um chamado, fomos ao encontro deles, afinal, já não tinham mais nada a nos tirar... ou tinham?

“Se ficamos com medo?” Sim, mas como já dissemos, nós éramos muitas, milhares, milhões... E, além disso, nós tínhamos os lenços de chitas que embelezavam nossos rostos, e nos davam identidade, essa senha que nos torna uma só; estávamos com uma chita florida, colorida que compunha nosso belo traje de guerreiras.

Aos poucos a gente se reconhecia, por vezes pelos cabelos de muitas cores e cortes, pelos olhos, pelo jeito de colocar a mão na cintura, pela forma de erguer o punho, e, assim, seguimos aos poucos nos conhecendo e nos reconhecendo, nos cuidando, nos protegendo.

Naquele momento já não se ouvia mais a respiração, porque havia outros sons mais fortes, o som da quebra das correntes nos arrepiava,

nos provocava gritos emocionados, como se aquelas correntes que identificavam o latifúndio não fossem só isso, e de fato não eram. É nessa concentração, nesse poder que se apresentam o tráfico, a exploração, a violência, e a apropriação de nossos corpos, de nossas vidas, de nosso trabalho e do poder de dominação.

Aquelas correntes de fato tão fortes, tão grossas, malditas, pesadas e cruéis tinham que ser quebradas, rompidas, estraçalhadas. O “tillim” do impacto do machado e da marreta na quebra das correntes que nos aprisionam, soava como uma música clássica aos nossos ouvidos tão desacostumados a escutar.

Com as trocas de olhares, de abraços, de emoções o grupo foi tomando seus lugares, pegando as ferramentas para a construção dos espaços coletivos para dormir, alimentar, cuidar da saúde, da segurança e muito rapidamente aquele latifúndio de estuprador de mulheres virou um jardim de histórias, de “causos”, de esperança da conquista da terra, de justiça e de desejos de poder desejar. Eram as chitas que circulavam, que se cruzavam e conspiravam.

Cada uma a seu modo continuava a observar, e a se envolver com o nome que carregava no peito. Cada uma recebeu o nome de uma das muitas mulheres violentadas, assediadas, assassinadas neste último período. Em cada canto daquele quadrado ocupado estava rolando um assunto, típico das rodas de diálogos, os risos e gargalhadas dos causos engraçados que cada uma tem a contar e a socializar.

Todavia, um círculo foi especialmente marcado de muita emoção, partilha, compromisso, camaradagem e respeito, trazendo para uma roda pequenina o sentido de estarmos ali, naquela ocupação, naquelas terras, naquele lugar.

Falávamos naquela roda de mulheres, sobre o sentido de carregar em nosso corpo, em nosso peito aqueles nomes de mulheres que nunca vimos, mas estavam dentro de nós, circulando em nossas veias, nossa pele, nossa existência. Pelas estatísticas, durante o tempo que ali estávamos uma mulher já tinha sido assassinada no Brasil, que dado alarmante: a cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil! Foi quando fixei meu olhar nos olhos meigos, e ao mesmo tempo tão fortes daquelas mulheres que ali estavam, e percebi que elas estavam com os olhos banhados de lágrimas. Foi então que espontaneamente um dedinho lentamente se levantou, e com a voz trêmula disse: “Eu quero falar”, fala companheira! “Quero contar! Eu não estou carregando o crachá de outra mulher, eu estou carregando a minha história que está guardada no meu pensamento, nos meus pesadelos, nas minhas noites sem dormir. Meu pai estendeu a cama para me estuprar, e como não aceitei, corri, esperneei, gritei, me desesperei ele me deu uma surra tão grande de facão cujas marcas carrego até hoje, olhem aqui..., mas, não acaba aqui. Minha mãezinha com medo do que poderia vir pela frente, aconselhou-me, dizendo: por que você não aceitou minha filha, talvez não teria sido espancada” – e terminou – “meu pai, que DEUS o tenha”.

Nesse momento não tinha como conter as lágrimas, todas tentando falar alguma coisa para confortar e nós fazermos mais fortes, mas o nó da garganta nos impedia. Foi quando em soluços outra segue a prosa abafando o “tillim” da quebra das correntes e começa a falar. “Eu fui violentada dos 5 aos 15 anos de idade pelos meus tios...” Os soluços eram tantos que teve uma pausa para recuperar o fôlego para continuar – “Foi quando aos meus 15 anos, decidi sair de casa, então me casei pensando em me libertar. Que vida cruel essa das mulheres,

né? No casamento vivi a violência física.” – Mais uma pausa para recuperar as forças, e ela então continuou – “Hoje eu não aceito nenhum tipo de violência, às vezes acho que eu sou até violenta para nada me atingir. E por isso estar aqui me faz viva, me sinto capaz de enfrentar e sei que tenho que lutar para que isso se acabe para todas nós.”

As histórias são muitas, e o som da quebra das correntes ainda há de soar mais forte e inundar os corações, ainda há de ecoar no grito da terra, dos nossos corpos, ventres, úteros, pensamentos, peles, falas, olhares... Rumo ao horizonte e ao mais profundo e verdadeiro sentimento de LIBERDADE!

Rosmeri Witcel

Centro oeste, 14 de março de 2019

3.1 Da culpa da CAMA a CAMAradas

Entendemos que o estabelecimento do patriarcado, que não foi uma ação imediata e, sim, uma construção social e de disputa de poder, força e virilidade, sobretudo diretamente vinculada a propriedade privada da terra e dos meios de produção, trouxe junto a ideia de que a mulher é um objeto sexual e para a procriação. De forma a criar, assim, uma divisão sexual do trabalho e definindo claramente os papéis e estereótipos de cada.

Numa sociedade do bem e do mal, em que existe a medida do bem e a medida do mal. O homem que detém o status das características consideradas do bem, a cor branca sendo considerada a medida do bem e prosperidade, e a classe trabalhadora devendo obediência e considerando-se inferiorizada em relação à classe dominante e detentora do poder. Uma sociedade em que é dado à mulher a culpa do pecado original, um verdadeiro aprisionamento aos seres humanos.

Essa condição de ser homem ou ser mulher foi sendo cristalizada e naturalizada nas relações sociais e, sobretudo, pelas instituições reguladoras como a ciência, a religião e a estrutura social de cada sociedade. Podemos citar um dos que foram fundamentais para essa construção hegemônica, que foi o cristianismo na construção cultural. Deste, temos um importante livro que trabalhou bem a culpabilização e inferiorização da mulher, a colocando como a responsável pelo pecado original. A partir de então, as relações humanas se transformaram.

Essa desvalorização simbólica da mulher em relação a divindade tornou-se um dos dogmas da civilização ocidental. O outro dogma encontra-se na filosofia aristotélica, que considera a mulher um ser incompleto e deficiente, pertencendo a uma ordem inteiramente diversa da do homem. (LINS, 2000, p.323).

São relações que não permitem ver o outro e a outra como iguais em suas potencialidades e capacidades, uma transformação do biológico em diferenças sociais. São relações humanas que foram naturalizadas, e por isso é que podem ser desnaturalizadas. Por um longo período da história da humanidade, as mulheres foram muito respeitadas e até considerada deusas. Momento da história em que os homens não sabiam que também faziam parte da possibilidade de gerar a vida. O poder de procriar era da mulher. No entanto, é justamente ela, através da observação, quem percebe que era necessário os dois para o processo de procriação e gestação.

Não mais tendo que arriscar a vida como caçador, os valores viris do homem não eram enaltecidos, daí a ausência de deuses masculinos. As súplicas e sacrifícios eram dirigidos à Deusa e toda atividade econômica estava ligada ao seu culto. Os homens não tinham motivos para se sentir superiores ou exercer qualquer tipo de opressão sobre as mulheres. Continuavam ignorando sua participação na procriação e supunham que a vida pré-natal das crianças começava nas águas, nas pedras, nas árvores ou nas grutas, no coração da mãe terra, antes de serem introduzidas por um sopro no ventre da sua mãe humana. (LINS, 2000, p.20)

Um período em que a opressão de gênero não existia. Esta opressão atual é a responsável pela separação que divide a humanidade em duas partes, uma opondo a outra, criando uma divisão entre homens e mulheres, entre o bem e o mal. Sabemos que o patriarcado nasce antes do cristianismo, mas este último repatriarcou a sociedade tendo o homem como medida de todas as coisas.

As deusas foram gradativamente substituídas por deuses masculinos e a ascensão do monoteísmo hebreu representou a derrota definitiva do culto politeísta da fertilidade. A imagem anterior da mulher respeitada foi trocada pela de simples objeto sexual a ser possuído pelo homem. (LINS, 2000, p.323).

Esta relação envenenada pelo patriarcado historicamente, com a supremacia masculina sob a submissão feminina, destrói vidas ainda hoje. A relação entre homens e mulheres é criada e mantida para a manutenção do sistema opressor e explorador. Mas, se é construída culturalmente, ela pode ser destruída baseando-se numa sociedade emancipada do jugo do capital. Quando nascemos, somos colocados no mundo com padrões de comportamentos fixos e determinados (LINS, 2000, p.325). Podemos dizer que se trata também da quebra destes padrões que as lutas dos “Oito de março” do mundo todo têm despertado para a necessidade de mudança. Neste sentido, as mulheres do MST quando se colocam em marcha, nas ocupações e mobilizações na luta pela terra,

estão dizendo que a terra precisa ser para quem nela trabalha. Mas, junto a essa causa, vem a necessidade da libertação das mulheres, a construção de uma Reforma Agrária que estabeleça também novas relações de gênero. Desde o início, o MST foi composto por toda a família no processo de luta pela terra: homens, mulheres, jovens, idosos e crianças, todos e todas protagonizaram sua própria história na conquista da terra. Itelvina (2019) coloca que “o surgimento do movimento vem do auge de um processo efervescente de um debate político importantíssimo. Final da ditadura, surgimento CUT, PT. É onde as mulheres da classe estavam envolvidas, e não era diferente no MST”. Elas chegaram no Movimento e logo estavam envolvidas internacionalmente na luta por direitos junto com o MST.

Na década de 1980, entre 1986 e 1989 as mulheres já participavam de articulações internacionais. Houve um congresso da FEDI, e um convite para o MST participar, foram três mulheres representando. Fomos convocadas, por uma organização chilena, a participar do encontro das mulheres camponesas do Chile. Para nós, foi uma experiência muito rica, ir até lá e compreender o que foi a ditadura no Chile, e a partir daí, entender a ditadura no Brasil. Mesmo que já estivesse no fim, todas as mulheres lá, já haviam perdido marido ou filho durante os anos do golpe. (ISABEL, 2019)

As mulheres que lá estavam participavam de todo o processo organizativo, desde o ato de ocupar a terra, de participar dos núcleos, das discussões, das decisões, e das tarefas internas e externas, enfim, de toda a organicidade do movimento (FIGURAS 5 e 6).

Figura 5- Mulheres em marcha pela conquista do espaço geográfico e social em preto e branco.



Fonte: Arquivo MST, original Daniel de Andrade, 1986.

Figura 6- A dureza da vida no acampamento de baixo da lona preta.



Fonte: Arquivo do MST, original Daniel de Andrade, 1986.

Na história deste movimento, elas que enfrentaram a dureza da vida embaixo da lona preta, exerceram tarefas fundamentais e necessárias para que o MST fizesse tantos aniversários. Pensemos, por exemplo, no período em que eram elas que iam na linha de frente para enfrentar o aparato policial. Este, que a mando do Estado vinha exercer o ato de repressão contra as famílias acampadas na reintegração de posse. Sim, este era um dos elementos de proteção de todas as famílias acampadas nos momentos de repressão estatal.

Nosso processo interno, dando um salto enorme, é um processo de muita sabedoria, como um movimento camponês nascente sendo um movimento misto. Os acertos, como os temas vão entrando no nosso movimento, e como vamos nos colocando em cada etapa e cada passo histórico, é pra irmos nos afirmando, como conquistando esse espaço que ninguém nos deu, foram conquistas de cada momento. (ITELVINA, 2019).

Foi esta participação que possibilitou as mulheres a encontrarem força coletiva e possibilidade de criarem seus coletivos internos de discussão. Contudo, a provocação para iniciarem os coletivos de mulheres nos acampamentos não nasceu de dentro do próprio movimento, muitas delas já vieram com histórias de participação nos sindicatos rurais, lá elas levantavam a bandeira da auto-organização das mulheres camponesas.

Ainda nos anos 1980, quando pouco se sabia sobre este movimento, foi organizada uma Comissão Nacional de Mulheres do MST, a qual pressionou para que houvesse grupos de mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos de cada estado. Reivindicava também que as lideranças nos estados e nos assentamentos apoiassem as organizações das mulheres dentro do movimento. Em setembro de 1989, já na primeira edição das *Normas gerais do MST*, se incluiu um capítulo sobre a “articulação das mulheres”, com destaque para “a luta contra todas as formas de discriminação e contra o machismo”, além de chamar a atenção para a necessidade de “organizar uma comissão de mulheres em nível nacional, responsável pelas políticas propostas para o movimento”. (MST, 1989, apud. GONÇALVES, 2009, p. 200)

O fato de se encontrarem, conversarem, e se reconhecerem como sujeitas coletivas fortalece as mulheres Sem Terra. Esse reconhecimento passa por entenderem as mais diferentes formas de opressões por elas vivenciadas relacionadas a classe e ao gênero. Assim, elas é que pautam para o conjunto do Movimento a construção e o debate de como construir novas relações de gênero a partir da criação de um setor que se responsabilizasse para manter vivo e pulsante as discussões e mudanças comportamentais para dentro do movimento.

Sobre essa clareza e sabedoria do conjunto do movimento, mas particularmente das mulheres, que vem com toda essa bagagem da luta de classe, e vai marcando passo com essa sabedoria. Como no movimento misto como o nosso, tu vai abrindo caminhos e as mulheres vão se constituindo ombro a ombro na construção do MST. Machismo, tudo isso existe, o movimento não é uma redoma de vidro cheio de santos e santas. Então, todo esse elemento dessa contracultura patriarcal e capitalista também a gente vai enfrentando na construção de um movimento, marcado por princípios e valores, na perspectiva da construção de uma prática revolucionária e na formação de novos sujeitos, novos seres humanos, no âmbito da emancipação humana. Isso, é importante afirmar. Em determinado momento no início, em que era muito forte, essa orientação da participação partidária, sindical, o movimento das mulheres, estavam livres e orientadas a participar também de outras organizações. Essa decisão de que nós somos mulheres Sem Terra, e mulheres Sem Terra do MST, somos sujeitos desse movimento e aqui vamos nos afirmar como sujeitos políticos nessa construção. (ITELVINA, 2019).

No entanto, até chegar a uma construção de linhas políticas e a formação do setor de gênero para dentro do Movimento ainda leva um tempo e não foi uma discussão tranquila.

Os setores dão sustentação à estrutura organizativa do MST e foram surgindo de acordo com as necessidades, enfrentamentos, debates, vivências ao longo da luta pela terra (STÉDILE & FERNANDES, 1999).

Com o de gênero não foi diferente. Embora seja apresentado como o setor responsável pela organização política das mulheres, são muitas as tensões em torno da criação deste setor e, por conseguinte, da participação feminina nas diferentes instâncias de poder do movimento. (GONÇALVES, 2009, p.201).

Já no I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, nascimento desta Organização a nível Nacional, as mulheres já se inserem com lutas anteriores. Por isso não é preciso “empoderar” as mulheres, elas já são poderosas.

E com a realização do primeiro congresso, nós decidimos garantir a participação de 30% de mulheres, entre as 1.500 pessoas que estavam presentes. Mulheres que vinham com propostas, experiências de luta, muitas delas lideraram ocupações do período. (ISABEL, 2019).

Neste mesmo congresso, foram aprovadas dentre as normas gerais a organização das comissões de mulheres dentro do MST para discutir problemas específicos relacionados a participação, organização, igualdade e possibilidades. Uma discussão sobre a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade, assim como combater toda a forma de discriminação das mulheres e a luta contra o machismo.

Se na fase inicial do MST a preocupação com a presença das mulheres é quase nula, paulatinamente, nos anos 1990 começou a ser criado um Coletivo Nacional de **Mulheres** do MST. A “invisibilidade” da participação feminina passou a ser o objeto de debates e resoluções. No artigo 45 do Documento Básico do MST, de 1993, é enfatizada a necessidade de “Considerar as questões **específicas** das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero”; além disso, no artigo 152, ressalta-se que é preciso “garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e sobretudo estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês”. (GONÇALVES, 2009, p.202)

Por meio da organização destas comissões e coletivos de mulheres do/no MST, as mulheres lideranças começaram a estudar e debater o conceito de gênero a partir de meados dos anos 1990. Foi também nesta década que elas percebem que muitas mulheres, segundo nos revela a fonte abaixo, eram 38% do público do MST, a grande maioria não tinha documentação básica. Elas, em 1997, lançam a campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural sem documento” (FIGURA 7).

Figura 7- O MST luta pela documentação das mulheres camponesas.



Fonte: Arquivo CPT, 1997.

Via-se a necessidade de envolver o todo da organização neste debate. Os setores no Movimento são os que tem a responsabilidade de colocar em prática as definições e linhas políticas do conjunto da organização. A criação do setor de Gênero no Encontro Nacional do MST, em 2000, é resultado da organização das mulheres dirigentes, da base social, sejam elas dos acampamentos e assentamentos, sobretudo das mulheres dirigentes que pautaram e se organizaram para a defesa da necessidade da criação do setor.

Tivemos momentos em que conspirávamos no quarto depois das atividades, tivemos a falta de momentos para as mulheres se fortalecerem e se prepararem. Mas também acho que tivemos esse acerto que lembrávamos. (ITELVINA, 2019).

É mais um setor que nasce da necessidade de fazer o processo de formação da consciência para todos os espaços do Movimento. Como os setores no MST são os responsáveis por estimular os debates, essa é, então, a tarefa do setor de gênero

nas instâncias e espaços de formação, bem como produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuam para a construção de condições objetivas para novas relações entre homens e mulheres, seguindo, assim, os valores humanistas defendido na proposta de Reforma Agrária do Movimento.

Nosso programa Agrário busca mudanças estruturais na forma de usar os bens da natureza, que pertencem a toda a sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo. Queremos contribuir de forma permanente na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2014, p.35).

Várias foram as linhas políticas tiradas a partir da definição da criação do setor. Uma delas é a participação de 50% de mulheres em todos os espaços do Movimento inclusive nas instâncias diretivas, bem como nos processos produtivos que elas já faziam parte, mas eram por vezes invisibilizadas. Nestes espaços é que nasce o debate da ciranda infantil como uma necessidade da família Sem Terra, o debate da inclusão do nome da mulher nos documentos de concessão de posse e uso da terra de forma conjunta.

Embora entendamos que esta participação não acontece por decreto, sabemos que ela se faz necessária para implantação e cobranças na criação de uma nova cultura dentro da Organização. Ainda hoje, várias destas metas permanecem como um desafio. É visível que a construção do setor de gênero possibilitou um novo significado da luta pela terra, onde todos e todas sentem-se sujeitos participantes de um processo de mudança. Isto se evidencia nos diálogos com a militância do Movimento. Observamos, nesta direção, quando perguntamos sobre a importância do setor de gênero para o conjunto do MST o que diz um militante e dirigentes do setor de formação do MST.

O setor de gênero existe e é necessário para contribuir com o debate e fortalecer a necessidade de construir novas relações sociais entre homens e mulheres. Ele fortalece os valores humanistas para uma organização política como a nossa, esta que projeta uma nova sociabilidade, e essas relações entre homens e mulheres é a base dessa humanidade. Como setor, ele vai assumindo tarefas e frente de atuação no movimento como forma de denúncia do machismo, do patriarcado, e da violência. Mas também, como anúncio de novas práticas e relações que antecipe e projete a sociedade que queremos construir. Ele levanta o debate do feminismo porque uma organização não levanta espontaneamente, ao natural, é o setor que chama a atenção da organização para estas questões. Ele existe num sentido programático, mas também num sentido político e estratégico, no sentido do que fazer e o que propor para a organização. Ele faz o debate interno, mas é também uma voz forte para o conjunto dos movimentos populares

para o conjunto do que se propõe para as novas relações. (GASPARIN, 2019).

Este significado se evidencia também nas conquistas obtidas para as mulheres assentadas e acampadas. Aqui podemos citar a importante conquista das mulheres deixarem de serem dependentes no documento de posse e uso da terra junto ao INCRA, órgão regulador da estrutura fundiária ligado ao governo Federal. Depois de muitas lutas, elas garantem entrarem como titulares do lote de terra. Esta conquista acontece somente em 2004. Anteriormente a este período, elas eram, quando tinham documentos, tidas como dependente do marido, ou seja, era ele o que tinha o direito à terra (FIGURA 8).

Figura 8- Cadastro rural como um direito a terra



Fonte: Arquivo CPT, 2004.

Esta conquista é fruto da luta das mulheres desde o início do movimento. Aqui não queremos fazer uma linha do tempo, mas trazer alguns momentos que foram importantes nesta trajetória. Por isso, vamos lá em 1984, no primeiro encontro onde foi definido o caráter do Movimento, que seria um movimento de famílias. Ali, já estava posto a necessidade da participação das mulheres, o que diferenciava um pouco da luta sindical que era por representação e era masculina.

Mas, é necessário entender que esta organização também é fruto de seu tempo histórico e ainda não incentivava as mulheres a serem dirigentes. Elas eram as que estavam nos acampamentos e garantiam a presença e permanência da família, além de contribuírem para amenizar os conflitos. O fato delas estarem participando ativamente na construção do movimento não retira as contradições vividas dentro da luta pela terra, elas estavam invisibilizadas dentro da própria luta.

Acredito que, talvez, durante a constituição do MST, algo que não tenha sido pensado, foi alterar a forma com que as pessoas ingressavam no Movimento. Primeiro, que você entra, a partir de uma luta que não é mais individual, como antes era no período da luta sindical, em que as mulheres eram representadas por seus maridos. O Movimento, talvez num primeiro momento, não tivesse essa consciência da participação das mulheres. Eu falo que é um ganho enorme pra nós, o momento no qual, dentro do MST se define, que a participação deve ser de toda a família. Pois a luta pela terra, é uma luta que coloca a todos, na condição de lutadores e lutadoras, a criança, a mulher, o homem, o jovem, o idoso. Acredito que essa definição foi o impulso para o movimento ser hoje o que é e, apesar das dificuldades, ter sim uma participação ativa das mulheres desde o início. (ITELVINA, 2019).

Quando elas se apresentavam eram condicionadas a se masculinizar na sua forma de se vestir e comportar-se, num perfil revolucionário masculinizado. Era, sobretudo, um período de recém término do que foi o mais brutal da história do país, que foi a ditadura militar, isso embrutecia também as relações humanas

Tínhamos uma certa masculinização nos espaços do movimento, até mesmo na forma de nos vestirmos, era uma espécie de disciplina, até meio que militar, pra homens e mulheres. Muitas exigências e posturas que acabaram impondo às mulheres um valor muito masculinizado. Tivemos um encontro, certa vez, em que nos reunimos no quarto para combinar, que no dia seguinte, iríamos todas para a plenária, de saia, e blusas sem manga, pois não podia chamar a atenção de todas as mulheres. Foi uma rebeldia necessária, mas não só isso. Foi uma afirmação do nosso ser mulher, entendendo que isso não altera nossa postura política nem mesmo o nosso compromisso. Mas nós somos mulheres, temos um corpo feminino que vamos entendendo, esse corpo que luta, que pari, que tem direitos, que é bonito, e que temos que gostar. E assim, vamos construindo essa autoestima e identidade

da mulher camponesa e trabalhadora. Por isso falo de muita sabedoria na construção do MST, pra que cheguemos aos dias de hoje, com o debate do feminismo e a importância do nosso setor de gênero pro MST. (ITELVINA, 2019).

No entanto, as relações não existem ao acaso, estas estão em relação com o contexto de cada período. E a participação das mulheres nos movimentos também foi tomando contornos de debates dentro e fora do movimento. No primeiro congresso do MST, em 1985, houve uma participação de 30% de mulheres. Esta participação foi também uma influência do contexto da esquerda no Brasil, em que estava posto o debate da participação das mulheres na Central Única dos Trabalhadores e no Partido dos trabalhadores, bem como no âmbito internacional. Porém, essa participação não se traduzia de igual maneira nas instâncias diretivas.

Estas mulheres que participavam ativamente na construção deste movimento tiveram a oportunidade de encontrarem-se e reconhecerem-se em nível nacional. Logo, as pioneiras do movimento, organizam-se para a realização da sua primeira assembleia Nacional, e lá definem organizar as mulheres da base, em grupos de mulheres, com o objetivo de potencializar a formação e organização das mulheres dentro do MST. Aqui buscamos evidências em entrevista com um dos dirigentes do MST:

Desde as primeiras ocupações e acampamentos, sempre houve uma participação ativa das mulheres. O princípio que o movimento da luta pela terra adotou como tática, mesmo antes de ser MST, de que todas as atividades deveriam ser feitas com toda a família, levou a que as mulheres participassem ativamente.

Nos acampamentos, elas logo adquiriram protagonismo na organização interna, sobretudo nas equipes de saúde, alimentação, educação. Nesse processo de participação em algumas ocupações/acampamentos tivemos algumas mulheres que se destacaram também como lideranças de massa, ainda que em menor número.

Depois que o MST foi se consolidando, aí a participação das mulheres foi sendo mais reconhecida, mais legitimidade, até chegarmos às normas de que em todas as comissões e instancias devemos manter a paridade de gênero. Isso vem acontecendo desde a base até a direção nacional.

E sempre elas tiveram um protagonismo maior nas atividades de educação, formação, saúde, e também foram precursoras dentro do MST no debate e implementação da agroecologia. Talvez porque lá na família elas sempre foram mais cuidadosas com a saúde e com a horta, e daí veio uma cultura, um cuidado maior, em termos alimentos saudáveis, em cultivarmos de forma equilibrada com a natureza e o meio ambiente. (STÉDILE, 2019).

Contudo, em vários estados elas foram incentivadas a se organizarem com os movimentos específicos de mulheres fora da organização. Mesmo participando do

MST, elas se articularam com as trabalhadoras rurais, que possibilitou, em 1986, a realização do primeiro encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que mobilizou mulheres Sem Terra, e sindicalistas, na defesa dos direitos sociais.

Essas mobilizações e articulações, que reúnem as mulheres do campo, levam para as organizações a necessidade de debater a questão de gênero e as condições necessárias para ampliar a participação das mulheres. Esse era também um tema que contribuía na busca por recursos de apoiadores internacionais. Mas, principalmente, uma força internacional importante nessa articulação das mulheres, foi a pressão exercida da CLOC- Coordenação Latina Americana de organizações camponesas, que levanta a necessidade do MST em colocar mais mulheres no congresso que aconteceria em 1997, no Brasil. Resultado desta pressão foi a participação do MST com 47% de participação feminina. É também neste período que acontece o II Encontro das Mulheres, onde elas reafirmam que a discussão de gênero realizada pelas trabalhadoras camponesas deve estar sempre vinculada com a luta de classes.

Em 1987, em Brasília, foi o segundo encontro das mulheres do movimento, antes do Congresso da CLOC. Tivemos um encontro, em 1985, em que participaram apenas as mulheres do MST, e no mesmo ano, um encontro com mulheres da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, que foi no Cajamar. O grande debate era a disputa desse conceito de gênero das mulheres na luta de classe, e a disputa das ONG's, que tinham a concepção sobre a participação das mulheres, desvinculada do processo da luta de classe. Acredito que ali, conseguimos afirmar nosso papel. O texto base, que norteou o debate era "Gênero e Classe: Dois lados da mesma moeda. (ITELVINA,2019)

Novamente, quando elas se veem e se reconhecem, decidem realizar uma assembleia das mulheres Latino Americanas. Resultado desse encontro é a decisão delas, entre outras pautas, de ter como linha política a paridade de gênero nas instâncias, e que a composição fosse de 50% de participação das mulheres. Por isso, é neste período que se inicia a construção, ainda preliminares, das linhas políticas de gênero para dentro do MST.

Mas somente com a criação do setor de Gênero é que as discussões começam a ocupar o espaço devido nos pontos de pautas, desde o núcleo de bases, as instâncias de direções Estaduais, Regionais e Nacional. Estes vão tomando maior significado para o conjunto do movimento e vão se tornando realidade na organicidade, efetivando-se, primeiramente, nos acampamentos e assentamentos garantindo

um coordenador e uma coordenadora dos núcleos de base. Um processo que contribuiu muito com o conjunto do Movimento.

Olhando para esse processo, nós conseguimos com essa caminhada conjunta das mulheres, a mulher participando, ajudando o homem a se libertar também. Na medida em que as mulheres vão assumindo protagonismos nas lutas, vai aparecendo com mais clareza nos documentos essa humanização do movimento. (ISABEL, 2019).

Mas, também precisamos pensar no que significa para uma mulher chegar num acampamento trazendo sua experiência de uma sociedade que as coloca no mundo da obediência e da servidão ao homem. Ela, ao chegar no movimento, se sente parte daquela bandeira vermelha que a insere no comando e, de imediato, ela passa a ser camarada, a assumir tarefas de direção política e sair do mundo privado. Um germe pequeno da participação igualitária, mas fundamental para sentirem-se sujeitas.

Outra importante definição tomada pelas mulheres, já em 2000, foi de consolidar o oito de março como um dia de mobilização nos acampamentos de mulheres em todos os Estados onde o MST estava organizado. E a partir de 2001, elas realizam os acampamentos massivos de formação e denúncias, fortalecendo as articulações com as mulheres da Via campesina, que também acabara de nascer no congresso da CLOC, em 1997. Em alguns estados, os encontros aconteceram também em articulação com as mulheres urbanas. Como nos relata Isabel (2019):

No ano de 2000 tivemos um grande encontro de mulheres em Brasília, que foi uma celebração de junção das mulheres do campo, não somente do MST. Marcou a época, fizemos manifestações, e demos o nosso recado enquanto camponesas. Voltamos para nossas bases revigoradas, todas querendo construir algo novo. A partir daí fomos descobrindo que havia o “8 de março”, e que tínhamos que entender mais a respeito, e também nos fazer presente nesse momento, fomos construindo outros eventos. (ISABEL, 2019).

E no interior do movimento as mulheres seguem pautando para que seja garantido a linha política da paridade 50% nas instâncias. Uma decisão que estava em germe e com certa resistência na tomada de decisão, com o argumento de que seria muito ampliada (grande) a instância de direção. Contudo, em 2005, o conjunto do MST na coordenação Nacional aprova a paridade de Gênero na Direção Nacional, que até então era composto por um membro por estado, e que não é difícil supor de que a maioria da direção Nacional do movimento eram homens. E a partir de 2006 a composição é de uma mulher e um homem por estado na instância de direção.

As mulheres seguiram se organizando, em processos de formação, e participação em todos os espaços do movimento. Elas seguiram ocupando o espaço, pensando o espaço como uma totalidade, relacionando com tempo histórico de participação na luta, que é um dos elementos fundamentais na ocupação deste espaço.

Em 2007, o MST realiza seu V Congresso Nacional em Brasília, e as mulheres participaram massivamente. Neste congresso, reconheceram-se novamente e realizaram sua IV assembleia reafirmando o horizonte do socialismo como parte de sua luta. Definiram, também, pela realização de um curso de feminismo e marxismo, com a seguinte programação.

Realizado em Quatro etapas: Etapa I: Feminismo e marxismo; Movimento feminista na América Latina; Atualidade do pensamento da Rosa. Etapa II: Construção histórica da família burguesa - família camponesa. Etapa III: Trabalho doméstico e valor; Alexandra Kollontai e a moral sexual; Casamento monogâmico ou indissolúvel. Etapa IV. Crise do capitalismo; Tática e estratégia. (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, 2008).

Ainda no V Congresso, que contou com a participação de 17.500 participantes de 22 Estados brasileiros, elas apresentaram ao MST uma colcha de retalhos tecida por muitas mãos, fruto de um intenso trabalho de base com as mulheres Sem Terra de todo o Brasil (FIGURA 9). Assim, mostram para o Movimento e para fora dele que elas estão na luta tecendo novas relações de gênero. E o lema construído das mulheres para o debate passa a ser “Sem a participação igualitária das mulheres não há socialismo!”

Figura 9- Cada retalho da Colcha tem história e memória de luta



Fonte: Arquivo MST, 2005.

O que lá no início do Movimento estava subsumida agora vem ganhando cada vez mais força, voz e espaço. As lutas do “Oito de março” com o protagonismo feminino vêm ganhando cada vez mais visibilidade e vem também se refletindo no cotidiano da vida das mulheres e do Movimento. E o que temos visto, até aqui, é de que esta foi uma intensa e persistente luta das mulheres na busca de espaço e protagonismo. Neste período, a imagem das mulheres passa a ser associada a luta. Pela construção histórica, mas também pelo marco de 2006 que foi um enfrentamento direto ao grande capital internacional realizado pelas mulheres, na Aracruz celulose, na barra do Ribeira, no interior do RS, fato que trataremos mais a diante com maior reflexão.

Por esse breve percorrido histórico das mulheres dentro do MST, percebemos que elas avançaram muito para dentro e para fora do movimento por Reforma Agraria, mas que também é preciso dizer que muito ainda hão de avançar. Muitos são os desafios a serem superados porque a desigualdade de gênero ainda é uma realidade no cotidiano das mulheres. As mulheres, que aprenderam na luta, que enfrentaram a lona preta dos acampamentos e das ocupações de terras, que aprenderam na prática a fazer as mesmas tarefas que homens dentro da organização MST, que na Organização quebraram alguns dos padrões patriarcais das divisões de tarefas, tomam a decisão de enfrentar o capital e o patriarcado.

Elas planejam e executam ações de enfrentamentos ao patriarcado e ao sistema capitalista numa perspectiva de classe. As ações do “Oito de março” são decisões tomadas pelas mulheres que fazem parte do MST, elas são realizadas a partir do pensamento crítico e visão de mundo das mulheres. Ações que, por vezes, foram questionadas e criticadas até mesmo por alguns companheiros de organização. No entanto, como o MST é um movimento que preza pela unidade e as decisões coletivas, as mulheres conquistaram o poder de decisão e a autonomia na tomada de decisão da organização para realizarem suas ações de enfrentamento. E isso tem se tornado cada vez mais uma prática reconhecida e esperada com certa ansiedade pelo conjunto do movimento. Sendo esta ação a que demarca o início da luta de cada ano.

As lutas das mulheres do MST fazem enfrentamentos ao grande capital, mas sem deixarem de enfrentar as atitudes patriarcais herdadas milenarmente pelos homens e mulheres que naturalizam o machismo. Isso significa que elas travam também a luta dentro do próprio movimento que fazem parte, pois este não é uma ilha na sociedade. No entanto, este movimento tem a capacidade de ir se formando em novos seres humanos, esta talvez seja sua maior grandeza. É na prática das mulheres Sem Terra que se evidenciam a elevação do nível de consciência da própria organização, referindo-se as novas relações de gênero e o feminismo. É no enfrentamento de classes que elas colocam em pauta as falácias do capital, elas expõem suas contradições no que refere a questão ambiental, humana e social. Elas evidenciam para que o mundo perceba as tragédias humanas provocadas pela acumulação e pelo lucro do capital.

Quando elas, em 2006, decidem dizer “não” ao deserto verde provocado pela grande transnacional Aracruz Celulose, elas levam para dentro da própria organização um debate que exige um maior aprofundamento na área da produção e das próprias ações de enfrentamento

Junto a essa sabedoria, a esse poder da vida e da defesa, eu acredito que as mulheres dão ao conjunto do MST, esse ensinamento, da luta direta. Acho que em 2006, essa nossa ação, inaugura na luta dos povos do campo, um novo momento. Foi um marco 2006, sobre a qualidade dessa luta, e da ação direta contra o Capital, dessa concepção de como a gente descortina esse monstro. Esse monstro que deve sentir o peso, dessa humanidade que grita. Isso, nos dá um conjunto de lições, didáticas, pedagógicas de uma nova qualidade da luta de classes e do enfrentamento. (ITELVINA, 2019).

Por um longo período, o “Oito de março” foi comemorado sabendo ser um dia de luta das mulheres, mas ainda não havia muitos estudos que revelassem todos os fatos históricos que levasse a chegar efetivamente nesta data. No MST, desde o início carregava o sentido da luta, mas acreditava-se que a homenagem deste dia era resultado do incêndio de uma fábrica têxtil em Nova York, que teria ocorrido no dia oito de março de 1908. O que foi contado por muitos e negado por outros tantos, era de que as mulheres estavam fazendo uma greve e o proprietário da indústria teria ateado fogo contra as trabalhadoras, queimando-as vivas sem poder sair de dentro do estabelecimento, levando um grande número delas a morte, e que em sua maioria eram jovens. O fato realmente aconteceu, mas ele é insuficiente para explicar a criação da homenagem. Nossa busca apresenta que é uma construção histórica de muita resistência e criação.

Os fatos nos revelam o verdadeiro sentido, e quão nos é caro e importante as mulheres feministas da história. Para nos ajudar nesse desvendar, vamos dialogar com González (2010).

Até esse momento, o processo histórico havia sido considerado a partir da ótica masculina, dentro de um sistema de valores patriarcal e que considerava certos acontecimentos, processos e movimentos como dignos de análise histórica e ignorava ou excluía outros, por entender que não tinham nenhum tipo de incidência histórica. (GONZÁLEZ, 2010, p.23).

Podemos primeiramente passar nosso olhar pela história registrada. Uma história contada, que não levou em conta o olhar feminino, não considerando os muitos fatos que levaram a essa homenagem e a criação desta data. Ao fazer esse diálogo com González fomos percebendo o quão difícil foi para as mulheres feministas desconstruir essa ideia, o quão difícil era escrever a partir do olhar feminista trazendo evidenciar os fatos históricos esquecidos pela historiografia oficial temporal.

Estas mulheres viveram num tempo em que não era comum as mulheres serem letradas, e quando as que conseguiam chegar à escola e conquistavam a possibilidade de se tornarem uma escritora passavam pelo crivo masculino para suas escritas serem consideradas. Nesse sentido, para serem respeitadas elas recorreram à categoria de análise “gênero”, pois falar somente das mulheres, causava rejeição. Por isso falar de gênero, trazendo na escrita homens e mulheres.

O uso do termo gênero como categoria analítica aplicada aos estudos relacionados à mulher contribui para isso. A razão principal que levou as historiadoras estadunidenses a adotar esse vocábulo é que seu uso

era mais conveniente, pois soava mais neutro e objetivo que a palavra “mulheres”, uma vez que incluía as integrantes do sexo feminino sem nomeá-las explicitamente, e assim parecia não apresentar ameaças críticas. Ao mesmo tempo a utilização do termo “gênero” sugeria – e sugere – que a história das mulheres implica necessariamente a história dos homens, que a história de uma não pode ser escrita sem a história de outros. (GONZÁLEZ. 2010, p.23).

O incêndio na fábrica que matou muitas mulheres foi um fato que provocou uma grande baixa no movimento operário da época porque, entre as mulheres mortas, estavam várias das que haviam realizado outras tantas greves. Elas eram as protagonistas. No entanto, consta que esse incêndio não aconteceu na data de oito de março, que pudesse justificar por si só ser a data da comemoração internacional da mulher. O certo é que esse dia é resultado de um contexto histórico de lutas intensas das mulheres e do movimento operário. Portanto, o incêndio é parte integrante desse contexto, mas não isoladamente. O “Oito de março” é gestado e parido, sobretudo, como um dia de reivindicação dos direitos das mulheres. Nosso diálogo com Gonzáles (2010) nos mostra que, em 1909, as mulheres sufragistas realizavam homenagens às mulheres. “Era um dia dedicado exclusivamente à reivindicação dos direitos das mulheres, entre os quais o mais importante era o direito ao sufrágio” (GONZÁLES, 2010, p.26).

No entanto, eram comemorados em final de fevereiro pelas mulheres Americanas. Por isso, para entender a comemoração do “Oito de março” é necessário ir além de um fato histórico, mas, sim, pensar os elementos que compõem os fatos e realidade do período.

A confusão histórica poderá ter acontecido segundo González (2010).

São várias as razões que podemos apontar. Entre elas está a maneira horrível como essas mortes ocorreram, o fato de que a maioria das vítimas eram mulheres jovens entre 16 a 25 anos, imigrantes vindas principalmente da Itália e da Europa Oriental que haviam deixado seus países de origem em busca do sonho americano. Porém, a principal causa para este acontecimento não caísse no esquecimento é o fato de que as vítimas não eram desconhecidas, pois foram protagonistas da greve geral do setor têxtil conhecida na historiografia como “O levante das 20 mil” ou “O levante das 30 mil”. Com duração de 13 semanas e resistindo a uma frente unida de empresários, juízes, advogados e policiais, essa se tornou a greve mais importante já realizada até este momento envolvendo apenas mulheres trabalhadoras. (GONZÁLEZ, 2010, p.41)

As pioneiras na luta pelo direito ao voto, já tinham histórico de luta, quando levantaram esta bandeira. Eram também lideranças de seu tempo que se posicionaram como abolicionistas. Como é o caso de Lucretia Mott – (1793-1880) e Elizabeth Cody Stanton – (1817-1902). Estas camaradas são mulheres burguesas, letradas, mas com pensamentos e ações liberais. Ao se encontrarem, se reconhecem e decidem fazer frente de oposição a uma definição da convenção mundial antiescravista que determina que as mulheres não tivessem direito a participação nos debates. Uma ação de indignação e revolta pela negativa ao direito a voz das mulheres neste fórum, simplesmente pelo fato de serem mulheres.

Importante sabermos que o movimento sufragista também nasce na década que eclodem os movimentos operários da história. Estas mulheres se conheceram em 1840 e iniciaram a organização do movimento sufragista em 1848. Momento histórico conhecido como Primavera dos Povos. Esta luta se prolonga por muitos anos, e ela vai tomando força no meio das mulheres burguesas e liberais que defendiam o direito ao voto, que era também uma condição de quem tinha posses.

O ponto final para a esperança das mulheres de obterem o direito de voto veio com a aprovação, em junho de 1866, da Décima Quarta Emenda à Constituição. Regida para garantir o voto aos cidadãos negros, esta excluía deliberadamente as mulheres, uma vez que concedia “o direito ao voto (...) a todo varão residente em qualquer Estado, que tenha 21 anos de idade e seja cidadão dos Estados Unidos”. Pela primeira vez, as líderes do movimento sufragista perceberam o fato de que o direito de voto aparecia ligado ao sexo masculino de forma indissolúvel, situação que seria ratificada em 1868 com a aprovação da Décima Quinta Emenda. (GONZALEZ, 2010, p.79-80)

A associação de mulheres pelo direito ao voto nasce definitivamente em 1861. “Impulsionadas por um desejo de criar uma organização com ideologia feminista radical” (GONZÁLEZ, 2010 p.81). Elas escreveram, registraram de forma radical sua indignação. O periódico “Homens, os seus direitos e nada mais. Mulheres, seus direitos e nada a menos” (GONZÁLEZ, 2010, p.81). Junto à essas escritas elas denunciavam também as discriminações sofridas pelas mulheres em seus locais de trabalho. Incluía questões salariais e as desigualdades e injustiças sofridas pelas mulheres em diferentes âmbitos da vida. A negativa dada ao voto feminino acontecia, sobretudo, por eles acreditarem que as mulheres podendo votar poderiam influenciar no sistema político, um espaço “naturalmente” dedicado a homens.

Contudo, entre o movimento das sufragistas, havia também suas cisões, sobretudo por sua composição. Havia as mais conservadoras, as mais liberais e as radicais. As que faziam a defesa somente do direito ao voto, mas também as que faziam a defesa da luta mais ampla que alcançasse o âmbito social e a emancipação da mulher em todos os âmbitos. Mas a posição vencedora do movimento foi a de lutar somente pelo direito ao voto feminino. Um movimento que nasce dos preceitos liberais da revolução Francesa. Mas, neste período, estavam também eclodindo a entrada das mulheres no mercado de trabalho e outras profissões. Elas necessitavam de leis que às resguardasse das discriminações e da situação que faziam com que recebessem menores salários que os homens. Além dos abusos sexuais sofridos por elas nas fábricas. Neste período também eclodem as lutas pela redução da jornada de trabalho, que era exaustivo, pois elas ficavam na fábrica entre 10 a 12 horas.

O censo de 1890 registrava um total de 4.005.532 empregadas e, em 1900, já incluía um total de 5.319.397. O número crescente de trabalhadoras proporcionava novos argumentos para a reivindicação do voto. Já eram muitas as mulheres economicamente independentes que, por isso, não necessitavam da tutela de um homem que lhes administrasse suas propriedades e seus salários. (GONZÁLES, 2010, p.86).

Havia crescido também o nível de mulheres graduadas a nível superior, que alcançou, em 1900, um total de 5.237 e, em 1910, o número havia crescido consideravelmente chegando a 8.437 (GONZÁLES, 2010).

O movimento da consciência do direito ao voto vai ganhando força nos mais diferentes segmentos em que as mulheres vão conquistando a participação. No entanto, também foi crescendo as cisões dentro do movimento sufragista. Em 1907, surgiu uma corrente que se preocupou em organizar as operárias. Esta ficou conhecida como: *a liga de mulheres independentes pela igualdade*. Desta liga é que surgem as passeatas das trabalhadoras em 1910. Estas foram ganhando força e se espalhando por todo o país e reunindo as muitas mulheres e correntes que lutavam pelo sufrágio. Essas mulheres eram doutoras, madames, escritoras, operárias, advogadas, artistas, camareiras, serventes, domésticas, entre outras. Ao final e ao cabo, eram simplesmente mulheres que buscavam o simples, importante, porém insuficiente, direito ao voto.

Entre as organizações pelo direito ao voto surgem as que se juntaram as operárias. Elas se juntavam somente no que se referia ao voto, nas demais pautas das mulheres operárias apareciam as diferenças de classes sociais, então acontecia a cisão. O que não quer dizer que

mesmo dentro da organização das mulheres operárias, não tivesse quem acreditasse que o voto resolveria todos os seus problemas. Mas havia também as que consideravam uma pauta perigosa. Por quê: não só não considerava útil, pois pouco poderia fazer no avanço da luta revolucionária, mas, ao contrário, o viam como perigoso, pois poderia provocar uma cisão na luta de classes. (GONZALES, 2010, p.91).

Faz-se necessário registrar, que a luta das mulheres evidenciou ao mundo de que, naquele país, que se apresentava como exemplo de democracia não dava o direito de as mulheres votarem, algo que em outros países já era possível. Foi somente na entrada na Segunda Guerra Mundial que os Americanos necessitavam justificar sua participação bélica com argumentos de estender a democracia que, em 1918, o então presidente proferiu o discurso da necessidade de considerar o direito ao voto para as mulheres. Isso porque as mulheres estavam nas ruas gritando para o mundo ouvir. Esta reivindicação foi aprovada somente em 1919.

Estes elementos históricos nos mostram claramente até onde as mulheres puderam caminhar juntas, simplesmente por serem do sexo feminino, oprimidas e consideradas inferiorizadas perante o sexo masculino. Quando chega às opressões de classes, a caminhada toma dois rumos, as que exploram e as exploradas. A busca das mulheres burguesas se restringe a conquistarem os mesmos privilégios que os homens de sua classe. Enquanto as operárias traziam o desejo e o direito ao voto, mas também a luta por melhores salários, condições dignas de existência, boas condições de trabalho e as devidas precauções que as protegessem dos maus tratos que sofriam por serem mulheres.

No entanto, as que faziam a luta pelo sufrágio, e que entenderam que a luta era mais ampla do que somente o direito ao voto, começaram a participar do PSA – Partido Socialista Americano, e foram ocupando inicialmente cargos nos escritórios.

Enquanto eles se reuniam na sede do partido ou no bar (*saloon*) para elaborar as campanhas de propaganda e campanhas eleitorais do partido, as mulheres se encontravam em seus clubes, geralmente instalados em seus lares. Nos clubes, elas se familiarizavam com a terminologia e a ideologia socialista, se instruíam na arte de falar em público e aprendiam sobre o funcionamento do sistema parlamentar, cultivando ao mesmo tempo um forte sentido de irmandade e solidariedade. (GONZÁLES, 2010, p.95).

Na medida em que elas foram se envolvendo no partido, foram aprendendo e elevando o nível de consciência sobre a leitura geral da sociedade. Isto vai fortalecendo também o movimento das mulheres no interior do mesmo. Foram criando laços

de solidariedade e avançando junto com o partido numa perspectiva de elevação do nível consciência. Postura que possibilitou a abertura do debate para dentro da organização. Essa construção levou o partido a se posicionar a favor do sufrágio em 1907.

Por insistência de Clara Zetkin, foi aprovada uma resolução na qual se propunha a todos os partidos socialistas membros levar a cabo uma campanha séria em favor do sufrágio feminino. O partido Socialista Americano aproveitou o 3º Congresso Nacional do partido, realizado em Chicago de 10 a 17 de maio de 1908, para unificar sua política oficial a respeito da mulher e para enfrentar a questão da condição da mulher dentro do movimento. (GONZÁLEZ, 2010, p. 96).

Elas defendiam a organização específica das mulheres dentro da estrutura do partido. O trabalho propagandista das mulheres e a criação de comitês contribuíram também no fortalecimento do próprio partido, que aglutinou em seu entorno outras mulheres na defesa do socialismo. Foi uma via de mão dupla. Pois a entrada no partido também fortaleceu o movimento das mulheres, que agora também contavam com o apoio do partido nas pautas levantadas por elas. E, cada vez, ficava mais claro para estas mulheres que, permanecer com a pauta somente do direito ao voto, era somente uma conquista democrática limitada, ou reformista, e que esta conquista ainda que importante e fundamental não resolveria os demais problemas vividos por elas.

3.2 A capacidade de enfrentamento

Colocamos, anteriormente, que o capital só é capaz de extrair mais valor e continuar a explorar se mantiverem separados as trabalhadoras dos meios de produção. Na medida que o capital avança sobre as trabalhadoras e, da mesma forma, sobre os recursos naturais, ele precisa também contê-los para garantir sucesso e continuarem seus saques ao que é de direito de todas e todos. Para continuar sua capacidade lucrativa através do trabalho não pago a quem trabalha.

As mulheres foram relegadas às tarefas da casa, dos cuidados com a alimentação, com os filhos, com os idosos, e com o marido. Assim, supomos que seja por isso que são elas as que mais se preocupem na garantia do acesso ao alimento. No caso das camponesas, elas sabem plantar e colher, elas também agregam o cuidado para que seja uma alimentação saudável e de qualidade pensando em todos e todas ao seu entorno. Desta forma, buscamos nas lutas das mulheres Sem Terras, a explicação do que elas denunciavam na luta do “Oito de março” de 2006, quando ocupavam como um ato de denúncia em uma transnacional que, não só se apropria dos

territórios dos povos, mas, exaurem estas terras com o plantio de eucaliptos para exportação.

Nesse momento nós percebemos que a vida do planeta estava ameaçada. Ameaçada pelo avanço do Capital no campo e no trabalho, contra o ser humano. Nesse momento, entendemos a profundidade desse avanço. A agricultura convencional, industrial, que prejudica o ambiente, a natureza. O lugar do trabalhador sendo tomado pela máquina. Compreender esse processo foi o grande ganho que tivemos naquela mobilização de 2006. Ainda não sabíamos na época, mas tínhamos a capacidade de intervir contra o Capital, tínhamos e temos a capacidade de defender a vida. Sinto isso sempre que fazemos nossas ações conjuntas de mulheres, no embate ao Capital. (ISABEL, 2019).

Quando nos referimos ao bem comum, uma das fontes principais de controle é a terra, como podemos observar conforme revela o programa agrário do MST (2013):

Os grandes e médios proprietários que representam o agronegócio controlam 85% das terras e praticamente toda produção de commodities para exportação. Constatou-se, também, uma concentração da produção agrícola por produto e, em 2010, 80% das commodities e das terras por elas utilizadas se destinavam a soja, milho, cana de açúcar e pecuária extensiva. Houve um aumento acelerado na desnacionalização da propriedade da terra, com avanço da presença de empresas estrangeiras. Mas é impossível ter aferição estatística confiável, pois o capital estrangeiro compra as ações de empresas brasileiras, que possuem as terras sem necessidade de alterar o cadastro no INCRA. No entanto, estima-se que as empresas estrangeiras devem controlar mais de 30 milhões de hectares de terras no Brasil. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2013, p.14).

E parte destas terras, está sob posse das grandes empresas, para a plantação de grandes extensões com o monocultivo para obtenção de lucro ao agronegócio. Consequentemente a grande extensão na mão de poucos provoca a expulsão de milhares de pessoas ocasionando, assim, as famílias sem-terra. Além do inchaço de desempregados nos grandes centros urbanos.

Quando as mulheres do MST anunciam em seus lemas o combate ao agronegócio, ao agrotóxico, e à falta de distribuição da terra, elas estão exigindo que se faça a Reforma Agrária, para que seja garantido a variedade das espécies, para que seja garantido uma alimentação saudável na mesa de todos e todas. Por isso, está sempre colocada a defesa da agroecologia. A agroecologia pode ser entendida a partir do colocado pela Via Campesina: “a agroecologia inclui: o cuidado e defesa da vida,

produção de alimentos, consciência política e organizacional”. Esta concepção também dialoga com Esteve (2017):

Esta perda de diversidade agrícola não tem apenas consequências ecológicas e culturais, mas envolve o desaparecimento de sabores, de nutrientes das plantas e de conhecimento gastronômicos, além de ameaçar a segurança alimentar, ao dependermos de algumas poucas culturas e espécies. (ESTEVE, 2017, p.45).

Essa agricultura extensiva industrial e de variedades uniformes, denunciada e combatida pelas mulheres Sem Terra, vem cada vez mais sumindo com a riqueza de sabores e saberes dos povos do campo e das cidades. É uma produção adaptada ao mercado, uniformizada, híbrida, transgênica e dependente de agrotóxicos. As grandes empresas sendo as possuidoras dos organismos vivos pertencentes aos produtores de alimentos saudáveis. Estes, agora, se veem ameaçados, conforme Esteve (2017):

A propagação de sementes híbridas e transgênicas foi outro mecanismo usado para controlar sua comercialização. As sementes modificadas geneticamente também contaminam variedades tradicionais - através do ar e da polinização - condenando-as ao desaparecimento e impondo um modelo de alimentos concentrados nas mãos do agronegócio. Apenas seis empresas (Syngenta, Bayer, Basf, Dow Chemical, Monsanto e DuPont) controlam 60% do mercado mundial de sementes que está extremamente monopolizado. (ESTEVE, 2017, p.47).

A agricultura saudável que as mulheres estão pautando para que seja um projeto político é mais do que nunca uma forma de reexistência camponesa, como aquela que vai além do que seria estar resistindo as ofensivas do capital. Falar da reexistência, seria como mergulhar numa nova forma de vida, seria organizar a nova forma de existir como mulheres camponesas que lutam para combater as causas da fome, que lutam pelo acesso à terra e, ao mesmo tempo, tornar visível o que parece estar invisível, que são as próprias mulheres camponesas e as opressões por elas vividas. Seria como uma transformação em um novo jeito de ser e de viver.

O ato na Aracruz celulose questiona as grandes extensões de terras, as sementes geneticamente modificadas, as ameaças à biodiversidade, e a exaustão da terra que o eucalipto em grandes extensões gera para a natureza. Esta denúncia evidencia a necessidade de cuidar da vida, da existência humana, do sabor e do saber, um ato de responsabilidade humana.

3.3 Ocupando o espaço geográfico e social

Essa é uma reflexão buscando reforçar nossos argumentos sobre o Feminismo Camponês e Popular. Nessa parte, procuramos apresentar que a luta das mulheres do campo tem sido um enfrentamento de classe que, além de entender as relações sociais de produção como uma das formas de opressão para a exploração, questiona as relações de produção e sociais como estruturantes do capitalismo. Nesta mesma luta, elas apresentam que o espaço e o território estão em disputa na construção de novas relações de produção humanas e sociais. Sobretudo, frente aos intensos processos de acumulação e exclusão social provocados por um sistema em crise econômica, política, social e ambiental atuante na agricultura e que se apropriam dos recursos naturais do país. Vamos procurar evidenciar, aqui, a luta das mulheres camponesas em defesa do espaço e território, no combate ao deserto verde e à agricultura do veneno implementado pelas transnacionais do agronegócio atuantes no campo brasileiro.

Vamos partir do entendimento de que o ser humano é um ser natural. O ser humano é parte constitutiva da natureza. Portanto, somos parte da natureza e dependemos dela e, como um aparato biológico, do ponto de vista orgânico, somos natureza. Neste sentido, podemos até pensar a natureza sem o ser humano, mas não podemos pensar o humano sem a natureza. No entanto, este ser é dotado de alguns atributos que os diferenciam dos outros seres vivos da natureza como: a linguagem; a consciência; as ideias e a capacidade de projetar o que queremos construir; a noção de universalidade porque somos capazes de pensar o universo, e a noção de liberdade. Estes atributos é que nos distinguem como seres humanos e, estes, só existem na relação com a natureza. Assim, chega-se ao entendimento que somos natureza transformada através da socialização.

Ao nos referirmos à linguagem, por exemplo, entendido como um dos atributos que nos separa da natureza, estamos falando que ela não é algo natural. Aprendemos a nos comunicar. A linguagem a que nos referimos representa nosso conhecimento, nosso pensamento, nossos sentimentos, que são expressões humanas. Por isso, ela está intimamente relacionada à consciência. Mas, para transformar a natureza e se transformar é preciso ir mais além da linguagem e consciência. E a única atividade humana que permite a transformação da natureza, que só os seres humanos realizam, é o trabalho. Aliás, a linguagem é produto do trabalho, da ação humana

sobre a natureza. Podemos criar e ser criados pelo trabalho, neste sentido consideramos que o trabalho é determinante para o ser social. Somos humanizados por ele, que é o fundamento da humanidade. Nós humanos, somos impactados pela transformação que exercemos sobre a natureza, pois não somos exteriores a ela, mas, parte constituinte dela. Ao mesmo tempo que nos distinguimos dela, somos natureza transformada pelo trabalho. Portanto seguimos sendo natureza.

Partimos deste pressuposto para interpretar e entender as determinações do que é ser homem e ser mulher na sociedade dividida em classes. Para buscarmos esta compreensão vamos usar a lente da teoria historicamente elaborada sobre a luta travada pelas mulheres, o feminismo. De modo a buscar uma leitura sobre o conjunto das determinações históricas, com um olhar crítico e aprofundando a perspectiva de análise sobre a construção histórica destas relações marcadas pela assimetria.

A luta das mulheres camponesas faz o questionamento sobre a utilização das terras brasileiras a serviço do agronegócio. Este, que se utiliza de grandes extensões de terras e vem produzindo o deserto verde. Este, que é representado especialmente pela presença das grandes empresas transnacionais construindo territórios sem a presença de moradores, de comunidades, de biodiversidade e com fortes relações de poder políticos, econômicos e culturais.

Nessa perspectiva, compreendemos o agronegócio como uma complexa articulação de capitais, direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal, sob a hegemonia de grupos multinacionais, e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, intensificando múltiplas desigualdades socioespaciais. Os conglomerados do agronegócio, em geral, não têm vínculos com os lugares onde ocorrem as produções, cujos preços e custos são regidos por um mercado internacional. Assim, a oferta e a procura de alimentos no mercado interno, bem como as condições de produção locais têm pouca influência nas cotações das *commodities*. E, como ocorre em toda produção em que predomina a forma capitalista, as decisões de o que, como, quanto e para quem produzir, não levam em conta as necessidades da população e dependem da taxa de lucro que proporcionam. De modo que, paralelamente ao crescimento das safras agrícolas, tem-se a manutenção e até o aumento da insegurança alimentar no Brasil. (CAMPOS, 2011, p. 22).

Desse modo, a nosso ver, o deserto verde e a agricultura baseada no veneno, não afeta somente o aspecto ambiental, mas, sobretudo o social. Visto que consideramos o ser humano parte da natureza, que é transformada e produtora de relações sociais de produção entendendo, assim, que são os meios de produção capitalistas

que produzem a sociedade capitalista. Portanto, qualquer intervenção dessa natureza afeta e interfere nas relações sociais sendo alguns casos determinantes, interferindo no habitat, no ciclo da biodiversidade, no ciclo das águas e, assim, afetando populações inteiras, seja ela para sua existência ou inexistência. E até mesmo nos desenvolvimentos dos sentidos humanos como o paladar, o tato entre outros.

A intervenção humana, no caso do eucalipto em forma de monocultura, traz consequências desastrosas para a sociedade, de maneira geral, provocando muitas inexistências. Ao retirar as pessoas do contato com a natureza e com seu trabalho, as relações estão ameaçadas. E, se entendemos o espaço geográfico com todas estas relações sociais, podemos dizer que o espaço do deserto verde está ameaçando a vida social no espaço geográfico.

Nossa compreensão é de que a luta das mulheres no horto florestal da Ara-cruz celulose, e as ações feitas pelas mulheres camponesas no dia internacional das mulheres, tem sido um revelador das contradições existentes nestes espaços e territórios. Isso mostra, sobretudo, que ali existem relações de poder, que ameaçam a cultura, a economia e o social das comunidades. Por conta deste “modelo”, são expulsas de seus espaços, de suas terras e territórios, para a implementação da monocultura do eucalipto. As intencionalidades dos dois grupos estão claramente em contraposição quando compreendemos intencionalidades como descreve Fernandes (2005, p.3): “A intencionalidade é um modo de compreensão de um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utilizar para poder se realizar, ou seja, materializar no espaço”. No caso, estamos falando de classes sociais antagônicas. A leitura socio-espacial realizada pelas mulheres é de que a terra deve servir para produção de alimentos saudáveis, justamente o oposto ao que a monocultura do eucalipto vem propondo e fazendo. Nesse sentido, entendemos que o espaço geográfico invadido pela monocultura do eucalipto criando o deserto verde, transforma aquele território que está em movimento num espaço ameaçado.

Refletimos no presente trabalho que as relações sociais não são naturais, elas são construídas. Portanto, elas podem ser destruídas e transformadas quando entendidas numa perspectiva histórica e em movimento.

Ao discutirmos os territórios e a apropriação do capital, faz-se necessário pensar o espaço geográfico com seus componentes sociais observando as relações de poder existentes entre o feminino e masculino e como esta relação desigual serve a um sistema explorador e opressor.

As desvantagens sociais de que gozam os elementos do sexo feminino permitiam a sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. (SAFFIOTI, 2013, p.67).

Se faz necessário entender esta relação de opressão que sustenta a exploração. Entender quem se apropriaria da riqueza que só o trabalho produz e, dentro desta relação, como isso se aprofunda baseado numa construção social da divisão sexual do trabalho. Contudo, é de conhecimento que, historicamente, as mulheres resistiram à condição de dominação. É por esta resistência que, hoje, podemos votar e temos a possibilidade de estar aqui escrevendo este trabalho. É também por esta resistência e luta das mulheres do campo, que hoje é possível ser titular nos lotes de assentamentos, entre outras conquistas. Mas, também é sabido pelas mulheres da classe trabalhadora, e aqui estamos nos referindo às mulheres camponesas, de que são conquistas de uma democracia representativa, que, na atualidade, se encontra ameaçada mesmo sabendo que esta não resolve o problema da opressão e do machismo.

Ao nosso ver, as mulheres que ousaram enfrentar o poder do grande capital materializado nas transnacionais estão colocando em questão a necessidade de uma mudança estrutural. Que é necessário um feminismo que não se reduza a um ponto, e que a luta feminista não é o ponto de chegada, mas o ponto de onde podemos começar a luta por transformações mais profundas. Nas lutas do “Oito de março” elas têm pautado e questionado a propriedade privada, a divisão sexual do trabalho e o patriarcado. Como nos revela o Jornal Sem Terra de 1988 (FIGURA 10).

Figura 10- Mulheres unidas na luta resgatando a dignidade

SEM TERRA — 12

Mulher



REGINA VILELA

Resgatando a dignidade

O 8 de Março é comemorado em todo o mundo como o "Dia Internacional da Mulher". A data simboliza a organização e luta histórica das mulheres contra a sua opressão específica. Ela está ligada à trajetória da classe trabalhadora na luta por sua libertação.

Em Nova Iorque, no ano de 1857, 129 operárias de uma indústria têxtil entraram em greve contra as péssimas condições de trabalho, pela redução da jornada de 16 para 10 horas diárias, por licença maternidade e equiparação salarial aos homens, pois elas recebiam um salário miserável e, muitas vezes, os filhos nasciam no próprio local de trabalho. Além disso, muitas mulheres acabavam contraindo doenças, ainda jovens, como tuberculose etc. O patrão recusou-se a atender às reivindicações. A polícia foi chamada. Houve uma brutal repressão, resultando na morte das 129 trabalhadoras.

A militante alemã, Clara Zetkin, marxista e feminista, no ano de 1910, propôs, durante a 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em Copenhague, na Dinamarca, que no dia 8 de Março se realizasse uma Jornada Internacio-

nal das Mulheres pelo direito ao voto. A partir de então, a data ficou caracterizada, estendendo-se ao mundo. Já em 1911, mais de 1 milhão de mulheres participaram da jornada de 8 de Março. O Dia Internacional das Mulheres.

Hoje, as praças e ruas são ocupadas pelas companheiras. Elas protestam, trabalham e lutam. Manifestam-se contrárias a todas as formas de discriminação, exigindo creches que não sejam meros depósitos de crianças, atendimento integral à saúde, uma educação não alienada, o direito à moradia e à terra. Também reivindicam, ainda, a manutenção da licença paternidade, e de que a licença maternidade de 120 dias não implique na demissão em massa das mulheres de seus empregos.

Elas lutam, sobretudo, pela conquista da dignidade, em qualquer função ou lugar. Enfim, a mulher abre seu espaço na sociedade, mas tendo a clareza de que a mudança maior só se dará varrendo, de vez, todas as formas de exploração da sociedade capitalista e criando uma sociedade nova e mais justa, onde o homem e a mulher não sejam oprimidos.

Dia da mulher, símbolo de luta

As mulheres rurais participaram ativamente das manifestações em todos os estados brasileiros. Elas deixaram claro para todas as companheiras e, também, para os homens as reivindicações básicas que defendem:

- Desapropriação dos latifúndios.
- Direitos iguais para trabalhadores urbanos e rurais.
- Saúde e educação gratuitas.
- Fim de todo tipo de discriminação contra a mulher
- Repúdio às leis anti-populares da Constituinte.
- Direito de Escolher o presidente da República: Diretas já!

O reforço da união entre campo e cidade, o incentivo à participação organizada e consciente nos sindicatos, associações, movimentos e no partido político, foram as temáticas principais das manifestações. É o avanço da luta das mulheres trabalhadoras.

Mulheres rurais Unidas na luta

Clara Charf, ex-candidata a deputada estadual pelo PT, antiga militante dos movimentos sociais e das lutas da classe trabalhadora, foi uma das principais articuladoras da manifestação das mulheres, realizada em São Paulo no dia 8 de Março. Segundo ela, a passeata das mulheres paulistas reuniu cerca de 10 mil pessoas, fato considerado uma vitória, pois até hoje, o movimento sempre teve um caráter mais fechado. Este ano houve uma grande unidade, produto do acúmulo de experiências que as mulheres vão adquirindo na militância feminista e nos movimentos sociais.

Um outro fator, segundo Clara, que também contribuiu, foi a conjuntura atual. Todas as pessoas querem se expressar, por isso, a proposta de passeata foi aceita imediatamente. "Através de faixas, cartazes, cantos, palavras de ordem, as

mulheres, de forma criativa, livre, organizada e colorida expressaram suas reivindicações específicas e gerais". Todos os temas tiveram sua vez. Desde o protesto contra a violência sexual que vitima a mulher, até questões como saúde, alimentação, custo de vida, mulheres negras, solidariedade internacional e direito dos trabalhadores. Clara acredita que a passeata "resgatou a dignidade da mulher, inclusive nos meios de comunicação, tirando aquele caráter de mulher ser só símbolo sexual".

Todos os estados do Brasil fizeram comemorações, inclusive com incentivo dos sindicatos. Um outro fator importante, ressaltado por Clara Charf, foi a participação das mulheres do campo, que realizaram passeatas em conjunto com as da cidade. "Isso, ela conclui, representa um grande avanço em nossa luta".

Fonte: Jornal Sem Terra, 1998.

Elas mostram que a luta de classes é o motor dessa superação. As mulheres questionam e pautam a produção e reprodução da vida, e as formas que se relacionam para produzi-las. Elas fazem parte de um conflito gerado pelas classes dominantes e detentoras dos meios de produção. Portanto, elas agem numa perspectiva de classe. Estas mulheres identificam os pontos em comum que há entre o grande capital neste mundo globalizado: apropriação dos bens naturais; padronização da agricultura com atuação contundente das transnacionais e com ações do estado burguês.

Por isso, as lutas das mulheres produzem espaços e por estes são produzidas, como partes integrantes do espaço geográfico a qual pertencem e defendem. Neste sentido Fernandes (2005) descreve:

Os processos geográficos são também processos sociais. As relações sociais, a partir de suas intencionalidades, produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagem. Ao produzirem seu espaço e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesse movimento as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais. (FERNANDES, 2005, p. 4)

As ações das mulheres, como viemos trabalhando, são possíveis pela ação social organizada. São mulheres que sentem no seu dia a dia a ação devastadora da monocultura e do modelo do agronegócio em suas vidas. E, por estarem organizadas e trocarem suas experiências, é que perceberam que são muitas e, assim, entenderam a força que tem. E, ao serem questionadas sobre o que a luta do “Oito de março” tem contribuído para as mulheres Sem Terra, Lu, nos afirma:

A construção do Oito de Março mostra para as mulheres em geral e para as camponesas, esse poder das mulheres realizar ações que coloca em cheque o patriarcado. Nos é ensinado cotidianamente que a gente só pode fazer enfrentamento se estiver com os homens, porque a parte mais difícil é feita pelos homens. E o Oito de Março nos mostra que somos capazes de fazer qualquer coisa. Mas que essa qualquer coisa é principalmente a nossa luta contra o patriarcado e contra o capitalismo, e que as mulheres conseguem efetivamente assumir para si essa pauta de enfrentamento, de resistência e de um passo à frente. (LU, 2018).

Essas “loucas, mal-amadas” como foram chamadas pela imprensa burguesa da RBS (afiliada da rede globo no RS), na ação de 2006, são as mesmas que sentem no dia a dia a exploração que é transformada em opressão. São as mesmas que são violentadas pela ação do agronegócio, pelas palavras machistas e preconceituosas. São as mesmas que são consideradas seres inferiores e por isso podem ser tratadas com desprezo, como foi o caso do jornalista da RBS. São as mesmas que geram a vida e garantem com seus corpos a produção e reprodução.

Longe de ser apenas um sentimento, a desigualdade nas relações de gênero é uma realidade que se materializa na vida das mulheres, dentre outras formas, através da reduzida participação política, do menor controle sobre bens materiais, na menor remuneração do seu trabalho em todas as partes do mundo, nas diversas formas de violência que marcam o cotidiano de milhares de mulheres em todos os países. E

um dos grandes obstáculos para romper essa situação é o fato de que ao longo da história a desigualdade de gênero adquiriu status de “natural”, por isso se manteve mesmo com o desenvolvimento do capitalismo, que revolucionou tão profundamente a estrutura e a superestrutura das formações sociais anteriores. (CAMPOS, 2011, p. 29).

A luta das mulheres camponesas tem mostrado para a sociedade que o problema também está na propriedade privada da terra e dos meios de produção com suas múltiplas determinações. De que, esta estrutura social não serve as mulheres e homens da classe trabalhadora. Mas também, evidencia que o patriarcado tem servido na manutenção dessa relação desigual.

Se considerarmos que não existe nada fora da realidade, e que esta é formada pelo espaço e tempo, entendemos que estudar as partes e a relação que tem uma com a outra será parte de nosso desafio. Compreendemos o espaço como dimensão da realidade e como dimensão geográfica. E, buscaremos como ponto de partida a totalidade e a luta do “Oito de março” das mulheres camponesas que será nossa fração da realidade, e está contida no espaço e tempo em movimento.

3.4 A luta do Oito de Março das mulheres Sem Terra

A discussão que pretendemos realizar está inserida num contexto de disputa por território que envolve a utilização da tecnologia e da pesquisa para o domínio e expropriação dos bens naturais como a terra, a água e a biodiversidade. Nesse sentido, vamos procurar fazer a relação entre a opressão exercida pelo capital e sustentada pelo patriarcado em todas as esferas da vida social, política e estatal. Por isso, queremos evidenciar a luta das mulheres como forma de resistência à dominação do capital e do patriarcado. Nossa discussão será para buscar entender como o desenvolvimento das forças produtivas estão sendo empregadas, e a favor e a serviço de quem.

A luta das mulheres camponesas no “Oito de março” de 2006, no RS, foi um ato de defesa da vida e, portanto, de enfrentamento ao modelo de agricultura adotado pela economia capitalista sendo implementada pelas grandes multinacionais no Brasil. O desenvolvimento técnico e tecnológico, que deveria servir ao progresso do povo brasileiro, tem sido usado para a degradação do ambiente e dos recursos naturais, além do uso da terra e do trabalhador serem unicamente para o lucro e a exploração. Um processo assustador de destruição da vida humana e das demais espécies.

Um projeto de agricultura baseado na monocultura. No caso da empresa denunciada pelas mulheres no ano de 2006, a grande e extensa lavoura do eucalipto que gera o deserto verde e atinge os/as trabalhadoras rurais causando, assim, danos à natureza e às relações sociais. Esta foi a denúncia da luta do “Oito de março” das mulheres da Via Campesina, no ano de 2006, na Aracruz celulosas – RS. A denúncia sobre o mau uso da terra, da pesquisa e da tecnologia. Em entrevista, ao ser perguntado sobre o significado da luta das mulheres no “Oito de março”, diz um dirigente Nacional do MST:

Acho que aquele Oito de Março, foi um marco de transformar o dia, num dia de luta. E naquele contexto histórico, coincidiu todo debate que fazíamos do enfrentamento com o agronegócio monocultor de eucalipto, dominado por grandes empresas, e também a realização da conferência internacional da reforma agrária, em Porto Alegre. Esses dois fatos, levaram a que as mulheres fizessem uma ação de massas e radical, que foi o protesto de destruir parte das mudas de eucalipto da empresa Aracruz, localizado num município da área metropolitana. Acho que aquela ação por toda repercussão que teve, marcou então uma inflexão, daí para diante, celebrar Oito de Março, teria que ser na forma massiva e de luta contra algum opressor das mulheres do campo.

No movimento camponês o Oito de Março, não era assimilado como parte da luta e da cultura política das mulheres do campo. Mas devagarzinho, o tema foi sendo debatido, e acho que hoje já está mais inculcado na nossa militância, como parte de nossas atividades. E acho que inclusive elas deram um passo a mais, pois foram incorporando a celebração do Oito de Março, conjugando sempre com alguma luta de massas, com algum protesto real, e não apenas com debate ou passeata. E assim, desta forma, fomos também massificando a sua celebração. (STÉDILE, 2019).

No ano de 2006, o Brasil foi tomado pelas ações das mulheres que brotaram em, praticamente, todos os estados brasileiros onde o MST estava organizado. Isto pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1- Ações Jornada de Luta das Mulheres Sem Terra, ano 2006.

Estado	Nº ações	Nº de famílias/mulheres	Foco ações	Data
PE	26	4000 famílias	Ocupações em usinas, Engenhos de monocultura da cana de açúcar	08/03/2006
PB	3	200 famílias	Ocupações em Áreas improdutivas	07/03/2006 - 10/03/2006
PA	1	600 famílias	Ocupação de terra	08/03/2006
PR	1	600 famílias	Ocupação do campo experimental da transnacional de sementes, Syngenta seeds	14/03/2006
ES	1	250 famílias	Multinacional Aracruz Celulose	10/03/2006
SP	2	2.250 mulheres	Na avenida Paulista unindo campo e cidade e ocupação de terra e formação no interior	08/03/2006
DF	1	500 mulheres	Ocupação de terra	08/03/2006
RJ	1	sem registro	Marcha com audiência pública	08/03/2006
BA	1	1500 mulheres	Marcha e audiência pública com Estado	08/03/2006
SE	sem registro	sem registro	Manifestações no INCRA e secretaria da agricultura	08/03/2006
PI	Sem registro	sem registro	Vigília pela luta feminista	
CE	sem registro	sem registro	Luta pela liberdade dos presos políticos do estado	08/03/2006
RN	1	sem registro	Ocupação INCRA	08/03/2006
GO	1	sem registro	Ocupação INCRA	08/03/2006

Estado	Nº ações	Nº de famílias/mulheres	Foco ações	Data
RO	sem registro	sem registro	Acampamento formação	08/03/2006
MT	1	sem registro	Acampamento Formação	08/03/2006
MS	sem registro	sem registro	Formação na base	08/03/2006
TO	sem registro	sem registro	Formação na base	08/03/2006
MA	sem registro	sem registro	Acampamento de formação	08/03/2006
RS	2	400 famílias	Ocupação de terra	08/03/2006
RS	sem registro	2000 mulheres	Horto florestal da transnacional Aracruz Celulose	08/03/2006

Fonte: Elaboração própria a partir de Jornal Sem Terra, 2006.

Com um número em torno de 12.300 famílias, sendo estas direcionadas e preparadas pelas mulheres da organização, e em alguns estados em unidade com outras mulheres organizadas, sobretudo da Via campestre. A tabela foi elaborada com os dados a partir do jornal Sem Terra. Estes dados nos apresentam uma realidade de que a ação de 2006 foi, de fato, intensa e com mobilização em território Nacional.

3.4.1 Um pouco do que o MST debatia naquele período

As lutas das mulheres fizeram coro à leitura que a organização fazia do momento em que se vivia na agricultura. Período em que o presidente do Brasil era do partido dos trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva. Diferentemente do que buscava o MST, o governo Lula não via na Reforma Agrária um projeto de desenvolvimento para o país, ou mesmo como estruturante para a questão agrária brasileira. O governo Lula, via a Reforma Agrária como uma política compensatória e a distribuição da terra acontecia em alguns pontos do país como resultado de pressão através de ocupações de latifúndios, caminhadas e ações organizadas pela luta dos movimentos. Para o geógrafo Ariovaldo Ubelino, uma política defendida pela FAO e, pela segunda vez,

uma política que prejudica milhões de famílias camponesas no mundo. A primeira foi quando na década de 70, a chamada revolução verde, cujo objetivo era a de aumento da produtividade a qualquer custo, com a falsa promessa de acabar com a fome e melhorar a vida das pessoas que viviam no campo. Uma falácia para que o capitalismo estrangeiro alcançasse o campo brasileiro através de sua modernização conservadora e da implementação da monocultura.

A maior parte dos famintos no Brasil, por exemplo, está na cidade e a urbanização violenta dos centros foi provocada pela modernização da agricultura. A FAO é a responsável pelas políticas que os governos implantaram em diferentes países do mundo. As políticas implementadas pela FAO afetam a sustentabilidade de maneira grave. A modernização da agricultura degrada o solo, a fauna, a flora, as fontes de água. A expansão do cultivo do eucalipto nas áreas do rio São Francisco, em Minas Gerais, por exemplo, já fez secar quase 4 mil nascentes que formam o rio. Esse sistema agrícola é profundamente predador do meio ambiente e uma das consequências mais graves envolve a água. Quando se fala que o Brasil exporta soja, milho, café, estamos falando também que o Brasil exporta água. Nosso meio ambiente é degradado para satisfazer as necessidades do mercado internacional. (UBELINO, 2006, p.4).

O MST, aliado a esta leitura percebendo que as sementes transgênicas iriam causar graves consequências para a agricultura brasileira, e que atingiria, assim, o meio ambiente e consequentemente os seres humanos e sua soberania, deixaria a agricultura refém das multinacionais. Os movimentos sociais (Via Campesina) fazem a luta em defesa das sementes como soberania dos povos. Identificando as transnacionais como os grandes responsáveis por essa política agressiva e destruidora.

A leitura dos movimentos era de que as sementes devem ser patrimônio da humanidade e não privada. Com essa política elas passam a ser propriedade das multinacionais. E esta questão está relacionada com a Reforma Agrária e com a soberania alimentar. Como traz Umbelino (2006).

Uma Reforma Agrária, de fato merecedora deste nome, tem que se constituir como uma política de desenvolvimento econômico, dentro de um eixo que busque a soberania alimentar do país de forma que se produza todo o alimento necessário para seu povo. (UMBELINO, 2006, p.5).

Os dados das ações das mulheres e a leitura da conjuntura revelam-nos que a jornada de lutas foi um enfrentamento direto ao projeto de agricultura que estava sendo debatido e defendido como projeto de agricultura para o mundo. Foram todas lutas de enfrentamento, no entanto, a ação direta à empresa Aracruz Celulose foi a

que repercutiu a nível internacional. As duas mil mulheres, do RS e de SC, e com representação do MST em nível Nacional. Pois, a ação estava inserida num contexto em que, no mesmo espaço geográfico, em torno de Porto Alegre, acontecia a II Conferência Internacional da Reforma Agrária e desenvolvimento Rural, organizada pelas Nações Unidas (FAO), nas datas de 7 a 10 de março.

A questão em debate na FAO, e no fórum paralelo a conferência reunindo as organizações sociais ou nas ações das mulheres camponesas, era a concepção de Reforma Agrária e a soberania alimentar. Esses debates que se respirava nos ares de Porto Alegre e entorno, alimentavam as ações do Brasil todo. Enquanto a conferência da FAO, com suas belas credenciais e um ambiente hostil aos necessitados da terra e do bom alimento, acontecia em regime fechado, em que para participar era necessário um belo broche oficial fiscalizado por homens de preto. No fórum paralelo, por terra, território e dignidade havia lugar para quem quisesse fazer parte da defesa da vida das espécies. Um importante espaço de discussão sobre os temas relacionados a resistência, privatizações e repressão, estratégias de ocupação e perspectivas de gênero e juventude, vinculados à necessidade de Reforma Agrária. Destes temas, foi elaborado um documento que foi lido no fórum oficial. Que aqui trazemos trechos importantes:

Reiteramos nosso chamado a nossos governos, a FAO e seu mandato fundador, a se comprometerem decisivamente com uma Nova Reforma Agrária, baseada na soberania alimentar, no território, na dignidade dos povos; que garanta aos camponeses, povos indígenas, pescadores rurais, comunidades afrodescendentes, trabalhadores desempregados e demais o acesso e controle efetivo dos recursos naturais e produtivos para o exercício pleno dos direitos humanos. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2006, p.8).

O que se percebe neste trecho é que a jornada de luta, e o fórum paralelo estavam com a mesma leitura da realidade, e a clareza de que a defesa era do direito básico da sociedade da alimentação e existência humana não sendo passíveis de regulamentação a partir das grandes empresas.

A esta ação do fórum, as mulheres, depois da ação de denúncia no horto, se somaram em marcha pela avenida, e quem estava à frente da marcha eram elas com seus galhos de eucaliptos na mão para mostrar para a sociedade porto alegreense os danos que este causa em grandes proporções de plantação como estava acontecendo no Brasil.

A marcha foi recebida pela polícia do estado com truculência para impedir que as organizações sem os broches participassem da conferência. Depois de muita negociação com a comissão organizadora é que foi destinada uma comissão de 60 participantes da Via Campesina para entrar na conferência. Ali, as mulheres apresentaram também o manifesto, resultado das reflexões, debates e da própria luta. Elas leram e foram aplaudidas em pé pelos participantes. Vejamos parte dele:

Somos mulheres Camponesas, filhas desta terra brasileira, que há 500 anos vem sendo regada com suor, sangue e muito trabalho de tantas gerações de mulheres e homens de diferentes etnias. Mesmo com todas as lutas de resistência dos povos indígenas, negros e brancos pobres, nosso país continua sendo um território para extração de riquezas que alimentam os lucros de grandes grupos capitalistas. O Brasil está longe de ser uma nação soberana. Onde o deserto verde avança a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana. Se o deserto verde continuar crescendo, em breve vai faltar água para bebermos e terra para produzirmos alimentos. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2006, p. 8).

Foi sob estas reivindicações, leituras, reflexões que o “Oito de março” de 2006 tornou-se este marco na luta das mulheres. Foi uma ação de enfrentamento ao grande capital internacional, em defesa da vida, dos direitos básicos de dignidade, e muita ousadia organizativa das mulheres da Via Campesina, que foram duramente perseguidas pelos órgãos do estado repressor e criminalizador da classe trabalhadora.

3.5 A Aracruz e o lenço Lilás

A cidade de Barra do Ribeira, no Rio Grande do Sul, é localizada no sudeste do estado. Um município com pouco mais de 12 mil habitantes recebeu na madrugada do dia oito de março de 2006 cerca de 40 ônibus de mulheres camponesas da Via Campesina brasileira, no qual aproximadamente duas mil mulheres se organizaram para ocupar o centro de pesquisa e manejo do eucalipto, um horto florestal, pertencente a multinacional Aracruz Celulose.

No lenço lilás, usado pelas mulheres, já estava estampado o que denunciavam. “NÃO AO DESERTO VERDE” era o que anunciavam. Na ocasião, foi destruído aproximadamente um milhão de mudas que serviriam para o plantio de grandes extensões de terras. Junto com as mudas, segundo uma pesquisadora da empresa, também foi abalado um material de pesquisa no laboratório. Esse foi o anúncio, no

entanto, ela não revelou qual seria. Tudo isso pertencente à Aracruz usando a universidade pública para a realização das pesquisas a serviço do privado. Esses pontos foram problematizados pelas mulheres. A serviço de quem está a tecnologia e a pesquisa pública, também podemos nos perguntar. Segundo Rosenberg (2009, p.79): “A ciência, contudo, não pode ser incorporada em tecnologias dominadas por intervenções humanas de grande escala, pois a ação humana tem muito de subjetivo e caprichoso”.

Elas, as mulheres consideradas o sexo frágil da sociedade burguesa, se apresentando, novamente, e questionando este conceito no enfrentamento ao grande capital. Elas trazem à tona a destruição da biodiversidade, a deterioração do solo agricultável e o grave estresse hídrico que a monocultura do eucalipto gera. Trazem uma crítica contundente à monocultura que é a forma predominante de produção do agrogócio. Mostram também que o problema da condição feminina está na ordem do dia. A todo o momento se fala e se discute o papel da mulher na sociedade, na família, no trabalho, na luta, entre outros. Em todas essas relações a mulher aparece em uma situação de inferioridade em relação aos homens. É necessário questionar as muitas teorias que tentam explicar a situação da mulher na sociedade, que justificam e veem como natural a situação de opressão em que ela vive, aliado à exploração de classe sofrida pelas mulheres.

E, sobretudo, entender que esta situação é estabelecida por uma sociedade patriarcal e dividida em classes. Fazer os nexos necessários para compreender as contradições existentes no que se propõem como soluções para as desigualdades, a ordem e o progresso tão bem estampados em nossa bandeira brasileira. O que a luta das mulheres da Via Campesina do “Oito de março” de 2006 evidenciou e questionou foi a quem e a que mãos estão servindo este progresso. É só ver a existência de terras concentradas nas mãos de poucos, e a situação de muitos sem a terra. Que progresso é esse que a situação de desigualdades e de concentração de riquezas só aumentam, segundo o relatório da OXFAM (2018).

Novas estimativas indicam que o patrimônio de apenas oito homens é igual ao da metade mais pobre do mundo. Enquanto o crescimento beneficia os mais ricos, o restante da sociedade-especialmente os mais afetados pela pobreza – sofrem. O desenho e a estrutura das nossas economias e os princípios que dão base a decisões econômicas nos levaram a essa situação extrema, insustentável e injusta. Nossa economia precisa parar de recompensar excessivamente os mais ricos e começar a funcionar em prol de todas as pessoas. (OXFAM, 2018, p.1)

Enfrentar a política neoliberal evidenciando as grandes empresas transnacionais como detentoras dos bens naturais, exploradora da força de trabalho humano e com sua forma de monocultivo que destrói o meio ambiente. Elas mostram que não estão reivindicando somente a terra como forma de produzir, mas, sim, demonstrando que o modo de produção capitalista não serve para os trabalhadores e trabalhadoras, porque ele é excludente e destruidor. Elas estão dizendo, a nosso ver, em forma de luta, que será necessário mudar as bases da sociedade, e que o eixo central está na concentração de capital nas grandes corporações que usam do desenvolvimento da técnica e da tecnologia para acumular riquezas.

É importante deixar claro que, as mulheres não questionaram o desenvolvimento das forças produtivas e nem a pesquisa e a ciência, mas, sim, que o desenvolvimento deveria estar a serviço da humanidade, o que significa estar a serviço da preservação da biodiversidade, de uma prática produtiva para garantir a vida e a sobrevivência humana, levando em conta e considerando as relações, humano x humano e estes com a natureza.

Assim, podemos entender e aproximar a luta das mulheres camponesas da leitura de Winner (1986, apud. FERREIRA; ABRAHÃO, 2017, p.197) que diz: “[...] as coisas técnicas têm qualidades políticas.” Neste aspecto,

As áreas em que tal instrumentação é disponível podem permitir aos seus usuários um maior grau de certeza e sucesso na realização de operações, sabido que, em muitos casos, na agricultura e na indústria, certas etapas do processo produtivo alcançam maior rentabilidade, quando empreendidas em condições meteorológicas favoráveis. A preparação das terras, a sementeira ou o plantio, a utilização de adubos ou de fungicidas podem ter mais ou menos eficácia segundo as condições de tempo em que são feitas. Tudo isso tende a favorecer os empresários, uma vez que tenham prévio conhecimento das condições meteorológicas em que cada fração do trabalho e cada fração de capital serão utilizadas. (SANTOS, 2006, p.242).

A luta do “Oito de março” das mulheres camponesas na Aracruz Celulose foi considerada pela grande imprensa como um afronte à tecnologia e à pesquisa científica. Haja vista que a ação destruiu mudas de eucaliptos que seriam usadas na monocultura e as pesquisas ali sendo realizadas eram para esse fim. A ação tinha como foco central fazer a denúncia ao deserto verde e promover o debate com a sociedade, sobre a necessidade da divisão da terra e que esta cumprisse sua função de produzir

alimentos saudáveis. Ouvimos sobre o assunto que nos diz o dirigente que participava da conferência:

O fato teve ampla repercussão na mídia local, nacional e internacional. Até porque foi assumido pelas mulheres da Via Campesina Brasil e em decorrência teve logo amplitude com a representação de toda Via Campesina internacional. E a empresa, a mídia e o governo (mesmo do Lula) reagiram muito mal, em defesa cega aos interesses da empresa apenas. Sem levar em conta os males que o monocultivo do eucalipto está causando ao bioma dos pampas, à conservação da água e ao povo do rio grande.

Felizmente a história deu razão às mulheres, e a empresa foi a falência, o viveiro e a ampliação do cultivo foram interrompidos. Ainda que o processo judicial, tentando penalizar as lideranças, permaneceu até o ano passado, ou seja dez anos de luta judicial.

Para dentro do MST, acho que além da solidariedade gerada, então de todo país, às mulheres gaúchas, gerou um debate, e um exemplo que a melhor forma de comemorar o Oito de Março, deveria ser sempre com massa e com luta. (STÉDILE, 2019)

Além disto, mostrar para a sociedade que existem grandes extensões de terras sendo exploradas e degradadas pelo monocultivo do eucalipto, através das grandes transnacionais, que tem em seu poder a tecnologia e a pesquisa científica para a ampliação da produção do eucalipto para a exportação, criando assim o deserto verde em solos brasileiros. Deserto verde é como os ambientalistas tem denominado a monocultura do eucalipto, que por sua vez utiliza-se de grandes extensões de terras para a produção de celulose, afetando, assim, o meio ambiente local e regional. Isso resulta em desmatamentos acabando com a vegetação original do território. Uma incompatibilidade ecológica, que mata as espécies nativas e exaure os mananciais hídricos em seu entorno. Gerando, assim, profundos estresses hídricos, e por sua vez, expulsando pequenos produtores camponeses de suas terras. Nesse ponto concordamos com Viana (2004):

Em síntese, os efeitos ambientais adversos do plantio de eucalipto mais ressaltados por aqueles que se posicionam contrariamente a ele são: a retirada de água do solo, tornando o balanço hídrico deficitário, com o rebaixamento do lençol freático e até o secamento de nascentes; o empobrecimento de nutrientes no solo, bem como seu ressecamento; a desertificação de amplas áreas, pelos efeitos alelopáticos sobre outras formas de vegetação e a conseqüente extinção da fauna; a ocupação de extensas glebas de terra, que poderiam estar produzindo alimentos; a criação de empregos apenas durante a implantação do plantio, mesmo assim para mão-de-obra desqualificada, com baixos salários, e o estímulo ao êxodo rural e o conseqüente inchaço das metrópoles. (VIANA, 2004, p.9).

Esse projeto de “desenvolvimento” capitalista, denominado agronegócio, faz com que a agricultura, a natureza e a vida das espécies, sejam negócios, cada vez mais uma mercadoria rentável. Nesta forma de produção não cabe o cuidado com a vida e com as relações sociais. O que se aprofunda com esta política é a expropriação para ampliar lucros em prol do capital.

Logo, podemos supor que seja um desenvolvimento do capital e do lucro, que não cabe e não serve aos trabalhadores e trabalhadoras, que é nossa reflexão de estudo. Por ser um projeto do grande capital para a agricultura que aumenta a apropriação privada da natureza, a espoliação do campo brasileiro e tem como resultante a terra como apropriação das grandes empresas como uma reserva de valores. Assim, Carvalho (2013) coloca:

Essa acumulação via espoliação do campo no Brasil contemporâneo é a resultante de um pacto estratégico da economia política entre o grande capital agroindustrial, o sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria, a propriedade fundiária e o Estado. (CARVALHO, 2013, p. 34).

Uma das ações desse grupo que lidera o projeto do agronegócio é a entrega do campo brasileiro ao capital internacional, faz a produção refém das grandes empresas internacionais através do controle das sementes geneticamente modificadas que conseqüentemente vai levar ao agrotóxico, cria a relação de dependência dos produtores com as empresas, que ao mesmo tempo em que produzem o veneno, provocam as doenças e depois fornecem os remédios para cura dos males por eles provocados. Esse projeto, deixa o campo numa condição de dependência das grandes empresas, fazendo com que o país perca sua soberania e seja gradualmente ainda mais submetido à classe dominante. Estes dados revelam que o agronegócio está absolutamente vinculado a uma economia predatória, totalmente dependente e subserviente.

A luta das mulheres camponesas no “Oito de março” fez o enfrentamento direto a esse projeto para a agricultura. E nossa reflexão é de que o feminismo camponês e popular, debatido e sendo construído conjuntamente com as mulheres das organizações da América Latina, passa fortemente por esta pauta.

Nosso tema sobre o Feminismo esta intrinsecamente ligada aos direitos das mulheres e é preciso tratar o tema recuperando a história e as lutas políticas já travadas para conquistar a igualdade e consolidar os direitos humanos das mulheres.

O feminismo desvelou as mulheres como cidadãs e pessoas titulares de direitos. A partir disso, passou a ser inevitável o desencadeamento do processo de construção dos direitos humanos das mulheres. E mais adiante, [...] O feminismo trouxe novos paradigmas para a própria ciência, novos conceitos e a necessidade de estender seu conhecimento e aplicação as diferentes áreas do conhecimento humano. (TELES, 2000, p.88 -110).

Nas últimas décadas os movimentos feministas dedicaram-se mais a analisar e denunciar as desigualdades de gênero e as formas de violências exercidas na sociedade capitalista. Já dissemos aqui que o feminismo é filho indesejado da revolução francesa que levantou bandeiras, que serviram somente para os homens. Nesta época Olympe Gouges, é a primeira a levantar a problemática destas palavras que, pós-revolução, não se realizaram para as mulheres.

A história nos mostra que a luta das mulheres nos trouxe possibilidades de hoje fazer lutas mais amplas. E por isso que cada vez mais, a mulher está presente nos movimentos populares e é visível também que sua participação tem sido um fator importante nas conquistas da classe trabalhadora, em especial a que nos referimos aqui às mulheres da Via Campesina. Estas que vem questionando a sociedade que impera a exploração e por consequência a opressão de gênero e classe. Pela luta das mulheres, esta situação tem sido denunciada, evidenciada e vem gerando o debate.

Dessa forma, o papel das mulheres no “Oito de março” mostra o enfrentamento direto ao grande capital internacional, detentor dos meios de produção, da tecnologia, e, portanto, controlando a pesquisa científica em favor da exploração da força de trabalho humana e se apropriando dos recursos naturais. Sob este tema, queremos refletir sobre o uso das técnicas e tecnologias e o que isto tem a ver com a luta das mulheres contra as transnacionais atuante no Brasil, e, sobretudo a denúncia feita, em 2006, na Aracruz celulose.

O tema da libertação da mulher está vinculado ao modo de produção de cada época, e aqui buscaremos não separar a leitura do desenvolvimento tecnológico do papel da ciência na luta de classes. Entendendo que o conhecimento científico, em muitos momentos, é apropriado pela classe detentora dos meios de produção. Se buscarmos entender os processos históricos da evolução humana vamos observar que a ciência não é neutra, e que muitas pesquisas como resultado do desenvolvimento científico às vezes estão à mercê da classe dominante. “a ciência é uma especialidade, um refinamento de potenciais comuns a todos” (ALVES, 2000). No entanto, ela está

concentrada nas instituições públicas ou privadas que servem a um determinado grupo, a classe dominante. Por isso, nosso entendimento de que ela está especialmente sendo desenvolvida a serviço do sistema capitalista, que herda da industrialização seu domínio e que aplica na tecnologia seus valores e dominação numa dimensão política, cultural e econômica. Como demonstra Novaes e Dagnino (2004).

A racionalidade técnica em que ambos se juntam para controlar os seres humanos e os recursos em conformidade com aquilo que ele domina “códigos técnicos”. Um código técnico envolve a materialização de um interesse particular no âmbito de um conjunto de soluções para um tipo geral de problema que seja tecnicamente coerente com esse interesse. (NOVADES; DAGNINO, 2004, p.194).

A ideologia dominante se utiliza da tecnologia para transformar as desigualdades em processos naturais para a manutenção do poder da burguesia. Uma relação que acontece em conflitos com os interesses dos trabalhadores e o interesse dos capitalistas. “A escolha da técnica depende de quem detêm o poder de decisão e também da entrada de novos atores em cena” (NOVAES; DAGNINO, 2004, p. 195). A tecnologia duplamente determinada pelas relações sociais de produção. Primeiro, ela é concebida e materializada de acordo com a ideologia e o poder social daqueles que tomam as decisões; segundo seu uso na produção é determinado pelas lutas de classes que ocorrem no chão de fábrica, mas que o determinante nesta relação é as relações de poder.

Contudo, aqui, buscamos evidenciar as mulheres e sua importância na luta de classes, em especial, no caso a serem abordadas, as mulheres camponesas na luta pela terra e por direitos sociais, tendo como plano central a luta contra as grandes empresas multinacionais. Porém, fundamentalmente, entender como este debate acontece vinculando ao debate da luta pela terra e a luta anti-patriarcal, como bem nos lembra, Saffioti (2015).

Convém lembrar que o patriarcado serve a interesses dos grupos/classes dominantes (Saffioti, 1969, 1987) e que o sexismo não é meramente um preconceito, sendo também o poder de agir de acordo com ele (Johnson). No que tange o sexismo, o portador de preconceito está, pois, investido de poder, ou seja, habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como este as retrata e este fenômeno não é individual, mas social. (SAFFIOTI, 2015, p.131).

Percebe-se que as mulheres camponesas entendem que ninguém é igual a ninguém, que a luta por igualdade se refere aos direitos em todas as esferas da vida,

seja ela pública ou privada. E é na luta contra a vigência da diferença cultural entre homens e mulheres que se pode mudar estas relações de dominação masculina sob as mulheres. E pelo entendimento de que as mulheres são atores e protagonistas de sua própria história.

Elas denunciaram também que o projeto de desenvolvimento, que tentam impor para a agricultura se baseia na monocultura do agronegócio, que super explora o trabalho, contamina o território e a saúde das mulheres com os agrotóxicos que são pulverizados sobre o alimento e na natureza. A luta evidencia a necessidade de romper com a ideia naturalizada de que nossos corpos e nosso trabalho estão à disposição e a serviço dos homens e do capital.

As lutas feministas não são práticas isoladas, mas um processo de construção permanente, de retomar o controle sobre os corpos, uma forma de enfrentar a alienação e o avanço do conservadorismo que é material e, também, ideológico. É a luta contra o capital que se apropria das águas, das sementes, das terras, da biodiversidade, e ameaça a soberania dos povos. Numa compreensão de que esta luta só é possível com organização e unidade dos e das trabalhadoras e dos trabalhadores que lutam contra o sistema que explora a força de trabalho de sua classe.

Por todos estes elementos levantados nesta pesquisa, consideramos que a luta por transformação está sem dúvida alguma vinculada a luta feminista. Contra a dominação da sociedade capitalista e contra o patriarcado. E que a luta feminista é para todos e todas que gozam das transformações sociais.

4 LIÇÕES HISTÓRICAS DAS MULHERES SEM TERRA DO MST

Querida Mulher Sem Terra

Com a minha maior e mais sincera consideração e respeito:

Lhe escrevo esta carta para pedir-lhe um imenso favor. Sei que você já é muito ocupada na luta pela Reforma Agrária, na labuta do lote, da casa, dos filhos e de tantos outros compromissos que tens.

Mas também sei o quanto você luta em defesa da vida, e por isso nos identificamos tanto, germinamos, nos cuidamos e nos cultivamos.

Nossa relação transpira dignidade, humanidade, solidariedade, liberdade, soberania e rebeldia. Nossos estreitos vínculos são de construção de saberes e sabores, mais do que isso, somos mães, somos fruto e flor, mas carregamos a força da semente que gera a flor e os frutos que são regadas pelo amor e a firmeza das deusas. Somos regidas pela força do luar que iluminou tantas vezes nossas noites de ocupações, de resistência, de cuidados e de tanta fecundidade.

Peço que me ajudem a mostrar ao mundo o valor que temos e o quanto somos parte integrantes de um mesmo corpo, que ao me envenenarem estão envenenando você e os seus, que ao me maltratarem estão te maltratando, te desrespeitando no mais profundo sentimento de gerar.

Sinto muito, vocês terem que passar por tudo o que tem passado para poderem me fazer fecunda, mas me sinto feliz porque vocês estão lutando, que em seus corpos correm o sangue da justiça e do cuidar do mundo, que em suas veias correm o ato de criar e recriar, do cuidar, do amar, do respeitar e do ser respeitada.

São muitas as vezes que choro pensando nas futuras gerações, do quanto elas estão ameaçadas. Do quanto a vida no nosso planeta está sendo ameaçado, de quanta violência sofremos diariamente, tanto na saúde como nas relações. Sei o quanto vocês também sofrem e choram as mutilações desta sociedade doentia, que nos envenena, que só por serem mulheres te matam em média treze por dia no Brasil, que estupra, que assedia, que espanca e que te desmerece e por vezes nem te reconhece como ser humana que és. Mas sei da força que emana dos vossos úteros, do vosso ventre, dos teus braços fortes que semeiam este chão. Vem, teçamos a nossa liberdade!

E juntas não mais permitiremos que nos impeçam de viver e amar, de sermos livres, juntas romperemos todas as cercas que nos aprisionam, todas as amarras que querem impedir do nos movimentarmos. Vem, construamos a nossa valentia, e juntas saberemos mostrar a nossa rebeldia!

Te convoco a me cultivar! Quero ser sua bandeira de luta e de resistência, quero estar em seu corpo, quero ser pauta de suas lutas, quero estar com você semeando um novo dia.

Juntas somamos muitas cores, nos tornamos energia, sabedoria e muita, mas muitas alegrias.

Assim me despeço de vocês!

Na certeza de que nos encontraremos em vossos encontros, nas vossas poesias, nas vossas músicas e encantarias. Na certeza de que estou sempre com vocês na bandeira que carregam e que nos tornamos sujeitas coletivas. Vem, teçamos a nossa liberdade!

Sintam-se todas abraçadas, amadas e respeitadas por mim.

Inverno de 2019. A Terra. Rosmeri Witcel.

4.1 As mulheres e o MST, e o MST e as Mulheres

Um das pautas enunciadas pelas mulheres é a soberania alimentar e, no caso, estamos nos referindo da luta das mulheres Sem Terra. Partindo da compreensão de que temos dois projetos de agricultura. Sabendo que o “modelo” do capital é o que tem como base o agronegócio, o mesmo que retira o trabalhador e as trabalhadoras do trabalho em sua relação com a natureza. Um projeto capitalista que, por sua vez, leia-se como um modelo da exploração e do lucro, produz o alimento que vai para nossa mesa à base de veneno, baseado na monocultura e mudanças genéticas como a transgenia. Esse “modelo” tem se mostrado muito danoso para a vida humana e a natureza. Um “modelo” que oprime, exploram os camponeses e em especial as mulheres que são as maiores defensoras da alimentação saudável. Elas mostram em suas lutas que estão preocupadas em realizar uma produção de alimentos que possa ir a mesa de suas famílias e do conjunto da sociedade. São as mesmas mulheres que historicamente receberam a tarefa dos cuidados. Essa tarefa, que por hora as leva à divisão sexual do trabalho, as coloca numa condição do cuidado com a alimentação que seja cuidando da vida e da saúde da humanidade.

As mulheres da Via Campesina, e aqui estamos nos referindo às mulheres do MST, vem fazendo valer a luta histórica das mulheres que lutaram por melhores condições de trabalhos nas fábricas têxteis. As mulheres camponesas resgatam esse dia de luta contra o que se apresenta como “modelo” de agricultura e de sociedade adotado pelo capital, que é tão violento quanto ao período do surgimento da homenagem.

O oito de março é o dia internacional das mulheres, e tem sido o dia e mês em que as mulheres do campo tem realizado denúncias, e combatendo a monocultura e o alimento contaminado. Com as ações realizadas elas estão levantando a problemática desse “modelo” para a sociedade, dizendo que as doenças que têm surgido a cada ano mais próximo de nós, estão intimamente ligadas a quantidade de alimentos contaminados que estão sendo postos a mesa e sendo ingeridos de forma padronizada.

As mulheres camponesas ao fazerem a luta do “Oito de março” anunciam em seus lemas as questões que precisam ser combatidas e denunciadas. Ao enfrentarem as grandes corporações, a nosso ver, estão dizendo para sociedade da necessidade da Reforma Agrária, e da distribuição da renda e a defesa de um novo projeto de

Reforma Agrária que seja Popular, isto é, construir alianças entre todos os movimentos camponeses, com a classe trabalhadora urbana e outros setores sociais comprometidos com mudanças estruturais, de caráter popular, que tenha a vida em primeiro plano, com os direitos a educação, saúde, cultura, moradia, alimentação saudável e dignidade para todos.

Uma diferença de conteúdo. Um debate que apresenta a necessidade de discutir um dos maiores problemas da sociedade, que é a concentração da terra. A luta é para que seja desconcentrada a terra que é um meio de produção e existência, para que a produção de alimentos e sua distribuição seja a centralidade. Mas, elas não estão falando de qualquer alimento, estão afirmando e exigindo que seja puro, limpo e saudável. Com isso, estão apresentando e evidenciando o lugar das mulheres, e do conjunto dos camponeses na sociedade. As lutas do “Oito de março”, das mulheres sem terras, mostram o lugar da civilização, com futuro saudável, com água potável, com as matas nativas protegendo as nascentes e a natureza e com trabalho para todos e todas.

A luta pela terra das mulheres e homens Sem Terra é a luta contra a violência na cidade e no campo. Ela extrapola a sua individualidade camponesa, ela é, divisão de riqueza, de renda e geradora de economia. Um projeto de sociabilidade democrática, de cidadania, desenvolvimento que engloba a todos os trabalhadores e trabalhadoras. São estas as bases das lutas realizadas pelo MST.

4.2 O legado do oito de março para o MST

Todos os anos a partir de 2001, no mês de março, as mulheres Sem Terra realizam os acampamentos massivos com formação e ação de denúncias em todo o Brasil conhecida como Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra.

O dia oito de março é tido como um dia de luta, organizada pelas mulheres, e levantando as pautas discutidas e sentidas pelas camponesas. Contudo, um marco importante nesta denúncia e na elevação da participação da mulher como sujeita da luta tem sido 2006.

As lições que nós aprendemos são muito grandes, e acho que ainda não conseguimos assimilar todas essas lições. Foi uma ação muito forte, talvez não em número, mas foi forte em impacto, para a luta de classes e também para nós do Movimento. A partir desse momento, o 8 de março se transformou em uma cultura para nós, para fazermos

ações que impactem. Todas as mulheres têm o 8 de março na agenda, organizando-se para estar presente nas ações. (ISABEL, 2019).

Esta luta mexeu no centro do grande capital na agricultura, uma grande empresa transnacional. E essa denúncia tem ficado mais evidente para o conjunto da sociedade, pois as mesmas vêm pautando como principal lema a denúncia ao capital estrangeiro na agricultura (controlado pelas grandes empresas) e vem também chamando a atenção da sociedade para o “modelo” destrutivo do agronegócio, que ameaça tanto o meio ambiente quanto a soberania alimentar do país e a vida da população brasileira, afetando de forma direta a realidade das mulheres.

Os lemas por elas definidos, desde 2006, traz a questão da soberania alimentar, contra a violência e o agronegócio. Elas denunciam o “modelo” devastador de produção baseado no veneno e na grande extensão de terras e pelo lucro. Um “modelo” por elas entendido que é aprisionador, concentrador, e destruidor do meio ambiente e da vida. Por isso não serve às mulheres e ao conjunto da classe trabalhadora.

Com seus lemas decididos nacionalmente por elas, a Mulher Sem Terra se apresenta na luta contra o capital e pela Reforma Agrária Popular e vem debatendo nas jornadas de lutas, sobretudo desde 2006 até 2019, o retrocesso das conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, em especial a Reforma Agrária. Vem também denunciando e discutindo um grave problema social. Nosso marco de investigação é a partir de 2006 até 2019 (Tabela 2).

Tabela 2- Lema das jornadas de Luta das Mulheres do MST (2006-2019)

MÊS E ANO	TEMÁTICA
03/2006	Mulheres Sem Terra na luta por Reforma Agraria, por Agricultura Camponesa e por um Brasil sem desigualdades.
03/2007	Mulheres camponesas na luta contra o agronegócio e por soberania alimentar.
03/2008	Mulheres da Via campesina em defesa da Saúde, da biodiversidade e da vida.
03/2009	Mulheres Camponesas em luta contra o agronegócio, pela Reforma Agraria e Soberania Alimentar.

MÊS E ANO	TEMÁTICA
03/2010	Mulheres Sem Terra na luta contra a violência do agronegócio, por Reforma Agrária e soberania alimentar.
03/2011	Mulheres em Luta contra a mercantilização de nossos corpos, da vida e da natureza.
03/2012	Mulheres na Luta: por justiça social, Terra e Dignidade
03/2013	Mulher Sem Terra na luta contra o capital e pela soberania dos povos!
03/2014	Mulheres Sem Terra na luta contra o capital e pela Reforma Agrária Popular.
03/2015	Mulheres em Luta: Pela Soberania Alimentar contra a violência e o agronegócio.
03/2016	Mulheres em Luta! Em defesa da natureza e alimentação saudável contra o agronegócio.
03/2017	Estamos Todas Despertadas!
03/2018	Quem não se movimenta não sente as correntes que as prendem.
03/2019	Pela Vida das mulheres somos todas Marielle

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas.

Quando, em 2006, elas anunciam a luta contra as desigualdades no mundo, e fazem o enfrentamento às grandes corporações, estão denunciando as grandes empresas transnacionais que concentram grandes extensões de terras no Brasil, e sobretudo, naquele momento, denunciando o chamado “deserto Verde”. Como nos fala a coordenadora do setor de gênero do MST:

Deserto Verde – Foi denominado assim as grandes extensões de monocultivo de árvores, sem o cuidado com a terra, ou tipo de floresta existente no local. Com a desculpas do reflorestamento, trabalho, as grandes empresas e o Governo investem no plantio de arvores como eucalipto, em especial para celulose. E grandes extensões desse tipo de plantio prejudica a biodiversidade, os rios secam, pois ocupam grande quantidade de água, e destroem o solo degradando-o. (ATILIANA, 2019).

Entendemos que a luta feminista levanta a bandeira da igualdade de direitos entre homens e mulheres, como parte dos direitos humanos, de serem reconhecidas

como seres iguais e com as mesmas capacidades mostrando que as diferenças biológicas não podem ser desigualdades de direitos. Esta luta nasce no seio da luta de classes, e não fica só internamente.

Para além do nosso, no âmbito internacional também, essa cultura, e o avanço das mulheres na articulação com o conjunto da classe, foi de extrema importância. Ao mesmo tempo, entendendo que a ação do Oito de Março é um protagonismo político das mulheres, mas é uma ação que está na agenda do movimento como um todo. A estrutura do MST não é algo das mulheres à parte, tem que estar posta para a construção dessa luta, que é uma luta do conjunto do movimento, embora as mulheres sejam protagonistas. A luta do Oito de Março, não é uma luta para tema específico das mulheres. Os temas que nos provocam e mobilizam, são temas do conjunto da classe, do enfrentamento. É o agronegócio, a perda de direitos, a violência, as contrarreformas que estão postas pelo Estado capitalista neoliberal. (ITELVINA, 2019).

Quando a classe trabalhadora se ergue contra as explorações e as opressões, lá estavam elas. No entanto, sempre subjugadas e historicamente sendo relegadas a tarefas dos cuidados e sendo consideradas seres inferiores pelos sistemas de produções e das relações sociais. Como nos traz o grupo de mulheres feministas da Sempre Viva Organização Feminista (2014).

Quando o trabalho doméstico e de cuidados é feito por pessoas da família, não é encarado como “trabalho”, mas como um dever, uma obrigação. Um dever a ser cumprido por “algumas” pessoas da família. Quer dizer, as mulheres. Acontece que esse tipo de trabalho não gera um produto que possa ser vendido e também, geralmente, não é feito em público. Sendo assim, é como se ele não existisse. É como se fosse invisível. Apesar disso, o trabalho doméstico e de cuidados é feito 365 dias por ano, sem direito a férias, aposentadoria, seguro-desemprego ou qualquer outra regalia ou garantia. Quando o trabalho doméstico e de cuidados é feito por pessoas contratadas, ele também não é valorizado socialmente. (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2014, p. 11).

Contudo, foram as mulheres trabalhadoras que mesmo dentro da sua própria classe estavam sendo deixadas de lado nos espaços de discussões e decisões nas lutas. Elas se erguem contra a situação vividas por elas, porque sabem, porque vivem o dia a dia dos trabalhadores e trabalhadoras e, em especial, as camponesas, que são as afetadas pelo não acesso à terra entre tantas outras formas de dominação e exploração.

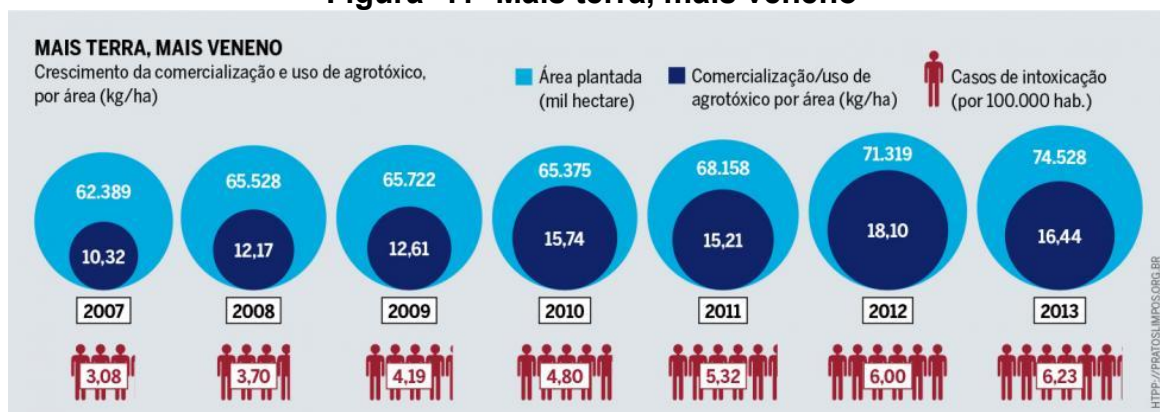
A história do MST nos mostra que as mulheres estiveram presentes desde o início, desde a primeira ocupação, o primeiro congresso, elas estavam ali presentes!

Portanto, é no seio da luta pela terra que nasce esse novo sujeito social, a mulher Sem Terra, camponesa, na construção do Feminismo Camponês e Popular. São elas mesmas, que questionam a propriedade da terra e a sua função social. E, ao questionarem essa condição, vão questionar também as relações sociais estabelecidas, e as formas de produção que são impostas pelos mesmos que concentram, que exploram e que oprimem. É na luta, que as mulheres entendem que, historicamente, a classe dominante necessita da opressão e inferiorização para garantir a exploração.

Ao ocuparem o espaço político, das diferentes formas de lutas que o MST conduz, elas saem do privado e passam ao público, vão ganhando força coletiva para denunciar as injustiças contra a classe trabalhadora, em especial a categoria camponesa, mas também entendem da necessidade de enfrentamento ao patriarcado. São destas relações de lutas que nasce esse ser político-social, mulher Sem Terra. É, assim, que elas denunciam a plantação em grandes escalas sendo usada para a monocultura, seja ela de soja, eucaliptos ou qualquer outro tipo de monocultivo. Um “modelo” capitalista que planta o lucro do capital, e não da vida e da sociabilidade humanizada.

É de conhecimento de grande parte da sociedade dos números alarmantes de doenças que tem aparecido pelo uso excessivo dos agrotóxicos que o “modelo” de agricultura do agronegócio produz sendo que sua produção é à base de veneno. Também é comprovado que essa contaminação provoca a morte, pelas mais diferentes formas de enfermidades tais como, câncer, e tantas outras doenças oriundas de uma alimentação contaminada, como mostra a Figura 11.

Figura 11- Mais terra, mais veneno



Fonte: Fundação Heinrich Böll, 2018.

Esta figura nos ilustra que é na grande propriedade que mais se usa o veneno, e que tem crescido consideravelmente o número de intoxicações pelo seu uso. A relação entre o uso de veneno e casos de intoxicação indica a relação direta dos agrotóxicos e a grande produção como fatores de risco para a vida, que pauta a reivindicação da soberania dos pequenos e medianos produtores como meio de segurança alimentar da população urbana e rural.

Exemplo disso é que, entre 2007 e 2013, os casos de intoxicação tem-se duplicado em proporção ao crescimento da extensão das áreas plantadas e, consecutivamente, do uso desmedido de agrotóxicos, tendência que permanece até a atualidade, e que vem sendo aprofundada pelo novo governo representante do agronegócio e do capital. Neste último período, tivemos em média a liberação de três agrotóxicos por dia totalizando, somente em 2019, a liberação de mais de 400 novos tipos de veneno para ser usado.

Quando as mulheres Sem Terra, em seus lemas das lutas do dia internacional das mulheres, anunciam a defesa da agricultura camponesa, supomos que estejam fazendo a defesa de uma possibilidade histórica da alimentação sendo produzida sem o uso do veneno, elas afirmam em seus lemas que a luta pela distribuição da terra não basta. E, ao afirmarem para todo o Brasil, elas estão mostrando que a nossa soberania está relacionada ao cuidado com a natureza e com os seres humanos. Que a soberania dos povos é política e não é baseada no lucro e na indústria da morte. Que é preciso fazer a relação da soberania alimentar com a dignidade, com a justiça social, e com a saúde. Essa afirmação também é feita em entrevista concedida pelas mulheres que fazem parte das decisões e dos atos de denúncias.

Nós fomos no viveiro para fazer o debate em defesa da vida. A nossa luta é por terra, por vida digna e em defesa da mãe terra e por isso é contra o agronegócio. Que nós precisamos alimentos e não eucalipto. Essa, foi a denúncia realizada na nossa luta. Não é um deserto verde que destrói o meio ambiente que vai gerar vida. Por isso, as mulheres fazem a luta contra o veneno. (CAMÉLIA, 2018).

O enfrentamento que as mulheres têm travado contra as transnacionais evidenciam o quanto essa forma de produção nos afeta diretamente. E historicamente a mulher é a que está mais preocupada com a qualidade da produção saudável. Elas evidenciam nas suas lutas que é de benefício para o grande capital que não se faça a Reforma Agrária, porque assim, terão uma grande massa de trabalhadores servindo de reserva para garantir a força de trabalho barata e em disputa. As mulheres que

fazem a luta estão levantando questões vivenciadas por elas no âmbito familiar, seja na casa, na roça, ou na vivência com os filhos e filhas. Elas identificaram que as empresas são as grandes produtoras da morte. Como nos disse Girassol (2018):

As empresas tomando conta do país, derramando veneno. Nós sabemos o que queremos. Não queremos esse Brasil que está sendo entregue para as multinacionais. Nós não queremos mais ser colônia. Por isso a Reforma Agrária precisa ser feita para que a distribuição das terras seja para as brasileiras e brasileiros e de forma justa e igualitária. Estamos lutando pelo que é nosso de direito. E o agronegócio vem para engolir os pequenos. (GIRASOL, 2018).

Portanto, podemos perceber que elas têm ciência e estão afirmando que não se separam os trabalhadores dos meios de produção. Entendendo que um dos princípios da opressão das mulheres, que é divisão social e sexual do trabalho, surge justamente no momento em que se separa o ser humano dos meios de produção, por meio da propriedade privada.

E, a luta por Reforma Agrária, está recolocando e ressignificando esse conceito. E mais, está afirmando que essa forma social imposta para os e as camponesas está prejudicando a natureza e retirando direitos básicos de existência. Que o sistema capitalista nos impõe uma forma de pensar que serve unicamente às classes dominantes, e que esta, está a serviço e sustentando um sistema que necessita da acomodação e alienação dos que são explorados.

Em relação ao exposto anteriormente, as lutas das mulheres no dia internacional dedicado a elas, revelam que estão dispostas a conquistarem o que é de direito da humanidade, que é também viver da sua produção, viver fazendo o que aprenderam a fazer com dignidade. Mas, é também a luta contra a serem obrigados a vender sua força de trabalho nos grandes centros urbanos que se encontram inchados de pessoas sem ter acesso aos direitos mínimos de trabalho, educação, saúde, e alimentação digna. A Luta do dia internacional da mulher está inserida no que nos mostra, Thomaz Junior (2017).

[...] a luta e a resistência à proletarianização, ao pagamento/transferência de renda da terra, as quais se materializam territorialmente na permanência e na luta pelo acesso à terra, é o que nos mantém atentos à compreensão da dinâmica geográfica dos movimentos sociais envolvidos diretamente nesse particular, principal via para a releitura do movimento territorial de classe, da classe trabalhadora (THOMAZ JUNIOR, 2017, p.8).

Nessa configuração que entendemos a luta das mulheres do MST. Ao enfrentarem as multinacionais como as principais responsáveis por gerar um ambiente de pobreza crescente e de cada vez mais violência institucional e patriarcal contra o conjunto dos trabalhadores, mas, sobretudo, atingindo com maior força as mulheres trabalhadoras. Como fica explícito na entrevista realizada pelo boletim MST RJ, feita em 2011 (FIGURA 12).

Figura 12- Entrevista MST caso celulose da Aracruz

Por que a celulose da Aracruz?

Em 2006, ocorria em Porto Alegre o encontro internacional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), entidade ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), para discutir a Reforma Agrária e o desenvolvimento rural.

As mulheres decidiram que era o momento de tornar visível para os países que participavam da conferência as consequências do plantio em grande escala de eucalipto. “As mulheres decidiram tornar público o que estava acontecendo com a terra, com os camponeses e com a saúde para o conjunto da sociedade. Decidiram que a Aracruz simbolizava essa denúncia e por isso a ocuparam e destruíram as sementes e as mudas dos viveiros como uma forma de chamar a atenção da sociedade para o que representa esse modelo de cultivo”, afirma Ivanete Tonin, militante do MST.

O eucalipto precisa de muita água para o seu desenvolvimento. Originário de regiões úmidas da Austrália, a planta precisa em média de 30 litros de água por dia ao longo de suas fases de crescimento.

No Brasil, embora tenha muitos rios, não existem vastas regiões úmidas, portanto, o plantio em larga escala de eucalipto pode provocar desequilíbrios nas águas existentes na região de plantio. Como consequência disso, vai faltar água para plantas, consumo humano e animal. Como suas raízes são muito profundas, o eucalipto seca várzeas, poços artesianos e vertentes, trazendo o ressecamento da terra de superfície na região e altera o regime de chuvas. A falta de umidade torna mais difícil a entrada de frentes frias e ocorrem mais estiagens, como as registradas na região sul do Rio Grande do Sul, onde se planta muito eucalipto.

Na época, a Aracruz Celulose era uma das maiores produtoras de pasta de celulose do mundo. Em 2006, no Rio Grande do Sul, a multinacional possuía 300 mil hectares de terra para plantar eucalipto, planta da qual se extrai a celulose. A intenção da empresa na época era chegar em 2015 com 1 milhão de hectares de terra plantadas no estado. Mais de 95% da celulose é destinada à exportação.

O produto serve para a produção de papel higiênico, papel toalha, lenço, papel absorvente e demais produtos descartáveis, de acordo com o informativo “O latifúndio dos eucaliptos: Informações básicas sobre as monoculturas de árvores e as indústrias de papel”, da Via Campesina do Rio Grande do Sul.

Essa situação, simbolizada pela Aracruz, fez com que as mulheres decidissem pelo ato. “Essa ação visava denunciar o conjunto desse padrão de produção que transforma os países pobres apenas em colônia. Nós ficamos apenas com o prejuízo”, relata Ivanete.

O ato durante a semana do encontro da FAO teve a intenção de alertar para as ações do governo federal. “O governo veio à Porto Alegre fazer propaganda de que o Brasil estava acabando com a fome. Mas na verdade, esse governo representa os interesses do capital no campo. É um governo que não faz Reforma Agrária e defende o agronegócio”, afirma Ana Hanauer, da direção estadual do MST.

Protagonismo na luta de classe

Além de denunciar o êxodo rural provocado pela expansão das áreas de plantio da monocultura do eucalipto, a expulsão de pequenos agricultores de áreas próximas em função da escassez de água e também as péssimas condições dos trabalhadores que são contratados sem direitos trabalhistas pelas empresas do setor, a ação teve forte repercussão dentro dos movimentos sociais, da esquerda em geral e na sociedade.

“O 8 de março de 2006 representou a afirmação e a construção de um feminismo proletário contra o capital. Porque até o momento, o feminismo era muito vinculado à classe média, às demandas que são importantes para as mulheres, mas até então não tínhamos uma ação mais concreta de enfrentamento com o capital” explica Claudia Teixeira, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

A ação na Aracruz deu maior visibilidade às lutas das mulheres da Via Campesina. Até então, era realizada ações na linha de afirmar a presença das mulheres nos diferentes setores na perspectiva dos direitos.

Na Via Campesina, as mulheres entravam em um período de ascensão, no qual participavam mais intensamente dos debates e das questões de gênero. “Essa ação nos projetou enquanto referência política de luta de classe. Nós temos que responder a altura e isso ultrapassa as pautas dos movimentos”, explica Ana Hanauer, do MST.

A ação representou uma reafirmação de uma luta maior contra o capital e revelou, conforme Ivanete Tonin, a ideia de que não há libertação das mulheres sem a destruição do capital. “A libertação das mulheres não se dá somente dentro de casa, ou nas relações, mas sim na construção de um outro modelo de sociedade. A opressão das mulheres também está fundada na sociedade capitalista” afirma Ivanete.

Além disso, a construção da luta na Aracruz representou uma unidade mais forte entre as mulheres. “As mulheres se identificaram, pois, a ação bateu forte na questão do monocultivo, na questão ambiental e na questão do capital. Isso fortaleceu muito os movimentos que participaram da luta”, diz Elci da Paz, do MMC.

Outro aspecto é que a luta do 8 de março de 2006 questionou a opção de parte da esquerda de apostar no processo eleitoral para fazer mudanças estruturais na sociedade em favor dos trabalhadores. “Aquela ação mostrou que as mulheres pobres que se movimentavam ali não se sentiam incluídas neste poder, na medida em que denunciavam que o governo Lula liberou os transgênicos e flexibilizou as leis ambientais. Então é uma ação que também chocou por questionar essa via de fazer a luta”, explica Ivanete.

Reação da sociedade

As mulheres avaliam que em um primeiro momento, a reação imediata da população foi de criticar e condenar a ação, principalmente pela influência da mídia burguesa, mas depois que o assunto começou a ser debatido, muitas pessoas passaram a ver a ocupação da Aracruz com outros olhos e a apoiar a luta contra a monocultura do eucalipto.

“Uma parcela importante da sociedade entendeu que as mulheres destruíram aquilo que viria a destruir a terra, secar os rios e causar uma série de problemas, inclusive para a saúde”, avalia Neiva Vivian, do MST.

Entretanto, devido à abordagem da mídia que tratou a ação como um crime e defendeu a empresa, ignorando os impactos da monocultura para a população e o meio ambiente, alguns setores da sociedade ainda não compreenderam a importância da destruição do viveiro da Aracruz. “Nós não somos contra a tecnologia, nós somos contra uma tecnologia quando está apenas em função do lucro” relata Ivanete.

A ação na Aracruz está no contexto da condição de barbárie que as mulheres vivem na sociedade capitalista patriarcal. “Nós mulheres não temos nada a perder. E esse gesto de radicalidade é compreensível a partir do momento em que as mulheres dizem que só o socialismo que resolve o problema das mulheres. Não é possível remediar em nenhum aspecto. Não tem reforma, não tem ação governamental que amenize a condição de opressão da mulher na sociedade em que a gente vive”, sintetiza Ana.

É, no entanto, o enfrentamento direto a essa pouca e escassa absorção do trabalho. Elas enfrentam, na luta, o sistema produtor de desigualdades que, mesmo quando incorporadas ao trabalho, ele é precarizado e com extrema desigualdade na distribuição da renda. Evidenciamos estes elementos pelos enunciados que as mulheres trazem em seus lemas. Entendemos que elas estão dizendo ao estado e à sociedade de que há trabalho qualificado no campo para garantir a soberania alimentar e, para tanto, é necessário que se faça a Reforma Agrária.

No entanto, mostram também que só será possível quando as mesmas responsáveis pela miséria e a pobreza neste continente parar com o saque e a apropriação colonial e neocolonial exercido pelo capital internacional sobre a América Latina através das transnacionais. E que, ao longo da história desse continente esse saque tem assumido diferentes formas de expropriação das riquezas naturais e não renováveis dos países. Como vemos a seguir, quem deixa em evidência que o capital se apropria em diversas escalas de uma grande variedade de recursos, na busca de sua expansão e reprodução.

Para tentarmos dar uma definição compreensível utilizaremos o termo extrativismo quando nos referirmos às atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou processados apenas parcialmente) e que se destinam sobretudo à exportação. O extrativismo não se limita aos minerais ou ao petróleo. Há também extrativismo agrário, florestal e, inclusive, pesqueiro. (ACOSTA, 2016, p.50).

Quando as mulheres evidenciam nos “Oito de março” que as camponesas estão sendo afetadas por esse extrativismo desenfreado do grande capital, estão denunciando que esse projeto de extermínio e de enforcamento das pessoas e da natureza no campo brasileiro, precisa ser barrado para que as populações do campo e também das cidades possam viver com dignidade. Elas, desde nossa perspectiva, estão combatendo a exploração histórica do capital internacional sobre os povos da América Latina. Um sistema que não considera o ser humano como central já nos provou, por suas variadas crises, que não dá certo. Como bem nos mostra o autor. “A história latino-americana mostra que esse processo extrativista levou a uma generalização da pobreza e abriu caminho para crises econômicas recorrentes. Ao mesmo tempo, consolidou mentalidades rentistas”. (ACOSTA, 2016, p.51).

Essa política econômica e de ocupação do território entreguista e exploradora tem seus comandantes em consonância. Estruturas interligadas para garantir tal dominação. E no conjunto das dominações, entra o patriarcado que serve a essa lógica que está sendo combatida pelas mulheres. É a luta anti-patriarcal identificando que não pode ser realizada separadamente da luta de classes, e que a luta de classes também não pode negá-la. Percebe-se, assim, que elas identificam seus reais inimigos de classes, e levam também para a classe a necessidade de mudanças nas relações sociais. Para clarear essa nossa interpretação da luta seguimos:

As companhias estrangeiras gozaram – e ainda gozam – de um marco referencial favorável. Em muitos casos, seus executivos ou advogados ocupam postos-chave nos governos. Dessa maneira, contam também com o respaldo de poderosos escritórios de advocacia e com o apoio da grande imprensa, garantindo, assim, que as políticas públicas ou as reformas legais lhes sejam vantajosas. Essa situação – incentivada por organismos como o BID e seus irmãos mais velhos, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. (ACOSTA, 2016, p.59).

Vimos com estas referências que vivemos em uma América Latina expropriada pelo grande capital internacional como viemos falando. Essa dinâmica capitalista é que cria e gera a pobreza, os sem terras, o conflito e as diferentes formas de violências com os trabalhadores e trabalhadoras. Temos uma elite burguesa detentora dos meios de produção aliada ao estado burguês e com suas ferramentas de dominação e acomodação da maioria dos trabalhadores.:

Desde suas origens, as repúblicas primário-exportadoras da América Latina não conseguiram estabelecer um esquema de desenvolvimento que permita superar as armadilhas da pobreza e do autoritarismo. E são pobres porque são ricos em recursos naturais, porque apostaram prioritariamente na extração dessa riqueza natural para o mercado mundial, marginalizando outras formas de criação de valor, sustentadas mais no esforço humano do que na exploração inclemente da Natureza. (ACOSTA, 2016, p. 65).

Entendemos que ao denunciar essa situação de injustiça e de preocupação com a humanidade e com os povos, sobretudo com a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais essenciais à vida das espécies, é a luta realizada pelas mulheres que apresentam os limites do sistema vigente. Mostra que esse “modelo” não é tudo, como tem propagandeado “*agro é pop, agro é bom, agro é tudo*”, na verdade, este “modelo” tem nos revelado ser o grande responsável por toda a situação de miséria, pobreza e desigualdades dos e das trabalhadoras, além dos riscos referentes à natureza e em consequência à saúde.

O que tem se apresentado como uma das saídas do capital para garantir seus lucros está no âmbito da expansão, se apropriando de novas áreas, de novos territórios que tenham recursos para serem saqueados. Gerando, assim, a expulsão de famílias, de pequenas propriedades, e garantindo a apropriação de grandes extensões de terras. Ao se apropriarem dos recursos naturais, estão intensificando seus projetos e novas formas de expropriação. E cada vez mais sendo comandado e coordenado pelos grupos financeiros internacionais.

Quando a bandeira da igualdade está sendo erguida, as mulheres em luta apresentam a possibilidade e a necessidade de uma produção que seja obrigatoriamente preservadora, sem destruir a natureza ambientalmente e socialmente, preservando, sobretudo, a biodiversidade. A nosso ver, a realização da Reforma Agrária Popular defendida pelo MST na luta das mulheres está sendo discutido a sustentabilidade natural, e social. Elas mostram, nas suas bandeiras e lemas, que essa só será possível com ampla participação social com lutas emancipatórias olhando a totalidade. Onde é considerado todos e todas sujeitas pertencentes a essa sociedade e dependentes da natureza e do que ela nos oferece para a existência.

Nossa pesquisa apresenta que as lutas do dia internacional das mulheres têm revelado que as mulheres conseguem articular a pauta da igualdade de direitos em todas as dimensões humanas, e que essa tem que acolher a todos e todas. Ao mesmo tempo em que a economia tem que ser politicamente sustentável e com respeito mútuo entre homens com homens, mulheres com mulheres, homens com mulheres e estes com a natureza.

Pelos elementos levantados e investigados por nós, acreditamos que a luta das mulheres Sem Terras está inserida num debate de educação humana. A luta das mulheres do MST, que denunciam a apropriação e a grande propriedade da terra, a fazem entrelaçada à luta antipatriarcal e anticapitalista. Por isso, buscamos levantar, inicialmente, questões que apresentavam o quão violento é esse sistema na vida, sobretudo, das mulheres. Buscamos reflexões que nos ajudam a pensar sobre a necessidade de transformações estruturais e humanas na vida das mulheres trabalhadoras rurais, e do conjunto da classe trabalhadora. Seguimos apresentando como a luta das mulheres Sem Terra tem conseguido levantar o debate da educação humana desenvolvendo novos sentidos humanos. A parte que iniciamos com o título “pensei que não sabia mais pensar”, traz o pensar de mulheres reais com quem conversei e que nos ajudam a observar o quão violento é este sistema.

4.2.1 Pensei que não sabia mais pensar

Eu tinha medo de PENSAR, tinha medo que chegasse a noite, medo da escuridão e do que ela trazia para mim. Quando o sol se escondia e começava a penumbra da noite vinham também os fantasmas. Que bom se de fato fossem fantasmas, porque assim eu saberia que eram somente coisas de minha cabeça, pois eu mesma não acredito em fantasmas. O que eu vivia era real! Será? Não! Deve ser coisa de minha cabeça! Ninguém poderia acreditar em uma mulher, afinal as mulheres são pessoas que não merecem confiança, são frágeis e medrosas. Adoram inventar histórias. Por isso, elas, as mulheres são carentes e inseguras, e quando estão inseguras elas criam fantasias.

Não sei, mas acho que ninguém vai acreditar em mim, por que eu até tentei dizer o que estava sentindo, mas a resposta a mim dada foi de que eu deveria pensar bem antes de tomar qualquer atitude, porque se eu tivesse uma postura que não fosse a melhor perante os olhos da comunidade ficaria ruim para toda a família. Então, tentei engolir aquela escuridão e tocar em frente.

Mas aquela mente teimosa queria procurar uma saída para aquela situação. Foi quando decidi procurar ajuda. Sim, ajuda! Fui até uma sala bonita, espaçosa, com uma mesa grande e duas cadeiras para sentar, dentro da sala havia muitos papéis sobre a mesa, o senhor que me recebeu estava com uma roupa de cor cinza e sobre o ombro na manga direita tinham cinco estrelinhas. Então, eu pensei, acho que essas estrelas devem ser uma espécie de luz, aquela que poderia dar alguma claridade.

Pois é, aquela farda cinza e suas estrelinhas sobre o ombro faltava alguma coisa, talvez faltasse o capacete branco. É, acredito que se ele estivesse de capacete branco quem sabe ele poderia ter sido diferente. Mas, como ele não estava de capacete branco não fez nada! Não é que não fez nada, ele fez sim, quando falei da violência que havia sofrido, surgiu em sua face um sorrisinho tipo de impotência, meio que, em primeira vista me acalmando, me confundindo na espera de uma resposta. E a resposta veio nua e crua, direta, e com uma tremenda força que me cambaleou.

Demorei uns dois minutos até me recompor para voltar a PENSAR. Aquele homem me dizia que se eu me deitasse uma só noite com ele, meu problema talvez pudesse ser resolvido. Que dúvida danada, que solidão naquele momento, as estrelas pareciam conspirar contra mim. Então me recaiu uma dúvida. E se eu me deitar com ele, será que? Mas, por que tenho que me deitar com ele?

Mas, como tinha medo de pensar, decidi parar de pensar. Procurei logo algo para comer, comia ansiosamente, com voracidade tudo o que via pela frente. Era como se aquela comida me tirasse a culpa que sentia. Sim, eu sentia muita culpa. Nos relampejos de pensamento que por vezes apareciam sempre eram em forma de perguntas. Se eu tivesse deitado com ele? Eu teria me livrado da violência que sofri? Teria eu resolvido esta questão?

De imediato vinha àquela vontade louca de engolir alguma coisa, poderia ser doce ou amarga, poderia ser quente ou frio, era qualquer coisa que me acalmasse o coração. Mas como nada acalmava aquela comilança de fato me resolveu um problema. Eu continuei achando as

noites escuras um problema, saia perambulando, caminhando a procura de uma resposta.

Mas tudo o que encontrava, eram algumas grammas que foram se tornando muitos quilos, cada grama que ganhava era como um empurrão, um chute, um tapa, um soco. Os quilos e quilos que eu ganhava representavam os medos das calúnias, das injúrias das difamações que sofri por tempos, só pelo fato de ser mulher.

Há, esqueci-me de dizer, eu era uma mulher separada do marido. Sim, ele na minha segunda filha, decidiu romper com nosso acordo de que viveríamos nosso amor a dois, isto que já ouvi dizer por aí que é chamado de monogamia, tinha entre nós uma terceira pessoa. Entendi que a monogamia era somente para mim e não para ele, achei injusto. Esse não era nosso acordo, por isso não aceitei e decidi viver sozinha com minhas filhas.

A sociedade que vivo não gosta das mulheres que decidem se separar, porque elas podem virar prostitutas, de santas rapidamente elas viram putas, são ameaçadas de perder as filhas, são pressionadas de muitas maneiras. Os quilos que eu vinha ganhando estavam entre a minha pele, estava se entrelaçando no meu corpo tudo o que vivia, a falta do econômico para me manter e manter minhas filhas, sim eu que tinha que me virar, ele simplesmente me disse, se quiser viver só, você vai se virar.

O fato é, que hoje com 150 kg, me sinto protegida, embora com diabetes, sinto que nenhum homem mais vai querer deitar-se comigo, e que pelo menos da noite já não tenho mais medo. E que bem lentamente voltei a PENSAR, e quando choro nos momentos em que estou pensando me vem à mente muitas perguntas sem respostas. Mas o fato é que pensar hoje sobre o que é ser mulher me enche de medos, de incertezas. E se eu fosse preta? E se eu fosse lésbica? Por que não tenho o mesmo salário que meu amigo que exerce o mesmo cargo? Por que o que eu falo não recebe o mesmo tratamento que o que o João falou na mesma reunião? Por que não posso andar sozinha que logo serei acusada de culpada? Por que ainda depois de passar por tudo isso e permanecer viva ainda me consideram sexo frágil e sempre à disposição?

Hoje meus medos nas noites escuras da vida é pensar, pensar, e pensar...sonhar acordada no dia em que as mulheres unidas erguerão a voz para dar um basta. Descobri que os medos não eram meus, eles foram criados, como o bicho papão das historinhas que minha mãe me contava quando criança. E o pior que descobri que o bicho papão existe, mas que ele nem é tão forte assim, eu me sinto mais forte quando PENSO! E mais forte ainda quando ENFRENTO! Quando reajo e quando LUTO! Para não permanecer no LUTO!

Agosto de 2018. Rosmeri Witcel

Este breve relato acima está relacionado às experiências e histórias de violências sofridas por mulheres, com quem tive várias oportunidades de dialogar nos espaços em que fizemos o debate sobre feminismo e classe, e das diferentes formas de violências que se apresentam em nosso meio, no seio da classe trabalhadora. É dessa realidade que nasce a necessidade de pensar e refletir o papel da mulher na educação humana. É também pensando nessa condição que entendemos a urgência em fazer

o debate aliado à estrutura fundante do capital na vida das mulheres. Não separando o debate do feminismo e da luta das mulheres do modo de produção capitalista.

O comportamento do capital está no “modelo” produtivo, na dominação do território, na concentração dos recursos naturais, na educação, e nas mais diferentes formas de manter a ideologia da classe dominante, inclusive na classe trabalhadora. Aqui, procuramos abordar a formação humana com o referencial teórico histórico que apresente a produção da opressão das mulheres como um sistema que faz parte do modo de produção capitalista, embora não tenha surgido com ele. Uma opressão que não foi uma definição nossa, mas, que por vezes, adotamos como se fosse natural. Estas relações que são regidas pela lógica das relações familiares, escolares, patronais, patriarcal, e assim, regendo uma dominação masculina estruturalmente interligada às relações de produção.

A luta das mulheres Sem Terra pela igualdade de gênero, pela Reforma Agrária Popular, é travada essencialmente considerando o antagonismo de classes, anti-capitalista e combatente a uma estrutura patriarcal em todas as esferas da vida social, seja ela no estado, na justiça, no campo ou na cidade, pela garantia do trabalho de criar e recriar as condições de existência. De forma a enfrentar o que, por séculos e séculos, foram ensinados como se a submissão fosse algo natural e incontestável.

Entendemos que a luta das mulheres está inserida na busca pela dignidade e pela humanização. É na luta que elas se reconhecem como sujeitas, fazem debates, exercem o ato de se posicionarem evidenciando seus entendimentos sobre a compreensão de mundo, sobre a produção, sobre a vida e a natureza. É no acampamento que elas participam de forma igual das reuniões em que se discute a vida da comunidade, é ali que tomam as decisões do que, como e quando fazer. Por isso, a luta é um processo de aprendizagem, é um processo de reaprender a pensar com olhar crítico do mundo e das relações desiguais estabelecidas, e por isso, ela é parte da educação social, política, cultural e emancipatória, sendo uma forma de existência e resistência na garantia da produção e reprodução da vida.

Esta situação nos faz pensar sobre a produção de nossa humanidade, e que ela é produzida em relação com a natureza, nos mostra que nossa consciência está, portanto, relacionada ao modo produção de nossa existência. Desta forma, podemos dizer que os homens da classe trabalhadora convergem com a classe dominante quando adotam posturas de dominação de gênero, mesmo sendo de classes antagônicas. E muitos de nossa classe, sem saber a quem interessa o patriarcado, acabam

reproduzindo como mentes colonizadas. Por isso, as mulheres Sem Terra, que já fazem a luta pela terra, inserem também a luta contra o patriarcado, e a dominação de gênero. Por entender que essa estrutura de dominação tem base material, sendo ele adotado de acordo com cada cultura e a cada tempo histórico e nas diferentes classes sociais.

As mulheres trabalhadoras do campo, organizadas no MST, tem questionado os padrões dos meios de produção capitalista, mostrando também a capacidade de organização das mulheres, quebrando assim os padrões patriarcais do ser mulher.

Elas, organizadamente, mostram com suas lutas do “Oito de março” para o conjunto da sociedade, mas, sobretudo para elas mesmas, que a luta contra o sistema capitalista e a luta contra a opressão de gênero não se separam e não se coloca em segundo plano nenhuma, nem outra. Evidenciando que as relações entre homens e mulheres, e o fim das hierarquias sociais de gênero, raça, etnias e classe são parte integrantes de um projeto social onde o ser humano é o central e a humanidade com plenos direitos. E que o sistema capitalista e o patriarcal são um só, formam uma unidade convergente.

Assim podemos afirmar que a pedagogia do MST, a luta pela Reforma Agrária Popular é também a luta contra a opressão da mulher, ou dos gêneros, fazendo as conexões entre o capitalismo, o patriarcado, o racismo e o imperialismo. Estas lutas são realizadas com responsabilidade social do cuidado com as relações sociais.

Se for verdade, e é no que acreditamos, o ser humano é um ser histórico e que se constrói e se faz todos os dias, é fundamental que a construção humana, mulher e homem, seja realizada, e para tanto será preciso primeiro entender que, a concepção que temos atualmente do que é ser homem e o que é ser mulher foi construído culturalmente. Se assim entendermos, fica mais fácil chegar à conclusão de que tudo o que foi construído, e que nos impede de viver a humanidade plena, pode ser dinamitado. Essa cultura não vem do além, foram os próprios seres humanos que produziram essa forma de vida que nega a existência do outro e da outra, que é também exploradora e para tanto necessita ser opressora.

Na medida que a terra vira propriedade privada e um instrumento de dominação, logo nasce junto a escravidão, a família e seus herdeiros. Nessa passagem buscamos o registro histórico feito por ENGELS (2010).

O desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da

direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. (ENGELS, 2010, p.48).

Essa passagem marca um tempo em que essas relações vão se constituindo e se consolidando com a dominação do homem sobre a mulher. Uma construção histórica que oprime violenta rebaixa e degrada. Já passamos por diferentes modos de produção na humanidade, no entanto, esta relação tem sofrido mudanças e aprofundamentos. Contudo, esse movimento histórico tem aprendizagens que evidentemente dependem das condições objetivas, do seu tempo histórico que são produzidas de acordo com a classe dominante de cada tempo.

E, esta relação em movimento, tem mostrado que é na produção da existência que o ser humano se produz, assim, podemos dizer que lhe negando a possibilidade de acesso aos meios de produção e ao trabalho, está sendo negado o direito a sua humanidade. Nenhum ser humano deveria viver sem o produto do seu trabalho. Justamente por entender que o trabalho é um princípio educativo na formação humana que abordamos esse aspecto referente ao acesso aos meios de poder criar e recriar a partir do trabalho, podendo assim movimentar o corpo e a mente, e, assim desenvolver suas habilidades essencialmente humanas com o poder criativo. Por isso, estamos concebendo que a luta pelo direito ao trabalho, aos meios de produção e reprodução, é um direito universal, e que é necessário aliar o trabalho ao ato de criar para construir a sua humanidade.

Nossa compreensão passa pelo entendimento de que não se nasce humano, torna-se humano, e que os sentidos humanos são educados com intencionalidades. Aqui estamos reforçando a compreensão de que estamos, primeiramente, nos humanizando e nos colocando em movimento quando estamos em luta para mudar as condições da classe trabalhadora de maneira integral, contando com todas e todos os sujeitos e sujeitas que a compõem. No entanto, não podemos nos esquecer que realizamos o trabalho educativo dos sentidos humanos numa sociedade capitalista. É preciso entender o contexto que se realizam os conhecimentos, e que as estruturas coletivas que nos educam, (escolar, familiar, comunidade, entre outros) estão inseridas numa estrutura social dividida em classes, que é baseada na exploração. Portanto, opressora, violenta, alienadora e patriarcal. Nos organizamos e nos educamos dentro da contradição entre capital-trabalho.

Por séculos, o patriarcado relegou à mulher o papel da reprodução e dos cuidados separando a esfera da produção e a reprodução, transformando a mulher em um objeto, em um ser submisso, sendo submetida a obediência ao seu dono, os donos do “P”, pai patrão, protetor, possuidor, patrono, patriarca, padre, pastor, professor, etc. Com isso, não estamos dizendo que a mulher não trabalhasse, pelo contrário, ela sempre trabalhou, e teve que assumir sozinha o cuidado com a casa e os filhos. Uma tarefa não remunerada e, portanto, não valorizada num mundo onde as relações são monetarizadas.

O fato é que estamos dando ao trabalho o elemento que permite ao ser humano antecipar mentalmente o que vai fazer na prática, com a capacidade de fazer uma prévia ideação. E assim, vamos criando e recriando a própria humanidade no mundo da cultura, que acontece sobretudo através do trabalho. No entanto, o capitalismo retira o processo de humanização do trabalho, retira a escolha, a possibilidade de refletir e de criar livremente, quando afasta o trabalhador de sua criação.

Porém, não vamos nos deter somente na questão do trabalho como sujeito humanizador, ainda que ele seja fundamental, e esta questão está nas entrelinhas do que estamos falando. A questão da luta das mulheres que enfrentam as transnacionais plantadoras de eucaliptos e produtoras da monocultura é o que vai ser a referência de uma possibilidade de desenvolvimento de novos sentidos humanos. Elas estão enfrentando uma estrutura excludente, comandada por homens brancos e ricos. Um modelo concentrador de terras e de riquezas. Na medida que a terra é concentrada nas mãos de poucos, estamos dizendo que temos muitos sem acesso a ela. E que, portanto, o trabalhador rural está desprovido do essencial para sua existência, para a realização de sua própria humanidade.

Entretanto, estas trabalhadoras teimosamente não se deixam vencer pelas entranhas do capital. E a prova disso são as lutas por elas travadas em denúncia ao capital estrangeiro, que tem se apropriado de grandes extensões de terras e usado para o monocultivo de bens para a exportação e não para a produção de alimentos. Elas também questionam as formas do cultivo, mostrando que plantar alimentos não basta, é preciso que estes sejam saudáveis para as pessoas e para a natureza. E que esta forma concentradora e excludente é também uma violência sistêmica e patriarcal. Por isso, democratizar a propriedade da terra na sociedade, distribuindo a todos que dela quiserem viver e produzir, seria um direito básico e humano de existência. Mas, estas reivindicações não se inserem num projeto de colonização e, sim, num projeto

aliado a mudanças sociais econômicas mais profundas, garantindo trabalho, garantindo produção de alimentos saudáveis para todos. Uma redistribuição de riquezas num sentido mais amplo. O ato da produção que produz conhecimento, interação e, por isso, faz parte da educação humana como parte constitutiva da humanidade.

Ao considerar suas relações com a natureza, sua relação social, e sua luta pela existência o ser humano apropria-se da sua essência, portanto, como um ser total (MARX, 2015). Além do desenvolver seus sentidos quando “ [...] ver, ouvir, cheirar, saborear, tatear, pensar, intuir, sentir, querer, ser, ativo, amar, em suma, todos os órgãos de sua individualidade, bem como os órgãos que são imediatamente na sua forma órgãos comunitários [...]” (MARX, 2015, p. 349).

Num processo de conhecimento empírico e científico em que as mulheres do MST, aliadas as muitas mulheres da classe trabalhadora, tem a comemoração do “Oito de março” como um dia de luta contra o sistema capitalista, o principal destruidor e alienador dos *sentidos humanos*.

[...] a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto do prático, é necessária para fazer *humanos os sentidos* do homem quanto para criar *sentido humano* correspondente a toda a riqueza do ser humano e natural. (MARX, 2015, p. 353, itálico nosso).

Ousamos dizer que a luta pela terra, a luta pela dignidade, pelos direitos humanos de existência e pelo respeito, são uma das formas de educação dos sentidos humanos. Porque, do contrário, correremos o risco de fazer o que os animais já fazem, comer quando tem fome, beber e reproduzir. Esse é o papel de uma organização social, possibilitar a educação dos sentidos humanos, em todas as esferas da vida social. Seja ela na escola, na comunidade, nas instâncias organizativas, na ocupação da terra, na marcha, na casa, na cooperativa, enfim, nos espaços de convivência. Como bem nos mostra Caldart (2000):

A trajetória histórica da formação do sem-terra como sujeito social é um processo educativo, de formação humana. Como tal, vai sendo produzido a partir da experiência humana (de pessoas concretas) de participar das ações que constituem cada um dos três momentos identificados na história do MST. A formação dos sem-terra, pois, não se dá pela assimilação de discursos, mas, fundamentalmente, pela vivência pessoal em ações de luta social, cuja força educativa costuma ser proporcional ao grau de ruptura que estabelece com padrões anteriores de existência social destes trabalhadores e destas trabalhadoras da terra, exatamente por que isto exige a elaboração de novas sínteses culturais. (CALDART, 2000, p. 106).

E a luta das mulheres historicamente tem apresentado essa necessidade de combate a tudo o que destrói nossa humanidade. Contra essa mercantilização das criações humanas, dos corpos, da natureza e da terra. É assim, que as lutas do “Oito de março” têm enfrentado as grandes corporações internacionais que tem expulsado trabalhadores e trabalhadoras de suas terras para plantio de grandes extensões de terras com o monocultivo de madeira e outros. Aqui, me referindo ao plantio de eucaliptos, para exportação, sem medir a destruição da natureza e das vidas humanas.

Com isso provocando grandes desertos verdes. Como nos afirma uma das mulheres que tem participado das lutas do “Oito de março” no Rio Grande do Sul. Na voz de uma delas, sobre a ação realizada na Aracruz celulose, entrevistada Camélia (2018):

Nós mulheres do movimento Sem Terra, viemos travando a luta do Oito de Março. Porque o Oito de Março para nós não é um dia de festa, nem de receber rosas. Nós queremos receber vida! Por isso nos encontramos para fazer estudo e debate para ver o que fazer em defesa da vida. Por isso a decisão de enfrentar a plantação de eucaliptos, que para nós o eucalipto destrói a natureza. Esse foi o debate que fizemos com mais de mil companheiras. Nós fomos lá para levantar o debate, para aprofundar o debate em defesa da vida e da natureza. (CAMÉLIA, 2018).

A ação de Ocupação da Empresa Aracruz Celulose, no estado do RS, ocorrida no dia oito de março de 2006, pode ser considerado um ato pedagógico que envolveu o estudo, o planejamento do que fazer, a decisão do que fazer, o como fazer, e o porquê fazer. A decisão de fazer a denúncia vem das próprias mulheres. Todo o processo foi coordenado, dirigido e executado pelas mulheres trabalhadoras da terra. E estas lutas do “Oito de março” tem trazido contribuições para o conjunto do movimento (FIGURA 13).

As mulheres tiveram total autonomia e protagonismo na preparação, organização e desfecho da ação. Como estava se realizando a conferência internacional a reforma agrária, nos salões da PUC-RS, e as mulheres vieram em caminhada até essas dependências, e entraram na plenária, com galhos de eucalipto e denunciando o monocultivo, isso teve muita repercussão. E obrigou o debate público sobre o monocultivo de eucalipto.

A imprensa burguesa, oportunista, então nos procurou e a outras lideranças dos demais movimentos, para tentar se contrapor a ação das mulheres. Mas de minha parte, fomos totalmente solidários e defendemos no jornal nacional a ação das mulheres.

Por conta disso, fomos arrolados no processo, como autores intelectuais e solidários, até nisso o poder judiciário foi machista, pois atribuiu a três lideranças da via camponesa, eu, o companheiro Paulo nhciuolson do país basco e o coordenador internacional da via na época um

companheiro da Indonésia, que estavam participando da conferência internacional da reforma agrária, como autores intelectuais, como se as mulheres não tivessem discernimento e capacidade...

A ação provocou então a necessidade do debate sobre o monocultivo do eucalipto, em todas as entidades, igrejas, na imprensa. E se seguiu por muito tempo.

Na imprensa, o assunto só foi esquecido, quando a própria ARACRUZ, que tinha enorme influência na mídia, pois fornecia papel jornal, e também fornecia papel e financiava muitos políticos do RS, foi a falência... e os laudos sobre as consequências perversas do monocultivo vieram mais atona, na academia e entre pesquisadores. (STÉDILE, 2019)

Figura 13- Mulheres Contra a tirania do Capital



Fonte: Arquivo MST, 2008.

As mulheres têm se colocado na condição de dirigentes em todos os espaços, desde o acampamento até o assentamento, assumindo o protagonismo nas lutas. Nos assentamentos são elas as que levantam a discussão e a prática da agroecologia, e onde existe os coletivos de produção e as cooperativas, elas estão lá, assumindo tarefas em todas as áreas e setores, assumem onde tiver demandas, estão também na comercialização e fazendo parte das direções das cooperativas (FIGURA 14).

Figura 14- Alimentação saudável



Fonte: Arquivo MST, 2008.

Deste modo, elas exercem o aprender e ensinar ao mesmo tempo entendendo que é na luta que se forma a consciência organizativa, e de classe sendo um processo intenso de educação humana. As mulheres que decidiram enfrentar as grandes transnacionais produtoras de eucaliptos, se organizaram com nomes de flores, eram Camélias, Girassóis, Margaridas e outras tantas flores formando um jardim. Todas organizadas em equipes para dar vida e intencionalidade na ação, um ato de pura humanidade. Como disse em entrevista Girassol (2018).

Parecia um carreirinho de formiga. Mas, tudo saiu como tínhamos planejado. Os ônibus chegaram todos na mesma hora, e me recordo que na esquina onde tínhamos que entrar no local da ação, havia uma companheira com a bandeira do nosso movimento nas mãos, ela fez o sinal lentamente de que ali deveríamos entrar, foi um momento muito emocionante. (GIRASSOL, 2018).

4.3 Soberania alimentar e as mulheres

Quando nos referimos a soberania alimentar, falamos da capacidade de um país ou um povo em alimentar sua nação, ou sua comunidade, ou seu povo com sua própria produção. Que a alimentação trocada com outros povos estaria relacionada a algum motivo cultural, climático que os impeça de produzir. Ter soberania alimentar está intimamente ligada a ter soberania política (FIGURA 15). O que nos apresenta Korol (2016) em seu livro sobre o tema.

Mientras que el concepto de seguridad alimentaria alude a la disponibilidad de acceso a los alimentos, el de soberanía alimenta-

ria refere a la facultad de cada pueblo de definir sus propias políticas agrarias y alimentarias, el tipo de alimentos que se consume, el modo de producción y el origen. Soberanía Alimentaria es una propuesta introducida por La Vía Campesina en Roma (en el año 2002), que propone cuidar integralmente la alimentación de los pueblos, y también la propia sobrevivencia de las economías campesinas. (KOROL, 2016, p.148.)

Figura 15- Em defesa da vida



Fonte: Arquivo MST, 2006.

No entanto o sistema vigente que controla a produção e distribuição, e a venda dos alimentos, fazem deste um dos elementos centrais para o lucro e a reprodução do capital. Sobretudo sua concentração e padronização como forma de controle, colocando a diversidade de alimentos em risco para exercer a mercadorização da alimentação. Um sistema dirigido e sustentado pelo consumo, em que o ser humano não tem a liberdade de controlar o que consomem. Podemos pensar também nesse sistema ameaçador gerenciado pelas grandes transnacionais, que controlam grandes proporções de terras, como a produção das sementes, e o veneno que se apresenta como defensivos agrícolas e não chamados de veneno.

Este sistema integra uma proposta de alimentar numa perspectiva geopolítica, de controle e poder dos que lucram desenfreadamente. Pois, quem controla exerce o poder de mando e de expropriação. Um regime agroalimentar dentro de sistema global e projetos de colonização, concentração, e exploração que nega a uma grande parte da sociedade um direito fundamental. Que entre todos os direitos humanos, o direito

à alimentação talvez seja o mais negado, por ser uma mercadoria de controle do capital. Como nos mostra:

O círculo vicioso e tendencioso que a economia alimentar capitalista reproduz instiga o apetite por novidades embaladas de baixo custo e cria a demanda pela praticidade e, assim, justifica um modelo de produção, consumo e distribuição desigual e injusto. E longe de erradicar a fome, mas defendendo esse fim, constitui industrial e geneticamente tudo que, inapropriadamente, é chamado de comida. Não há liberdade de escolha e soberania alimentar em um sistema onde praticamente todos os alimentos são provenientes de algumas poucas empresas transnacionais que controlam o que, como, onde e por qual preço serão produzidos e distribuídos, fruto do interesse em transformar alimento em mercadoria, capital especulativo e lucro, e não um direito. (CARVALHO, 2013, p.8)

Esse tema está colocado em praticamente todos os anos da luta das mulheres desde 2006 até 2018 (ver Tabela 2). A questão da soberania alimentar é uma pauta de reivindicação política da Via Campesina internacional que lançou pela primeira vez o princípio da soberania alimentar para a conferência mundial sobre alimentação da FAO, em 1996. Hoje, esse conceito é reconhecido por muitos governos e algumas instituições sendo que a própria FAO reconhece a necessidade da participação das mulheres nessa prática e no debate. (Korol, 2016)

En el comunicado de la FAO de agosto del 2015, se considera que el control efectivo de la tierra por parte de las mujeres podría tener un mayor impacto en la seguridad alimentaria y nutricional en la región. Según el organismo de la ONU, para lograr una erradicación rápida y sustentable del hambre en América Latina y El Caribe, los gobiernos y la sociedad deben reconocer los múltiples aportes que hacen las mujeres como productoras, propietarias y tomadoras de decisiones, removiendo los obstáculos que persisten en detrimento de su condición social, económica y jurídica. (KOROL, 2016, p.149).

A Via Campesina entende que a questão da alimentação é uma das formas de dominação pelas grandes empresas transnacionais. Um modelo de produção que converteu o alimento em finanças, concentrada por algumas grandes empresas. Uma agricultura sem gente, que não tem compromisso com a natureza e com os seres humanos.

Para as mulheres do MST, que estão fazendo a luta e trazem em suas pautas de reivindicações a soberania alimentar, passa por esta compreensão a seguir que encontramos no dicionário de educação do campo:

Soberania Alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotada por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de garantir que sejam produzidos os alimentos

necessários para a sobrevivência da população de cada local. (CARVALHO e STEDILE, 2012, p. 715).

Por isso, a luta das mulheres tem se tornado uma importante contribuição que traz o alerta de que as multinacionais estão se apropriando de nossos territórios. Exemplo disso é o que nos mostra Machado (2014, p. 85) “60% dos fertilizantes são importados e, 100% dos agrotóxicos são importados ou produzidos pelas multinacionais”.

Esta relação do “Oito de março” que as mulheres têm feito com a importância da soberania alimentar ligada a soberania política e social da classe trabalhadora, tem instrumentalizado um debate que revela a preocupação do MST e provoca o conjunto a debater esse tema como estruturante do modo de produção, pautando a agroecologia como a única saída possível para a continuidade da vida e das espécies humanas. Como relata a entrevistada,

A agroecologia, para nós mulheres, para nós do campo, nos traz a socialização do processo. Uma família sozinha, não consegue produzir agroecológico. Então, nós temos que ir construindo espaços de socialização, da produção, da comercialização. Em cada lugar, temos que ir estudando os jeitos de fazer para que possamos construir esse jeito novo, mesmo dentro do Capital. São pequenas experiências que vamos fazendo para poder destruir o Capital lá na frente. (ISABEL, 2019).

Contudo, este debate precisa ganhar as forças das massas, e a sociedade começar a se posicionar tendo que emitir sua opinião e, mesmo que timidamente, as pessoas sabem que o agrotóxico produz doenças e afeta a vida humana e, principalmente, das mulheres da classe trabalhadora.

As mulheres pobres dos países em desenvolvimento, como o Brasil que vivem em uma economia de subsistência, são as maiores vítimas da crise ambiental, pois são as primeiras a sentirem o reflexo da diminuição da qualidade de vida causada pela poluição ou escassez dos bens da natureza, os quais são explorados indiscriminadamente para satisfazer as “necessidades” dos chamados países de Primeiro Mundo. (ARAÚJO, 2015, p.43).

As lutas dos “Oito de março” a partir de 2006, tem pautado esse diálogo com a sociedade e mesmo internamente esse debate tem ganhado força no sentido de apresentar a produção agroecológica como a saída (FIGURA 16).

Figura 16- A luta que brota da terra



Fonte: Arquivo MST, 2010.

As mulheres estão apresentando um campo que pensa a questão da saúde, da necessidade da Reforma Agrária Popular, e da dignidade.

Nessa questão da agroecologia, a mulher foi formada para cuidar da vida “na minha casa não entra doença, então não posso produzir com veneno”.

Tem também a questão da saúde. Eu estive presente na reunião do Setor de Saúde, e pude observar as mulheres discutindo o cuidado. O que é a gente ter saúde? O que é preciso para que sejamos saudáveis? Porque saúde não é doença, é também prevenção. É pensar num ambiente bom, saudável para se viver, onde as pessoas se relacionam com respeito umas com as outras.

As mulheres vêm trazendo isto para dentro do MST, sobre o cuidado com o próprio corpo, a descoberta. Nesse momento a gente vai descobrindo que esse corpo, é mais do que a gente pode ver. A saúde, é mais do que a saúde que a gente percebe. É o cuidado com nós mesmas, com o outro, que proporciona o cuidado com o planeta, sem essa conexão não temos saúde. Para que haja esse cuidado, é importante que eu me conheça e me reconheça. Saiba como é meu corpo, como eu me concebo dentro dele, isso traz consciência.

Um outro espaço em que as mulheres atuam, é na educação, nós temos muitas educadoras. (ISABEL, 2019).

A fala da Isabel nos revela o fato das mulheres estarem alimentando, com maior ênfase, o debate, não significa dizer que são somente as mulheres, mas elas é que estão na linha de frente do debate desta pauta de luta, e também no cotidiano da

produção e da defesa da vida saudável. Assim sendo, considero importante trazer a pesquisa realizada em assentamentos que dão vida ao nosso objeto.

Somos conhecedoras de que as mulheres historicamente sempre tiveram um papel fundamental na promoção da Agroecologia, nas áreas de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos ecológicos e na disseminação de conhecimentos. As mulheres conseguem fazer uma leitura diferenciada da agricultura e propõem alternativas produtivas e econômicas frequentemente motivadas por questões ligadas à reprodução da vida.

O MST/RO, no ano de 2014 e, por meio dos técnicos que atuam nos assentamentos, fez um diagnóstico produtivo nos assentamentos, entre esses, o assentamento Padre Ezequiel, que tem aproximadamente 200 lotes, estes denominados Unidades de Produção Familiar (UPF). Nesta população se conseguiu fazer uma amostra de 104 UPF para permitir diagnosticar, analisar e buscar políticas que beneficiassem de forma mais eficiente às famílias.

Na amostra se mensurou um total de 399 pessoas vivendo nas UPF. Destes, 217 eram maiores de idade, com médias de 3,99 pessoas por UPF, sendo 2,55 maiores de 18 anos.

Nesse diagnóstico ficou evidenciado que nos lotes chefiados por mulheres e por casais havia uma diversidade de produtos e nos lotes chefiados por homens sozinhos, menor quantidade e menor diversidade de produto. (ARAÚJO, 2014, p. 60).

Pensar a alimentação saudável e com soberania, envolve as dimensões da produção, mas também a defesa vida saudável. Só se produz alimentação saudável com relações saudáveis, livres de opressões, machismos, racismos e homofobias. Para essas dimensões serem realizadas é necessária a realização da Reforma Agrária Popular. Onde a produção de alimentos tenha a vida acima do lucro, em que a alimentação seja um direito soberano de todos e todas. Assim, na Memória da IV Assembleia Internacional de Mulheres da Via Campesina, podemos encontrar:

Nuestra lucha y acción por la Soberanía Alimentaria nos ha brindado a las mujeres del campo la oportunidad de hacer visible nuestra participación histórica en el desarrollo de los sistemas alimentarios en el mundo y el papel que hemos jugado desde la invención de la agricultura, en la recolección y propagación de las semillas, en la protección y resguardo de la biodiversidad y de los recursos genéticos, situándonos a la vez como uno de los principales pilares afectivo, ético y social. (VIA CAMPESIA, 2013, n.p.).

A soberania alimentar traz a necessidade de alimentação para todos, mas não qualquer alimentação. A proposta das mulheres do campo está inserida numa dinâmica que considera a dignidade e a vida humana. Por isso, terá que ser saudável e de qualidade. Um modelo de campo com camponesas/es, de agricultura com agricultores e agricultoras, com condições necessárias de produção para alimentar cada

povo. Um modelo de vida digna baseado na produção camponesa. Aquela que gera emprego e produz alimento saudável.

A ideia de soberania alimentar está associada a múltiplas questões, como por exemplo, à fome, ao alimento, à política pública, ao modelo de desenvolvimento, às relações sociais, à tecnologia, ao trabalho, governo, campesinato, agronegócio, à questão agrária, entre tantos outros. (FERNÁNDES, 2015, p. 45).

Elas estão dizendo que a defesa da soberania alimentar não se refere somente a produzir alimentos, está muito além disso, ainda que a forma de produção seja fundamental. Faz diferença ser produzida com sementes transgênicas da Monsanto, banhada no agrotóxico, ou ser pura e limpa, que venha da semente agroecológica produzida por uma cooperativa com um projeto de campo que seja emancipador e sem o uso do agrotóxico (FIGURA 17).

Figura 17- Semeando a reforma agrária e a participação da mulher



Fonte: Arquivo MST, 2010.

Essa concepção faz parte da soberania alimentar dos movimentos sociais da Via Campesina. Bandeiras de lutas coletivas que necessariamente precisam ser assumidas por todos e todas que sofrem as consequências desse modelo.

A agricultura camponesa com soberania é feita com a decisão própria da forma que quer produzir, pela própria comunidade produtora. Uma decisão de quem planta, aliada às necessidades do povo, por entender que a soberania alimentar é um direito dos povos sendo culturalmente adequada aos que produzem. Que os alimentos sejam nutritivos e acessíveis, e com condições de vida digna.

El debate de los movimientos campesinos y populares, está centrado entonces en la necesidad de resolver el problema del hambre, no desde la ampliación en serie de la producción de “comida chatarra”, sino desde el avance en realización de los cambios estructurales necesarios para que los sectores excluidos de la alimentación, el trabajo, la salud, la tierra, la vivienda, puedan acceder a posibilidades de una vida digna. Esto exige la valorización de la agricultura campesina, la producción de alimentos no sólo para una exigua sobrevivencia, sino “asegurar” alimentos sanos, trabajo, acceso a la tierra y soberanía sobre la producción. (KOROL, 2016, p.151)

Esse projeto, como já dissemos acima, faz parte de um projeto mais amplo do que a dimensão da produção, ele é também desenvolvimento econômico local, é gerador de empregos e de diversidade de alimentos. Além disso, como afirma Fernandes (2015, p. 48) “atualiza o debate sobre a questão agrária e o capitalismo agrário”. Por isso, é um sistema que será de benefício para o campo e cidade. Onde, certamente o produto limpo e sob controle dos próprios camponeses locais, poderão fazer chegar o alimento saudável até a mesa da classe trabalhadora com menor valor e estabelecendo relações sociais entre o campo e cidade.

Podemos também dizer que a soberania alimentar, que está sendo enfatizada e pautada nas lutas do “Oito de março”, fortalece a produção das mulheres camponesas, e de uma Reforma Agrária Popular. Entendendo que são elas que têm sido as mais atingidas de diferentes formas pela agricultura do negócio e do veneno.

Reforma Agraria Integral y Popular, Soberanía Alimentaria, Cuidado de las Semillas, Agroecología, defensa del territorio, y acceso de las mujeres a la tierra, que son quienes vienen llevando adelante estas propuestas que abarcan desde el conocimiento y la diversidad de uso de los cultivos y las semillas, el fomento y reactivación de las culturas culinarias, las artesanías, la relación entre agricultura y reforestación, la dinamización de distintas formas de intercambio de semillas y conocimientos entre comunidades indígenas y campesinas. (KOROL, 2016, p.164)

Historicamente, os camponeses são os grupos mais marginalizados da sociedade. A lógica de mercado instalado pelas corporações com a monocultura e a transgenia é absolutamente danoso para os camponeses e para quem consome o alimento quase sempre envenenados e sem qualidade e compromisso com as populações locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somos as que ocupam a terra para destiná-la a produção de alimentos saudáveis, somos marchantes, somos estudantes que nos tornamos palavras, ações e rebeldia. Nos tornamos resistência coletiva e ativa. Somos mulheres, somos as que antecedem o desfecho da revolução, que poderá levar meses, anos ou décadas. Mas sabemos que ela pode ser prevista e construída. Por isso mantemos viva e pulsante essa razão, e, sabemos não estar sozinhas e sozinhos, acenderemos em nossos corações e mentes a coragem e a rebeldia que nos conduzirá na construção de um mundo justo e igualitário.

Faremos florescer das sementes que semeamos em terra fértil em nossos territórios de existência e resistência em nossas áreas de Assentamentos e Acampamentos, nas nossas ocupações de terras, nas nossas escolas, nas nossas cirandas, nas nossas marchas, nas formações, e nas nossas jornadas de lutas das mulheres Sem Terra, a música e a poesia que nos alimenta para o internacionalismo, o humanismo, a solidariedade de classes, a alegria daquelas e daqueles que com pedras e sonhos ousam abreviar o tempo de espera do mundo novo que faremos brotar.

Manteremos nossos punhos cerrados, seguiremos falando, gritando e alçando nossos gritos de resistência e nos moveremos em direção a liberdade.

Vamos passar em revista o mundo e seus aprendizados, e nosso ponto de partida sempre será o povo e suas lutas, e manteremos acesa a chama da unidade da classe trabalhadora, e nos comprometemos a continuar combatendo as opressões contra as mulheres e homens em qualquer parte do mundo.

Seguiremos combatentes, e construtoras e construtores de homens e mulheres que se fazem povo, se fazem história e fazem revolução.

Conosco em nossas ações, nosso peito, nossos saberes e sabores, nosso conhecimento, nossa formação humana. E, sobre nossos corpos, marchamos lado a lado com aquelas e aqueles que vieram antes de nós, mas que seguem imprescindíveis neste caminhar, e que com consciência e força viva, das pedras podemos brotar!

Guararema, setembro de 2019

Rosmeri Witcel

Nossa pesquisa buscou apresentar a quem devemos a homenagem do dia Oito de Março consagrado como o dia internacional das mulheres. Uma luta histórica que nasce das mulheres trabalhadoras que exigiam melhores direitos trabalhistas e de respeito às mulheres. Este dia é portanto um dia de luta, e não um dia de receber flores, não que elas não sejam importantes. Mas, as flores devem ter a beleza que as mulheres estão reivindicando, a beleza da igualdade, da dignidade, do trabalho humanizador, e não opressor e explorador.

Nosso estudo nos mostrou que o Feminismo que também nasce como a luta pelos direitos das mulheres, sempre se configurou em um movimento social,

antisistêmico desde sua origem, um movimento de transformação social. Portanto, o feminismo nasce da luta teórica e prática por novas relações sociais. Ainda que tenhamos muitas correntes feministas consideramos que, com suas diferenças, elas representam os direitos das mulheres de serem e exercerem suas liberdades humanas. E neste sentido, direcionamos nosso olhar para a construção do Feminismo Camponês e Popular, que parte da construção das mulheres Sem Terra e da Via campestre.

As mulheres Sem Terra que, como todas as mulheres, vivem e carregam pelo patriarcado a culpa do pecado original, a culpa de serem mulheres, mostram na luta o seu lugar nela. O espaço que tem direito, que não é para a reprodução e, sim, são as CAMAradas, as que compartilham os mesmos sonhos. E que fazem da luta dos “Oito de março” um espaço de resistência, de enfrentamento ao sistema opressor explorador. Um espaço de desenvolvimento dos sentidos humanos, com a capacidade de não negar a outra como faz o patriarcado, mas que seja um espaço de ver a outra de maneira humanizada. E percebe, na luta, as múltiplas possibilidades de desenvolver os sentidos, este do sentir, entender, ouvir, pensar, instruir, querer ser ativo, e amar, isso tudo num sentido coletivo. Elas que, com seus lenços nos rostos, suas bandeiras cravadas nos latifúndios e na denúncia contra as violências, mostram que compartilham das mesmas esperanças, do mesmo projeto e são juntas capazes de enfrentar o representante do grande capital, nacional e internacional.

Este trabalho é uma possibilidade de apresentarmos as mulheres Sem Terra com o olhar na fala, na escrita e na luta das próprias mulheres, de vê-las na ocupação do espaço geográfico e social, aliando-se a construção de relações fraternas, aliada a produção de alimentos saudáveis. E é na luta pela terra, e na construção do Feminismo Camponês e Popular, a partir das lutas do “Oito de março” das mulheres trabalhadoras Rurais Sem Terra.

Nossa consideração é de que as mulheres camponesas, que são as construtoras do Feminismo Camponês e Popular, têm cumprido nas lutas do oito de março um importante papel de enfrentamento às poderosas corporações multinacionais atuantes no campo. Estas mulheres têm feito a luta pelo espaço na sua totalidade, sendo ele histórico, social e geográfico, e livre das mazelas do capital. E, por isso, é parte do feminismo.

As mulheres e o MST, e o MST e as Mulheres, fazem parte de uma mesma medida. A luta das mulheres do MST pode ser aqui considerada como uma relação

pedagógica entre teoria e prática revelando o “Oito de março” das Mulheres Sem Terra como parte da educação para formação humana. Entendendo que é, no momento da luta, que elas estão socializando as criações, um espaço de socialização feminista, que pensa a estratégia da ocupação do espaço em suas mais diferentes formas. E, ao mesmo tempo criando, se encorajando, enfrentando e aprendendo. É uma contraposição à cultura capitalista e à escola da vida de manutenção do sistema.

O que buscamos revelar neste trabalho são elementos da força coletiva e da organização como elemento pedagógico da formação humana. Identificando na luta do “Oito de março” como esse momento específico das mulheres na direção, no planejamento e execução das ações de denúncias do modo de produção e das relações entre homens e mulheres. E, sobretudo, na construção do Feminismo Camponês e Popular. E é na voz das mulheres do MST que queremos registrar esta construção. Em entrevista elas dizem:

Eu digo que estamos em um momento muito desafiador. O momento tem uma exigência do reaprender, recriar, do experimentar, pois é isso que vai nos dando essa possibilidade. No trabalho das mulheres, na construção do protagonismo, do feminismo. Isso não é separado, é uma totalidade. Por isso também, que dizemos que “sem feminismo, não há socialismo”. Como falamos na preparação do congresso da CLOC, que “com feminismo, se constrói o socialismo”. Isso não é só uma rima, isso nos traz tarefas, que não é só das mulheres, é do conjunto da classe. (ITELVINA,2019)

Assim, elas vão se formando e se educando com a matriz da luta de classes, na vivência de ir quebrando paradigmas pré-estabelecidos de ser mulher nesta sociedade. Esse enfrentamento possibilita a elas uma nova condição de ser sujeitas de sua história. A luta coloca nas mãos das mulheres a possibilidade de enfrentar a exploração e, conseqüentemente, despertar para enfrentar a opressão com maior qualidade e disposição. Quando ela percebe que ninguém tem o direito de oprimi-la, o contorno das relações na comunidade, na casa, na igreja, e no movimento, também vão ganhando outro sentido.

A pesquisa realizada para este trabalho, cumpriu também a tarefa de evidenciar os passos dados pelo MST na construção do Feminismo como uma bandeira de igualdade entre homens e mulheres, e o quanto o Feminismo é uma luta contra o sistema. Isso fica ainda mais evidente a partir dos debates realizados nas instâncias de direção e de formação no MST. É o movimento de camponeses e camponesas que levantam a bandeira da Reforma Agrária Popular, que está dizendo

que a luta pela terra precisa abarcar as novas relações com a terra e entre os seres que a habitam. Neste sentido, debater o Feminismo Camponês e Popular é parte constitutiva da Reforma Agrária Popular.

Falar sobre gênero no MST já faz parte das pautas nas reuniões e nas linhas políticas da organização Sem Terra. No entanto, o Feminismo ainda é um debate em construção que ainda enfrenta a falta de compreensão. Falar desta construção relacionada a luta do “Oito de março” e a participação das mulheres no MST, foi importante para entender que esse é um tema que necessita de muito aprofundamento e de mudança na vida cotidiana no interior da organização. Esta construção se dá a partir da luta.

Por isso, esse movimento em suas coordenações e nos espaços de formação, tem exercido a prática de fazer atividades antipatriarcais. Espaços que reúnem separadamente homens e mulheres. O espaço masculino é conduzido por uma ou mais mulheres sendo um lugar de sensibilização, evidenciando a real situação das mulheres nesta sociedade, entendendo e refletindo sobre o que cada um dos militantes também carrega deste machismo que violenta. Com as mulheres, é um espaço de fortalecimento, de poder se entender e poder enfrentar o patriarcado. Um espaço de trazer a memória das antepassadas para fortalecer as do presente. Ambos os momentos são de muita sensibilização e formação com importantes resultados. Como, por exemplo, ouvir de um senhor de setenta anos que para ele foi um momento de profundidade, que foi muito forte ter ouvido tudo aquilo que acontece com as mulheres, e que ele havia naturalizado. E para as mulheres, é um momento esperado com ansiedade e quase sempre acontece muito choro, emoções, e confissões de violências que estavam guardadas, e por vezes se sentindo culpadas.

Falar de feminismo camponês e popular é falar das mulheres e homens do MST que entram na organização em busca de vida melhor e digna. É enfrentar a realidade dura da vida das mulheres que, dentro de sua própria classe, tem que enfrentar a construção machista e patriarcal desta sociedade. Falar de feminismo camponês e popular é falar das muitas mulheres que depois de entender o que estamos propondo, quando falamos dos direitos das mulheres, nos falamos do quanto é duro ter que enfrentar tantas injustiças cometidas contra elas, somente pelo fato de serem mulheres. Falar de feminismo camponês e popular é também falar daquelas que quando acaba os debates realizados nos acampamentos e assentamentos, vem com as lágrimas caíndo relatar o quanto dói, e o quanto é difícil ser mulher.

Ouvir as muitas histórias das mulheres que buscam no MST a força para seguir em frente, e em busca por libertação, nos dá ainda mais certeza de que estamos do lado certo da história. Sabemos que este trabalho só foi uma fagulha que acendemos para seguir aprofundando e realizando a construção do Feminismo Camponês e Popular.

É na certeza de que construiremos uma sociedade mais humanizada que seguimos marchando juntamente com as mulheres Sem Terra, na luta, no estudo e na construção de um mundo justo e igualitário, é que seguimos com o desafio do estudo e da elaboração. Na voz das mulheres Sem Terra podemos registrar a esperança e o desejo de mudança. Em entrevista vamos ouvi-las:

A gente precisa retomar essa coisa da humanidade, do respeito. Nós não somos seres qualquer, não somos somente um sujeito social, somos um sujeito social com potencial revolucionário. Não vamos construir nada novo, se não cortamos na própria carne e fazer diferente. Entender que temos que ter uma prática coerente com a nossa fala, com a nossa vida. Eu não sou um ser apenas enquanto dirigente, enquanto estou na luta, mas também quando estou lá trabalhando em todas as dimensões da vida. Isso sempre esteve presente, porém o momento em que estamos vivendo chama isso com mais força. Essa nossa vivência, e como a gente vive toda a nossa totalidade de ser, dentro de todas as dimensões, mas acima de tudo com essa efervescência revolucionária que o momento exige. (ITELVINA,2019)

Nossa pesquisa nos evidenciou que as mulheres Sem Terra que estiveram firmes desde o início do movimento, continuam firmes e com a clareza de que ainda se tem muito a ser feito na construção de uma sociedade que tenha lugar para todos e todas. Esse diálogo com as trabalhadoras Sem Terra e com a história das mulheres registrada nas bibliografias estudadas, nos revelou a grandeza deste Movimento e destas mulheres. Vamos ouvi-las:

O momento exige de cada uma de nós. A decisão é coletiva, mas está nos perguntando você quer participar? A todo momento. Eu quero, e digo isso todas as manhãs, como num casamento. A pertença com a luta tem que ser como um casamento. Quando eu afirmo que faço parte dessa classe, eu me caso com ela.

A gente encontra muita dificuldade, mas cada pedra que tem no caminho, pode ser também uma possibilidade, eu posso pegar essa pedra, atirar e matar o leão que está na minha frente. Eu posso desistir e achar que a pedra é grande demais, ou eu posso lutar. Toda repressão, também para o nosso lado é uma possibilidade. Nós temos que olhar esse momento como o momento das grandes possibilidades, não das dificuldades.

Temos sim dificuldades concretas, mas é aí que moram as grandes possibilidades, temos que acreditar e abraçar isso.

Vamos ser felizes juntas, pois sozinho a gente não supera, não se supera, não supera as dificuldades. (ISABEL, 2019).

Nesse nosso trabalho não tivemos a pretensão de revelar o que, e quem são as mulheres Sem Terra, até porque essa tarefa é impossível dada a grandeza desta construção do Feminismo Camponês e Popular colocada para as organizações camponesas ligadas a Via Campesina e a CLOC. Além da grandeza da participação das mulheres Sem Terra na luta do “Oito de março”.

- **Isabel:**” Companheiras, é hora de não largar a mão da outra companheira. E dizer, você é comigo.”

- **Etelvina:** “E eu com você!”

Portanto, a defesa do feminismo é dada como uma reconstrução das mulheres e homens que levantam a bandeira da igualdade, e da justiça social. Bandeiras alçadas ao vento nas marchas, nas ocupações do latifúndio, em todas as formas de lutas travadas pela dignidade humana. São homens e mulheres que andam juntos de mão dadas, em construção da humanidade emancipadora, universal e respeitando as diferenças, e não as tratando como oposição e intolerantes.

O que vemos sendo construído a partir do olhar e das lutas das mulheres Sem Terra neste trabalho está contido na perspectiva da reconstrução também dos homens. Que os homens possam se pensar como humanos com a capacidade de serem sensíveis, de serem amáveis e tantos outros atributos humanos que, por vezes, são negados a sentirem. De seres humanos que sabem que humanidade querem construir. Que seja uma desconstrução das relações que vivemos que nega o outro e a outra.

E o que estamos refletindo é a necessidade da transformação da lógica da dominação masculina. De que o feminismo, desde seu surgimento foi, e é, para as pessoas que lutam pelas liberdades, que respeitem o coletivo e as individualidades.

Chegamos ao entendimento que o Feminismo Camponês e Popular que luta pela emancipação e a liberdade humana está intimamente ligada a luta pela terra, a luta pela soberania alimentar, pela ocupação do espaço geográfico e social. E, por isso, enfrenta com fervor o machismo, para que seja abolido das relações, que a cons-

trução patriarcal do sistema capitalista, que define que os homens têm um lugar primário e as mulheres tem um lugar secundário nas relações sociais, sejam fatos deixados para trás na história da humanidade, e que para isso acontecer é preciso que a classe trabalhadora assuma esta bandeira.

Por isso, o feminismo se configura em um perigo para o sistema vigente, porque ele, desde seu início, lutou pelos direitos das mulheres, direito esse que é negado pelos detentores do poder. Ele é um lugar de criação de sujeitas históricas pela causa das mulheres que foram e são mutiladas historicamente, subjugadas, maltratadas e mortas diariamente pelas violências sistêmicas.

O que as mulheres do MST estão construindo no interior de sua organização, passa por um lugar teórico e prático, mas, sobretudo, um lugar de luta que dá unidade, que nos move em direção a um todo, a um projeto novo de sociedade, que seja baseado em novos valores. Estes que nos direcionam a fazer o que o machismo nunca conseguiu. Ele nos dá a possibilidade de poder ver o outro e a outra de maneira humanizada. Aqui, entendendo a humanidade como valorização, como solidariedade, como atitudes conscientes na busca de alternativas para todas e todos, em conjunto, na busca da dignidade humana.

Que seja com coerência entre o que se projeta e o que se vive na prática do cotidiano, o resultado da Luta. Um Feminismo que seja pautado pela confiança, na recuperação da autoestima, de poder acreditar na mudança, seja com a indignação contra as injustiças e contra quem as comete, que dessa indignação se torne atitudes, virtude e sensibilidade humana. Que seja compromisso e vigilância com os propósitos do projeto coletivo e que esteja nas lutas da classe trabalhadora, que seja com a alegria necessária, que seja com prazer da construção de um caminho que leva a conquistas de sonhos coletivos, na construção de uma sociedade em que tenhamos prazer de viver. Que seja a construção de um feminismo com a ternura e o aperfeiçoamento do comportamento humano na relação com a coletividade, mas com a dureza necessária contra o opressor.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces da mesma maldição. In: GILDER, Gerhard; LANG, Miriam. **Descolonizar o Imaginário**. Debates sobre pós-estrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 140-173.
- ARAÚJO, Oliveira Devanir de. **Mulheres na produção de hortaliças - processos agroecológicos numa perspectiva de superação das desigualdades de gênero**. 105 p. (Mestrado Profissional em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.
- ATILIANA. **As mulheres com a palavra**. [Jul. 2019]. Rosmeri Witcel, 2019.
- BETH. **As mulheres com a palavra**. [Mar. 2018]. Entrevista: Rosmeri Witcel, 2018.
- CALDART, Salete Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis RJ: Vozes, 2000.
- CALDART, Salete Roseli.; PEREIRA, Brasil Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CAMÉLIA. **As mulheres com a palavra**. [Dez. 2018]. Entrevista: Rosmeri Witcel, 2018.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: CLACSO, 2011. Disponível em: <https://www.crop.org/viewfile.aspx?id=287>. Acesso em: 20. Set. 2019.
- CARVALHO, Martins Horacio de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **ABRA**, ed. Especial, p. 31-44, jul., 2013. Disponível em: https://mestrado.direito.ufg.br/up/14/o/Horacio_Martins_de_Carvalho.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.
- CARVALHO, Martins Horacio de; COSTA, de Assis Francisco. Agricultura Camponesa. In: CALDART, Salete Roseli et. al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo, Expressão Popular, 2012, p. 26-32.
- COSTA, Bianca. Protesto das mulheres na Aracruz completa 5 anos. 11 março, 2011. **Boletim do MST Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://boletimmstrj.mst.org.br/protesto-das-mulheres-na-aracruz-completa-5-anos/>.

Acesso em: 21 set. 2019.

CRUZ, Maria Isabel da. **A mulher na igreja e na política**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

CUBAS, Marina Gamba; ZAREMBA, Julia; AMÂNICO, Thiago. O Brasil registra 1 caso de agressão a mulher a cada 4 minutos, mostra levantamento. **Folha de São Paulo**. Setembro, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-1-caso-de-agressao-a-mulher-a-cada-4-minutos-mostra-levantamento.shtml>. Acesso em: 21 set. 2019.

D'ATRI, Andrea. **Pão e Rosas**: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo. São Paulo: Edições Iskra, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVANIR. **As mulheres com a palavra**. [Fev. 2019]. Entrevista: Rosmeri Witcel, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Tradução de Leandro Konder, 2. ed. São Paulo: expressão Popular, 2010.

ESTEVE, Vivas Esther. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Soberania alimentar como território. In: TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco; SCHWENDLER, Sônia Fátima (org.). **Conflitos agrários: seus sujeitos, seus direitos**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015, pp. 29-52.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **OSAL. Observatorio Social de América Latina**. Ano 6, n. 16, p. 273-283, jun. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>. Acesso em: 20. Set. 2019.

FERREIRA, Pazetto Debora; ABRAHÃO, Luiz Henrique. Artefactos têm política? Tradução. **ANALYTICA**, v.21, n.2, p.195-218, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/viewFile/22470/12527>. Acesso em: 21 set. 2019.

FOLHA DO ESTADO. MST quer documentar mulheres. A campanha “nenhuma trabalhadora rural sem documento” foi lançada ontem em Cuiabá. **Folha do Estado**. Agosto, 1997. Arquivo interno CPT.

FUNDAÇÃO HEINRICH BOLL. **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. In: SANTOS, Maureen; GLASS, Verena (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

A GAZETA. Mulher sem-terra será cadastrada. **A GAZETA**. Agosto, 2004. Arquivo interno CPT, MT.

GARGALLO, Celentani Francesca. **Feminismo desde abya yala**: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra américa. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: América Libre, 2013.

GASPARIN, Geraldo. **O papel do setor no gênero do MST**. [Set. 2019]. Entrevista: Rosmeri Witcel, 2019.

GIRASSOL. **As mulheres com a palavra**. [Dez. 2018]. Entrevista Rosmeri Witcel, 2018.

GONÇALVES, Renata. (Re) politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações- Revista de Ciências Sociais**. V. 12, n. 2. 2009, p. 198-216. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4514/3800>. Acesso: 17 de outubro de 2019.

GONZÁLEZ, Álvarez Ana Isabel. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. São Paulo: SOF- Sempreviva Organização Feminista; São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GURVITCH, Georges. **As Classes Sociais**. Global editora, São Paulo, SP. 1982.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Violência contra as Mulheres**. Instituto Patrícia Galvão. 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/>. Acesso em: 20. Set. 2019.

ISABEL. **As mulheres com a palavra**. [Jun. 2019]. Entrevista: Rosmeri Witcel, 2019.

ITELVINA. **As mulheres com a palavra**. [Jun. 2019]. Entrevista: Rosmeri Witcel, 2019.

KELLY. **As mulheres com a palavra**. [Ago. 2019]. Entrevista: Rosmeri Witcel, 2019.

KOLLONTAI, Alexandra. “O Dia da Mulher”. **Outros Outubros Virão**, 08 março, 2016. Disponível em: <https://outrosoutubrosvirao.wordpress.com/2016/03/08/o-dia-da-mulher-por-alexandra-kollontai/>. Acesso em: 20. Out. 2019.

KOROL, Claudia. **Somos tierra, semilla, rebeldía Mujeres, tierra y territorio en**

América Latina. GRAIN, Acción por la Biodiversidad y América Libre. Primera edición en castellano: octubre de 2016.

LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda:** arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo. 8. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

LONGO, Roxana. **El Protagonismo de las Mujeres em los Movimientos Sociales:** Inovaciones y desafios. Buenos Aires: America Libre, 2012.

LU. **As mulheres com a palavra.** [Mar. 2019]. Entrevista. Rosmeri Witcel, 2019.

MACHADO, Pinheiro Luiz Carlos; MACHADO, Pinheiro Luiz Carlos Filho. **A dialética da agroecologia:** contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris:** Manuscritos econômicos-filosóficos. Tradução de José Paulo Netto; Maria Antonia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Tradução de Conceição Jardim; Lúcio Eduardo Nogueira. Vol. I, 4. ed. Portugal: Ed. Presença; Livraria Martins Fontes: Brasil, 1980.

MOREIRA, Renata Couto; RAMALHO, da Costa Claudilene; MEIRA, Febroni Suiani. **A luta das trabalhadoras rurais Sem Terra por soberania alimentar.** Vitoria, ES: EDUFES, 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Resgatando a Dignidade-Mulher. **Jornal Sem Terra**, 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. A conspiração dos gêneros. Elementos para o trabalho de base. **Caderno de Formação nº6.** São Paulo: MST, 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Em Porto Alegre, atividades discutem Reforma Agrária e soberania alimentar. **Jornal Sem Terra**, Março, 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Feminismo Camponês e Popular. **Caderno de Formação nº 1.** São Paulo: MST-Sector de gênero, 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Por que a ação da Via Campesina na Aracruz incomodou tanta gente? **Jornal Sem Terra**, Março, 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa Agrário do MST**. VI Congresso Nacional do MST, Fevereiro, 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Memória do I Curso de Feminismo e Marxismo - 2008. **Documento Interno – MST**, 2008.

NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. O fetiche da tecnologia. **ORG & DEMO**, v. 5, n. 2, p. 189-210, 2004. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/411/311> . Acesso em: 21 set. 2019.

OLIVEIRA, Umbelino Ariovaldo de; STEDILE, João Pedro. **A natureza do agronegócio no Brasil**. Cartilha. Brasília D.F.: Via Campesina, 2005.

OXFAM. **Uma Economia para os 99%**. Documento Informativo. OXFAM, 2017. Disponível em: <https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-dedavos/uma-economia-para-os-99/> Acesso em: 17 de setembro de 2019.

PRADO, Coelho Maria Ligia. **As mulheres nas lutas pela independência da América Latina**. <https://www.youtube.com/watch?v=8AvtMCgzqXY>. Acesso em 11 de nov. 2019.

ROSENBERG, Nathan. **Por dentro da Caixa-Petra**. Tecnología e Economía. Tradução de José Emílio Maiorino. Campinas, SP: Editoria da Unicamp, 2006.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica. Primeiras aproximações**. 9. Ed. Campinas, SP: Autores associados, 2005.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Direito à Memória e à Verdade**. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/cartilhaEconomiaFeminista-web.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Martins Horacio de. Soberania Alimentar. In:

CALDART, Salete Roseli et. al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo, Expressão Popular, 2012, p. 714-723.

TELES, Almeida Maria Amélia de. **O que são os direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Geografia do trabalho por inteiro. **Revista Pegada**, v. 19, n.2, p.6-56, 2018. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/download/6000/4488> . Acesso em: 21 set. 2019.

UMBELINO, Ariovaldo. **Modernização da agricultura prejudica população rural**. [Mar. 2006]. Entrevista: Jornal Sem Terra, 2006.

VIA CAMPESINA. Luchamos contra el capitalismo, el patriarcado y por nuestro derechos! **La Via Campesina**. Março, 2014. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/luchamos-contra-el-capitalismo-el-patriarcado-y-por-nuestros-derechos/>. Acesso em: 21. Set. 2019.

VIANA, Boratto Maurício. **O eucalipto e os efeitos ambientais do seu plantio em escala**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1162/eucalipto_efeitos_boratto.pdf . Acesso em: 21 set. 2019.

GLOSSÁRIO

Humanizador. Com valores libertadores, solidários, alegres, coerentes e emancipador.

Lenço Lilás: Lenço usado nos rostos pelas mulheres Sem Terras, dando um sentido de identidade, somos todas iguais. Lilás, a cor que se forma na mistura entre o azul e o vermelho e que mostra que somos homens e mulheres um só ser humano.

Masculinização: Assumir estereótipos ditos masculinos, comportamentos, vestimentas, cultura e postura.

Patriarcado: O que tem o homem como a medida de todas as coisas. Uma sociedade que sua base está na dominação masculina sobre a feminina.

Reexistência: Uma nova forma de existir, organizar a vida, um novo jeito de viver e resistir.

Sexismo: Um olhar que não considere o outro/a pôr sua humanidade, mas por seus estereótipos sexuais e que atuam de forma discriminatória através do sexo, em que as mulheres são as mais atingidas.